



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta
**Habitação e Desenvolvimento
Urbano**



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Habitação e Desenvolvimento Urbano

índice

17.02.2000	003
16.03.2000	057
26.04.2000	106
25.05.2000	148

Habitação e Desenvolvimento Urbano

17.02.2000

- Paulo Teixeira – Deputado. Presidente da Comissão de Obras da Assembléia.
- Coordenador da Comissão de Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Caldini Crespo – Deputado. Relator do Grupo Temático Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Fernando Silva Chaves – Vice-Presidente de Obras Públicas do Sindicato da Indústria de Construção Civil.
- Eduardo Capobianco – Representando Sérgio Porto
- Paulo Sérgio de Souza Nogueira – Professor de Engenharia na Faculdade de Sorocaba
- Carlos Luchi – Secretário Adjunto de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
- Marieta Rodrigues – Movimentos de Moradia
- Maria Encarnação Espósito – Geógrafa da UNESP. Campus de Presidente Prudente.
- Silvana Maria Pintaldi - Geógrafa. Professora da UNESP e Diretora de Planejamento do Município de Rio Claro
- Fernando de vagalhães Mendonça – Membro da IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil
- Celso Carvalho – Pesquisador do IPT.
- Professor da Escola Politécnica da USP

debates - a sociedade se manifesta – Habitação e Desenvolvimento Urbano

- Rosana Mazoni – Representante da Comissão da Indústria da Construção da FIESP
- José Roberto Bernasconi - Representante da Comissão da Indústria da Construção da FIESP
- Adriano Branco – Ex-Secretário da Habitação do Estado de São Paulo
- Eduardo Capobianco – Presidente do São Paulo contra a Violência. Vice-Presidente do SINDUSCON
- Jorge Wilhelm – Arquiteto Urbanista. Ex-Secretário Estadual de Planejamento, Secretário Municipal de Planejamento, Secretário Estadual do Meio Ambiente e Presidente da EMPLASA.
- Tereza Belda – Funcionária da EMPLASA na área de Planejamento Metropolitano
- Francisco Ribeiro Prado - Secretário da Habitação do Estado de São Paulo
- Sônia Nahas – Fundação SEADE
- Evaniza Rodrigues
- Arlete Moisés Rodrigues – Assessora do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa

SR. PAULO TEIXEIRA – Para os que vieram no dia de hoje, sou Paulo Teixeira, Deputado desta Casa. Tereza Belda, eu queria convidá-la para fazer parte da Mesa. Sou Presidente da Comissão de Obras desta Casa e fui designado para coordenar, dentro da proposta do Fórum São Paulo Século 21, a Comissão de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Juntamente com o Deputado Caldini Crespo, somos os responsáveis para desenvolver o trabalho deste grupo. O Deputado Caldini Crespo, de Sorocaba, foi designado Relator e ele também tem feito um importante trabalho nesta Casa.

Antes de dar início aos trabalhos, gostaríamos de fazer uma rodada, porque hoje temos um número já completo dos Conselheiros do Fórum. Depois da rodada, iniciaremos o trabalho desta manhã. Começo pelo Dr. Fernando Silva Chaves.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Sou Fernando Silva Chaves, Vice-Presidente de Obras Públicas do Sindicato da Indústria de Construção Civil. Eu e Eduardo Capobianco estamos aqui representando o Sindicato e representando Sérgio Porto.

Queria parabenizar o nobre Deputado pela iniciativa, que acho muito importante. Eu até estava comentando com o Deputado Caldini Crespo que estamos percebendo hoje a Assembléia mais ativa, mais movimentada. Acho que é uma posição muito boa.

SR. PAULO TEIXEIRA – Muito obrigado. Passo a palavra ao Dr. Paulo Sérgio.

SR. PAULO SÉRGIO DE SOUZA NOGUEIRA – Paulo Sérgio, de Sorocaba. Fui Secretário de Edificações e Urbanismo do Governo do Prefeito Antônio Carlos Pannunzio, na época colega de Caldini Crespo. Desenvolvemos na época o Plano Diretor da cidade, que foi enviado à Câmara para aprovação. E hoje milito na área de Engenharia da cidade, ministrando aulas também na Faculdade de Sorocaba.

SR. CARLOS LUCHI – Sou Carlos Luchi, Secretário Adjunto de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. E gostaria também de parabenizar a Assembléia por todos esses trabalhos que estão sendo efetuados. E parabenizar especificamente aqui os nobres Deputados por esta questão de Habitação e Desenvolvimento Urbano, que certamente representa um dos principais aspectos e um dos principais problemas aqui nas grandes cidades.

SRA. MARIETA RODRIGUES – Sou Marieta Rodrigues, do Movimentos de Moradia, que é uma articulação de Movimentos de Moradias do Estado de São Paulo, que trabalha na questão das favelas, dos cortiços, dos sem-teto e de modo geral, e tentando aí fazer um trabalho de parceria, buscando alternativas junto ao Poder Público, junto aos Parlamentares, junto a todas as forças vivas da sociedade, para a solução do problema habitacional. E nada mais oportuno do que sentarmos numa manhã como esta para discutir a questão da Habitação, que enquanto eu vou estar aqui conversando, tem 80 famílias reintegradas de um prédio ocupado no centro da cidade. Acho que vamos hoje, junto com esta reflexão, estar pensando que a alternativa da moradia tem de ser para já. É para agora.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Meu nome é Maria Encarnação Espósito. Trabalho na UNESP, no campus de Presidente Prudente. Minha área de formação profissional é Geografia e tenho aí trabalhado um pouco com a pesquisa urbana há alguns anos. Interesse-me muito em estar nesta manhã debatendo as questões que estão em pauta, até porque além de Professora na Universidade, tenho tido a experiência de participar de um Conselho Municipal de Planejamento, que na verdade é uma tentativa de se estabelecer em Presidente Prudente uma representação da sociedade civil junto ao Poder Público, em termos de Executivo e Legislativo, para discutir, vamos dizer assim, uma política urbana para a cidade.

SRA. SILVANA MARIA PINTALDI – Meu nome é Silvana Maria Pintaldi. Sou Geógrafa, Professora na UNESP, e atualmente estou desempenhando o cargo de Diretora de Planejamento no Município de Rio Claro. E parabênizo também a Assembléia pela iniciativa.

SR. FERNANDO DE MAGALHÃES MENDONÇA – Meu nome é Fernando de Magalhães Mendonça. Eu sou do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil. E queria parabenizar a iniciativa da proposta e espero que o IAB possa contribuir com o assunto.

SR. CELSO CARVALHO – Meu nome é Celso Carvalho. Sou Pesquisador do IPT, Professor da Escola Politécnica da USP. Estamos acompanhando com muito interesse este Fórum. Inclusive o instituto está montando um grupo de acompanhamento. Então eu estaria aqui como representante do IPT, mas a reflexão vai estar sendo feita por mais Pesquisadores. Vemos com muito interesse esta iniciativa da Assembléia.

SRA. ROSANA MAZONI – Sou Rosana Mazoni. Represento aqui a Comissão da Indústria da Construção da FIESP. Trabalho na área de Engenharia, Infra-estrutura e Construção. Nós entendemos que realmente Habitação é Cidadania e temos todo o interesse que este grupo consiga alcançar objetivos prósperos para os habitantes da nossa cidade. Obrigada.

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Meu nome é José Roberto Bernasconi e, com Rosana, estou incumbido pela Comissão da Indústria da Construção da FIESP de trazer aqui, de um lado, a contribuição que a Comissão da Indústria da Construção e a indústria em geral de São Paulo possam dar, e muito interessado em levar também as observações e as teses que sejam aqui discutidas, para que elaboradas no âmbito da Comissão da Indústria da Construção da FIESP

possam ter uma resposta adequada, somando ao objetivo de todos que é encontrar soluções, caminhos os mais práticos possíveis e rápidos, já que o problema é mais do que emergente, ele já está com um déficit muito grande, no prazo mais curto possível.

SR. ADRIANO BRANCO – Sou Adriano Branco. Fui Secretário da Habitação do Estado de São Paulo. Foi a época em que pude conhecer de fato esse problema que a população pobre de São Paulo vive em relação à habitação. Acho que depois de muitos anos de vida foi aí que eu fui saber o que era a pobreza no Estado de São Paulo, quando Secretário da Habitação. E mais recentemente participei de trabalhos que têm a ver com os nossos temas aqui, juntamente com o arquiteto Jorge Wilhelm, das discussões do Plano Diretor da Cidade de São Paulo, onde se procurou traçar políticas gerais para o desenvolvimento da cidade.

SR. EDUARDO CAPOBIANCO – Sou Eduardo Capobianco, Presidente do São Paulo contra a Violência, Vice-Presidente do SINDUSCON. Estou aqui por indicação do Instituto ETHOS, Empresa de Responsabilidade Social. Parabéns pela iniciativa. E espero poder colaborar quando chegar em alguma cidade em estado melhor.

SR. JORGE WILHEIM – Meu nome é Jorge Wilhelm. Sou Arquiteto Urbanista. Ocupei alguns cargos públicos. Fui Secretário Estadual de Planejamento, Secretário Municipal de Planejamento. Secretário Estadual do Meio Ambiente e Presidente da EMPLASA. Tive oportunidade, nas Nações Unidas, de conceber e articular a Conferência Habitat II, em Istambul. Tenho, portanto, uma vida profissional dedicada ao estudo dos problemas urbanos, do desenvolvimento. Devo dizer que vejo com muita alegria a Assembléia levantar estas questões, pois uma das deficiências que nós temos no desenvolvimento nacional é a inexistência de políticas urbanas, isto é, somos um país quase 80% urbanizado, com um grande

número de cidades nascendo atualmente no Planalto Central e na Amazônia, e com duas Metrópoles importantes, muito grandes e muito problemáticas. No entanto, não apenas temos enormes resistências em aceitar planejamento urbano, em realizar Planos Diretores, em discutir os Planos Diretores nas nossas Câmaras Municipais. Temos dificuldade até de estabelecer, em nível federal, uma política urbana, uma concepção do que nós queremos fazer de nossas cidades. E é em nossas cidades que vive a população mais sofrida, em contraste muito direto entre ricos e pobres, entre os que têm e os que não têm, entre quem tem habitação e quem não tem.

Então, o fato de a Assembléia e os Srs. Deputados decidirem debater esta questão eleva o conceito desta Casa. Mostra que os Deputados, como representantes legítimos do povo, têm a preocupação em discutir o desenvolvimento, em discutir conceitos, e numa época em que todo mundo se rediscute tudo, uma vez que vivemos um período de transição da história.

Procurarei colaborar da maneira possível.

SR. DEPUTADO CALDINI CRESPO – Como o Deputado Coordenador já anunciou, meu nome é José Antônio Caldini Crespo. Sou Deputado pelo segundo mandato. Já atuei aqui na Casa como Presidente da Comissão Temática de Transportes e Comunicação Social. Atualmente sou Vice-Presidente da Comissão de Saúde, e atuando como Relator neste grupo.

SR. PAULO TEIXEIRA– Nós inicialmente agradecemos a presença de todos. Como todos puderam ver, é um plenário com uma composição de segmentos diferenciados da população, tem gente da sociedade civil, do Estado, representantes do empresariado, de movimentos sociais, da Universidade, de institutos profissionais, de associações profissionais. E também dentre os nossos representantes, outros ainda chegarão durante a nosso debate.

Na última reunião, tínhamos combinado unificar um pouco o diagnóstico e depois traçar um plano de trabalho, e com esse plano de trabalho concluímos os

trabalhos talvez no final deste ano, apresentando para a sociedade o que todos entendem que deve ser um Plano de Desenvolvimento Urbano Regional e uma Política Habitacional para o Estado de São Paulo.

A idéia hoje é que discutamos um pouco a unificação desse diagnóstico. Enviamos a cada Conselheiro um caderno, que é o resultado de um trabalho produzido pela Fundação SEADE, em que apresenta um pouco o diagnóstico dessa situação no Estado de São Paulo.

Depois, queríamos abrir a palavra aos Conselheiros e pedir a eles que oferecessem para a Comissão uma proposta de trabalho. Mesmo que ela não seja feita hoje. Então, que cada um a envie para a Dra. Arlete, que está na Assessoria, para que possamos na próxima reunião já trazer um calendário de trabalho.

Procuramos trazer representantes e visões de cidades médias. Certamente, algumas pessoas aqui têm uma visão bastante desenvolvida das Metrôpoles, da Grande São Paulo. Também, fizemos questão de trazer o pessoal lá de Presidente Prudente, Rio Claro, Sorocaba, com o que nós poderíamos ter uma visão do território do Estado como ele é.

Antes queria dizer para a Dra. Tereza Belda que ela é Conselheira e podia estar sentada conosco, não há nenhuma discriminação de qualquer natureza aqui. E que se apresentasse também. Por favor. Doutora, tem lugar ali ao lado da Dra. Maria Encarnação Espósito e aí já iniciaremos.

O pessoal do SEADE já está aí para fazer a apresentação, não é?

Então, a apresentação da Tereza Belda e daremos início aqui.

SRA. TEREZA BELDA – Sou Tereza Belda, trabalho na EMPLASA há quase 20 anos, na área de Planejamento Metropolitano. Lá, desenvolvemos trabalhos em relação a Planejamento Metropolitano, Planos Diretores de cidades da região metropolitana. Estamos aqui para colaborar, em conjunto com outros. Achamos que realmente esta é a oportunidade, à medida que temos setores os mais variados, porque sem essa convergência e sem essa participação comum não há

possibilidade de implementar as propostas e as políticas. Não adianta só elaborarmos e pensarmos. Temos de dar um passo à frente, que é de realmente implementar as propostas. E para isso realmente precisamos de vários setores, não somente de recursos financeiros, porém de recursos humanos, políticos, institucionais e intergovernamentais. Esta é nossa visão e por isso estamos aqui.

É só isso que queria dizer. E parabenizar mais uma vez a iniciativa da Assembléia Legislativa, porque por meio desta Assembléia poderá se elaborar leis que propiciem um dos instrumentos dessas políticas. E que possa inclusive com isso não somente se limitar a uma gestão governamental, mas ir para frente, para outras, para dar uma continuidade às propostas também.

SR. PAULO TEIXEIRA – Está presente também o Secretário da Habitação do Estado. Gostaríamos que ele se apresentasse, para iniciarmos a exposição da Fundação SEADE. Sr. Francisco, o senhor poderia já fazer sua apresentação?

SR. FRANCISCO RIBEIRO PRADO – Sou o Secretário da Habitação. Queria cumprimentar a todos e dizer que estamos empenhados e solidarizados na solução deste problema que estamos discutindo com Vossa Excelência.

SR. PRESIDENTE – Eu queria, agora, passar a palavra para Sônia, da Fundação SEADE, que fará a exposição do trabalho que foi feito por eles. A Sônia vai começando e o pessoal pode acompanhar pelas páginas do livro.

SRA. SÔNIA – Queria, inicialmente, agradecer a oportunidade de estar aqui na Assembléia Legislativa, em meu nome e em nome da Fundação SEADE, e pela oportunidade de participar deste debate. Esse agradecimento não é um agradecimento de praxe. É um agradecimento que vem acompanhado de dois cumprimentos. O cumprimento à Assembléia Legislativa pela iniciativa de promover este espaço de reflexão, com perspectivas de continuidade de ação, em especial

por se tratar de um espaço institucional de representação social. E agradecer também à própria Fundação SEADE e à equipe que comigo trabalhou nesse trabalho, que se empenhou, e com espírito altamente profissional, em período inferior a 2 meses, teve condições de concluir e encaminhar este Caderno, junto com os outros 15 Cadernos, ao Fórum São Paulo Século 21.

O tema Habitação e Desenvolvimento Urbano é um tema que nos impõe desafios. E nos impõe desafios principalmente porque é um tema de abrangência excessivamente ampla e que contém a possibilidade de desenvolvimento de diferentes abordagens.

Para a confecção do Caderno, acabamos privilegiando quatro aspectos, os quais estruturam as quatro partes que compõem o Caderno.

Este Caderno tem uma Primeira Parte, intitulada Rede Urbana Paulista; uma Segunda Parte, Diferenciações Sócio-Regionais na Região metropolitana de São Paulo; uma Terceira parte, Necessidades Habitacionais e os Programas de Habitação de Interesse Social; e, por último, Instrumentos Municipais de Gestão Urbana.

O Caderno de Habitação e Desenvolvimento Urbano complementa-se em particular com as discussões e dados contidos nos Cadernos de Indústria, Trabalho e Emprego, Cidadão do Século 21, Educação e Saúde, com intensidades variáveis, dependendo do tema específico de cada um desses Cadernos.

Minha exposição vai estar centrada em alguns dos aspectos. Eu não tenho a pretensão de em pouco tempo recuperar todos os dados e todas as discussões contidas nas 68 páginas desse documento.

Pincei algumas questões. Nossa intenção era usar o retroprojetor, mas em face das dificuldades técnicas, eu, na medida do possível, como vi que a maior parte de vocês tem uma cópia do documento, vou chamando as páginas, dentro daquilo que selecionei.

O Caderno está composto por quatro partes. As duas primeiras, Rede Urbana Paulista e Diferenciações Sócio-Regionais na Região metropolitana de São Paulo

apóiam-se em um mesmo referencial, o qual se aproxima das interpretações correntes sobre o processo de urbanização no Brasil e em particular em São Paulo, que constroem essas interpretações um modelo de exclusão e inclusão social, seja na hierarquização dos centros urbanos, seja na segregação espacial, intra-urbana e intrametropolitana.

A primeira parte, referida à Rede Urbana Paulista, trabalhou com a totalidade do Estado de São Paulo, os Municípios paulistas como unidade de análise e as aglomerações urbanas e centros urbanos, que a partir dos critérios construídos foram identificadas no âmbito do trabalho.

As principais fontes de dados foram além das próprias coletas realizadas pela Fundação SEADE, a Fundação IBGE e dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Os pressupostos que fundam a discussão sobre a Rede Urbana Paulista recuperam rapidamente a história da formação da Rede Urbana no Estado de São Paulo desde o Século XIX e se concentram de forma mais detida a partir da década de 70, com ênfase, ao trabalhar os dados, de 85 para cá. Década de 70 porque ela é a referência temporal para a identificação do processo de interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo. Uma interiorização cuja face mais aparente é definida pela industrialização, que vai para o interior, industrialização essa que apresenta características próprias. Não se trata de um transbordamento do processo de desenvolvimento industrial observado na Região metropolitana. Este desenvolvimento industrial metropolitano centrou-se muito mais na produção de bens de consumo duráveis e o processo industrialização no Interior se identifica muito mais pela agroindústria e a produção de insumos básicos para a exportação.

Trata-se, como eu já havia observado no início, de um padrão de urbanização excludente e que guarda grande heterogeneidade espacial.

No Interior do Estado identificam-se centros urbanos reconhecidos como pólos industriais consolidados em Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos.

Os investimentos produtivos da década de 80 para cá se dirigem de fato para centros urbanos mais privilegiados, além da própria Região metropolitana, em especial as regiões de Campinas e Vale do Paraíba e para as Regiões Administrativas de Sorocaba, Central e Ribeirão Preto. As Regiões Administrativas de Bauru e São José do Rio Preto têm sido secundariamente privilegiadas. As demais regiões do Estado têm sua dinâmica apoiada na agroindústria e, por fim, a Baixada Santista, que estrutura suas atividades a partir da indústria e dos serviços.

Além disso, a localização das atividades econômica tende a acompanhar os principais eixos viários que ligam o Interior à Capital.

Como podem observar no mapa da página 12, os principais eixos viários – Bandeirantes-Anhangüera, com derivação para a Washington Luiz – não há necessidade de apontar, eu acho que nós todos temos essa referência espacial do Estado de São Paulo – permitem identificar, por sua importância os Municípios de Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Limeira, Piracicaba e Rio Claro. O eixo Dutra-Ayrton Senna-Carvalho Pinto, com Jacareí, Taubaté, Lorena e Guaratinguetá, o eixo Castelo-Marechal Rondon, Bauru e Botucatu. E a Fernão Dias, em especial com Municípios localizados no território mineiro, em particular Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas.

O rebatimento demográfico de um desenvolvimento assim caracterizado, definindo um padrão de urbanização excludente, identifica a forte concentração populacional no entorno metropolitano.

Se olharem na página 13 o mapa com a população total dos Municípios paulistas, verão a confirmação dessa minha afirmação.

A Tabela 2 na página 14 confirma esta tendência de concentração em número relativamente mais reduzido de municípios em percentual bastante elevado, da ordem de 65% dos municípios paulistas com população total inferior a 20.000 habitantes. Esses 403 municípios, do total de 625, abrigam somente cerca de 9% da população estadual.

Por outro lado, o que notamos é uma tendência à concentração em poucos municípios, são poucos os municípios mais populosos, e ao mesmo tempo municípios que se localizam seja na área metropolitana, seja no seu entorno, num raio aproximado de uns 150 km.

A Rede Urbana Paulista apresentada neste Caderno foi o resultado do estudo realizado no âmbito de uma pesquisa denominada caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, desenvolvida pelo IBGE, IPEA, NESUR da UNICAMP, com a colaboração da Fundação SEADE.

Nessa pesquisa, foram combinados critérios, e os resultados foram sintetizados nesse documento, conforme consta do Quadro 1 da página 17; critérios de centralidade, centros decisórios e relações internacionais, escala de urbanização, complexidade, diversificação da economia urbana e diversificação do terciário, que aplicados resultaram nas categorias urbanas contidas no Quadro 2 da página 18. Quais sejam: Metrópoles Globais e Nacionais, Aglomerações Urbanas, Centros Urbanos, em categorias 1 e 2, tal qual de uma certa forma sintética.

Para o debate, a pessoa responsável, o Aurílio Caiado, encontra-se aqui, para auxiliar em maiores informações sobre a construção, a definição dos critérios e a classificação dessa rede urbana.

Como resultado desse trabalho metodológico, em relação ao Estado de São Paulo, o estudo desenhou uma rede urbana que se configura conforme pode ser identificada nos Mapas 5 e 6 das páginas 22 e 23, em duas aglomerações urbanas metropolitanas, reunindo 56 Municípios. São: São Paulo, como uma metrópole global, e Campinas, como uma metrópole regional. Isso do ponto de vista da dinâmica do desenvolvimento. Não consideramos, nesse estudo, a definição legal de instituição das Regiões Metropolitanas, que são Santos e São Paulo, e 11 aglomerações urbanas não metropolitanas, reunindo 51 Municípios. Essas 11 aglomerações urbanas não metropolitanas apresentam hierarquias diferenciadas. Como centros regionais, as aglomerações de São José dos Campos, Ribeirão Preto e Santos. Como centro sub-regional 1, Sorocaba, Rio Preto, Jundiaí, Limeira e

Araraquara-São Carlos. Como centro sub-regional 2, as aglomerações de Araçatuba, Moji Guaçu-Moji Mirim e Guaratinguetá-Aparecida.

Identificamos, também, como resultado desse estudo, 9 centros urbanos, que não se constituem como aglomerações urbanas e apresentam a seguinte hierarquia: como centro sub-regional 1, Bauru e Presidente Prudente; sub-regional 2, Piracicaba, Franca, Marília, Bragança, Jaú, Catanduva e Botucatu.

Então, na estruturação dessa rede urbana estão reunidos 116 dos 625 Municípios, excluindo mais, gravitando em relações de subordinação ou de complementaridade os 509 Municípios paulistas.

A segunda parte do trabalho, como eu disse, assentou-se no mesmo pressuposto analítico para discutir as diferenciações socioespaciais presentes na Região metropolitana de São Paulo. Seu desenvolvimento apoiou-se integralmente nos dados domiciliares coletados pela própria Fundação SEADE na Região metropolitana, pela Pesquisa de Condições de Vida, a PCV, nos anos de 1994 e 1998.

De posse dessa base, nós dividimos a Região metropolitana em três sub-regiões que denominamos Município de São Paulo Centro, Município de São Paulo Periferia e demais Municípios.

Na página 25 do documento, estão relacionados os Distritos do Município de São Paulo e os demais Municípios da Região metropolitana contemplados em cada uma dessas três áreas.

É suficiente uma divisão em três sub-regiões? Não. Não é, mas tivemos um limite que foi determinado pelo próprio tamanho da amostra da pesquisa de condições de vida do SEADE, que permitiu identificar a existência de diferentes ações socioespaciais na região metropolitana. Confirma percepções, como vi pela apresentação dos senhores, todos especialistas na área, e confirma a distância em que o conjunto de distritos definidos pela área central, que indicamos como a área central do Município de São Paulo, se diferencia em grande medida do que

denominamos por periferia de São Paulo e os demais Municípios da Região metropolitana. A distância, numa certa medida, localiza-se aí.

Para fazer essa discussão das diferenciações socioespaciais, agrupamos as variáveis que escolhemos em três grupos de categorias relativas às condições de vida da população metropolitana.

Sociodemográficas – trabalhando com os indicadores de estrutura da população por faixa etária, tamanho da família, chefe de família por sexo, tipo de família e número de filhos.

Socioeconômicas – considerando taxa de participação e taxa de desemprego total por faixa de idade, estrutura de emprego por posição ocupacional, classes de renda familiar total, posse de bens de consumo duráveis, posse de convênio ou de plano de saúde e nível de instrução dos chefes de família.

E trabalhamos também as características sócio-habitacionais.

Quanto a essas, queria me detalhar um pouco mais. Não só porque elas expressam de forma suficientemente clara a diferenciação intrametropolitana, como também em alguma medida elas correspondem a uma desigualdade espacial social.

Se olharem a Tabela 15 na página 40, vão observar que quanto aos equipamentos urbanos na rua de acesso à moradia, quais sejam, pavimentação, guias e sarjetas e iluminação pública, nós temos entre 1994 e 1998 uma variação positiva da cobertura. Expande a cobertura no conjunto da Região metropolitana. Situando-se, para esses três equipamentos, em torno de 90% em 1998.

Quando observamos esse mesmo dado discriminado pelas três sub-regiões que criamos, noto algumas diferenciações.

O Município de São Paulo, no Centro, não se altera significativamente, à exceção do ligeiro aumento da pavimentação, guias e sarjetas, uma ligeira redução da iluminação pública.

Já na periferia de São Paulo, estou chamando periferia como rótulo, não significa nenhum conceito pejorativo e nem, vamos supor, os distritos mais extremos do Município de São Paulo.

O que observo? Observo, sim, que cresce a cobertura das moradias com pavimentação, guias e sarjetas. Mas tenho uma redução da ordem de 3 a 4 pontos percentuais da iluminação pública. Passa de 96... significa o seguinte: moradias que têm acesso e não têm acesso à rede de iluminação pública. Então, das moradias pesquisadas em 1994, 96% moravam em ruas com iluminação pública. Em 1998, 92,7% das moradias dispõem desse equipamento. Significa, em seu reverso, que pouco mais de 7% não dispõem de iluminação pública.

Nos demais Municípios da Região metropolitana há uma expansão de moradias com acesso à pavimentação, de 77 para 82%. Ligeiro aumento de guias e sarjetas. E uma variação de 1 ponto percentual no acesso à iluminação pública.

Na página seguinte, temos a proporção de famílias segundo ligações as redes públicas e serviços urbanos. Trabalhando novamente com essas três sub-regiões.

Então, o que constato? Para o total da Região metropolitana, uma cobertura superior a 90% de energia elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo.

De 1994 para 1998, mantém nos mesmos patamares a cobertura por energia elétrica, que é praticamente absoluta, universal, com 99,9% das moradias pesquisadas. Eu tenho uma ligeira redução no acesso a abastecimento de água, de 98,8 para 97,4. E tenho uma redução de 98% das famílias com coleta de lixo para 92,6% em 1994. Quer dizer, tem uma variação de cerca de 5 pontos percentuais num intervalo de apenas quatro anos.

E no caso do esgotamento sanitário, ele estava historicamente sempre em patamar inferior à cobertura dessas outras três redes, cresce ligeiramente de 84 para 86% nesses quatro anos.

Por sub-região, este quadro num certo sentido se mantém com um distanciamento novamente entre o Centro do Município de São Paulo, mas que também nesse período vê reduzido o número de famílias com acesso à coleta de lixo, mesmo no Município de São Paulo Centro. De 99%, em 1994, para 93%, em 1998.

Esse mesmo comportamento é observado na periferia paulistana, e enquanto nos demais Municípios mantém-se a tendência de expansão da cobertura dessas quatro redes.

Na seqüência, na mesma página 41, eu tenho a tabela que mostra a distribuição das famílias segundo o tipo de edificação da moradia. E o que eu observo? Observo duas tendências nesse período de 4 anos. Eu observo, sim, uma tendência de ampliação da proporção de famílias residindo em barracos isolados ou favela na Região metropolitana, que era de 6% em 1994 e passa para 9% em 1998.

E onde se localiza essa expansão? Não é no Centro do Município de São Paulo, mas é na periferia do Município de São Paulo, que passa de 6 para 12% as famílias que residem em barracos isolados ou favela.

Nos demais Municípios da Região metropolitana há um crescimento, mas menos intenso do que o observado na periferia de São Paulo. Foi de 7 para 9%.

O que observo, também? Observo, por esses dados, que há de fato uma tendência à verticalização na Região metropolitana, quando o total da proporção de famílias residindo em apartamento passa de 12,8 para 17,9%. E onde se localiza essa habitação vertical? Localiza-se no Município de São Paulo Centro, no qual 30% das famílias, em 1994, moravam em apartamento e, em 1998, passaram para 42,5%.

Esse crescimento em apartamento acontece na periferia, de cerca de 6 para 10%, praticamente em valores percentuais dobra. E mantém-se estável nos demais Municípios da Região metropolitana.

E uma terceira observação em cima dessa tabela é a ausência, pelo menos estatística, de cortiços na área central do Município de São Paulo. Eles estariam mais localizados na periferia e nos demais Municípios, com tendência de crescimento nessas duas subáreas.

Na página 42 temos um gráfico relativo específico a 1998, que mostra a distribuição por cada uma dessas áreas das famílias segundo o tipo de moradia. E

esse azulzinho-roxinho, no Centro do Município de São Paulo, mostra a proporção de famílias e a tendência à verticalização.

A Tabela 18 da página 43 mostra a distribuição das famílias segundo a forma de apropriação da moradia, o que mostra que mais da metade das famílias residem em moradia própria, independente da forma de aquisição, independente do tipo de moradia, isso não diferenciamos. Mas seja em 1994 ou em 1998, cerca de 55% das famílias moram em casa própria.

Há um crescimento nesse período na área central, de 53 para 60%. E uma redução na periferia de São Paulo, e nos demais Municípios da Região metropolitana, nesse período, de famílias em moradias próprias.

Essa redução é compensada, por outro lado, pela expansão de famílias em moradias invadidas, o que, na verdade, está acompanhando aquele dado do tipo de edificação da expansão de famílias em barracos isolados ou favelas. No total da Região metropolitana, passa de 6 para 9%. Na periferia do Município de São Paulo, acompanhando o crescimento de famílias em barracos, passa de 7 para quase 13%. Nos demais Municípios, de 7 para cerca de 8,5% das famílias.

O gráfico da página 43 mostra a situação das famílias, segundo as formas de apropriação, em 1998.

Passando para a página 44 e considerando somente as famílias em moradias próprias, que são cerca de 55% das famílias metropolitanas, exploramos aqui um dado de como essas famílias proprietárias adquiriram ou obtiveram a sua moradia. Se foi autoconstruída, construída por terceiros, comprada ou herdada.

No conjunto da Região metropolitana, metade das famílias compraram sua moradia, seja em 1994, seja em 1998.

Essa forma de obtenção é mais acentuada no Centro do Município de São Paulo, com 63%, que passa para quase 72% em 1998.

O importante a observar é que as moradias obtidas por autoconstrução continuam ainda em expansão, exceto na periferia. Na periferia de São Paulo, ela

mantém-se relativamente estável, mas, nos demais municípios da área metropolitana, era de 35% em 1994 e passa a ser de 42% em 1998.

O Gráfico 7 permite uma visualização mais direta dessas diferentes formas de apropriação em 1998.

Para 29% de famílias que tiveram sua moradia por meio da autoconstrução, a tabela da página 20 identifica o tempo de construção dessas moradias. O que me permite observar que, na área central do Município de São Paulo, a autoconstrução aconteceu em período superior a 20 anos. Na periferia de São Paulo, ainda cerca de 40% das moradias autoconstruídas foram feitas nos últimos 10 anos. E nos demais Municípios da Região metropolitana, 41% nesse período. Quer dizer, das moradias autoconstruídas, 41% foram na década de 90.

Gostaria só de voltar a um dado, para chamar a atenção na hora em que expus, que é a Tabela 17 da página 41, que faz essa distinção entre casa de alvenaria isolada e frente e fundos. O frente e fundos é quando se divide um mesmo terreno com uma segunda moradia. Eu acho que esse é um dado importante para chamar a atenção. Significa que nesse conjunto todo, somando os dois tipos, de isolada e frente e fundos, temos quase 80% em 1994, e quase 68% em 1998. Queria só chamar a atenção, para que se vá construindo um pouco em nossa cabeça a relação entre esses dados. A casa de alvenaria frente e fundos implica a partilha do mesmo lote, ela é de 42% na periferia de São Paulo e quase 44% nos demais municípios da Região metropolitana. Em 1994, a casa de alvenaria frente e fundos correspondia a 39% das edificações pesquisadas.

Então, o que observo? Observo, nos demais municípios da Região metropolitana, uma tendência, ainda, de autoconstrução, de horizontalização, com partilha de lote como solução ao problema habitacional. Uma solução ao problema habitacional resolvido de forma individualizada, claro.

Por fim, eu só queria chamar a atenção para a tabela da página 21, que mostra a distribuição da família segundo o número de cômodos da moradia. Fazemos um corte até 3 cômodos e aí para nós é considerada uma moradia

inadequada porque não preenche as 4 funções básicas do ponto de vista de espaço. A de ter um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro. O que se observa é que nesse período tende a crescer o número de moradias com mais espaço, o que é observado pela expansão das famílias em moradias com 5 e mais de 5 cômodos, conforme consta da tabela.

Rapidamente, sobre este item, eu queria chamar a atenção para esses dados.

A terceira parte do trabalho é aquela que procurou identificar quais as necessidades habitacionais e relacionar os programas de habitação e interesse social no âmbito do Estado de São Paulo.

Para isso, o que nós fizemos? Procuramos desenvolver construindo uma metodologia de dimensionamento de necessidades habitacionais. É o que aparece no documento entre as páginas 48 e 55. Nos apoiamos, para a construção dessa metodologia, em trabalho anterior desenvolvido pela Fundação João Pinheiro.

SRA. SÔNIA – Acho que uma das questões mais importantes a ser salientada nessa construção metodológica é a distinção entre déficit e inadequação. O déficit identifica os domicílios em que se pressupõe a construção de novas unidades. E a inadequação identifica os domicílios que demandam reformas, ampliações ou programas alternativos à construção de novas unidades, inclusive programas de complementação urbana.

Os dois componentes do déficit habitacional são a existência de mais de uma família no mesmo domicílio. E a existência de unidades habitacionais construídas com material precário. Com essas duas referências foi estimado, e aí podem identificar na página 52, com base nos dados da mesma pesquisa de condições de vida referidas à Região metropolitana e aos municípios do interior do Estado com população urbana igual ou superior a 50.000 habitantes, uma estimativa de déficit habitacional da ordem de 4,8% do número total de domicílios, correspondendo a 377.000 unidades.

A parcela das necessidades habitacionais definidas como inadequadas, como eu disse, pressupondo ações diferenciadas para a solução deste problema habitacional de inadequação, é construída através da identificação habitacional, tratando-se de casa de alvenaria em favela e pressupondo intervenções e inadequação. A habitação em cortiço é a segunda categoria. Famílias que estejam comprometendo excessivamente sua renda com aluguel, e aí trabalhamos com a exclusão das famílias acima de R\$ 1.800,00 de renda familiar e com gasto de aluguel superior a 30% dessa renda, torna-se uma moradia inadequada, pressupondo algum tipo de intervenção.

O espaço interno menor que um quarto, mais uma sala, com cozinha e banheiro também remete para a inadequação e pressupõe, obviamente, ações de ampliação da unidade habitacional.

Também trabalhamos nessa construção com o congestionamento domiciliar. Mais de uma pessoa por cômodo, mais de duas pessoas por quarto e salas ou cozinhas usadas para dormir é remetido para a inadequação.

E, por fim, na ausência de uma ou mais de uma ligação às quatro redes básicas de abastecimento – luz, energia elétrica e coleta de lixo, e no caso do esgoto também incluída a fossa séptica, também se definiu como categoria de inadequação.

Trabalhando os dados da pesquisa de condições de vida e utilizando-se desses critérios de construção das necessidades habitacionais, a tabela da página 52 aponta cerca de 30% dos domicílios do Estado de São Paulo pesquisados como inadequados, da ordem de pouco mais de 2 milhões do total de domicílios. A soma entre domicílios inadequados e domicílios em déficit é que é alguma coisa da ordem de 35% do Estado de São Paulo.

Então não se esqueçam que esse Estado de São Paulo a que me estou referindo é o Estado de São Paulo pesquisado pela PCV, que é da ordem de 83% da população urbana do Estado, segundo os dados da própria Fundação SEADE, projetados a partir da contagem populacional de 1996 do IBGE.

Noto, por essa tabela da página 52, diferenciações dessas necessidades habitacionais segundo os diferentes agrupamentos urbanos aí identificados.

Para uma referência mais precisa do que está dentro de cada um desses agrupamentos vejam a nota 18, que está na página 51, a nota de rodapé.

Temos o déficit estimado na Região metropolitana de 5% e a inadequação da ordem de 37%.

Quando vamos para os agrupamentos no interior, esse déficit diferencia-se na região metropolitana de Santos. Ele é da ordem de 10% do total de domicílios. Quanto à inadequação, surge novamente a região metropolitana de Santos, com 25% de seus domicílios considerados inadequados, segundo os critérios da metodologia que desenvolvemos.

Ao lado da região de Santos, é importante assinalar a região, o agrupamento Leste, onde está o município de Campinas, para terem uma referência espacial, onde 22% dos domicílios foram classificados como inadequados.

Esse parte do Caderno também apresentou um balanço da produção física de habitação de interesse social no Estado de São Paulo, através dos principais agentes promotores, e relacionou as metas físicas para o quadriênio 1999/2002. Não vou entrar nesse ponto, porque acho que estamos nos estendendo um pouco demais e os senhores ficam cansados.

A última parte é aparentemente uma ave estranha, do ponto de vista de Habitação e Desenvolvimento Urbano, entregue para o Fórum São Paulo Século 21, iniciativa da Assembléia Legislativa de São Paulo. Mas ela faz seu sentido com vistas a recuperar os instrumentos municipais de gestão urbana, que cabe ao Prefeito Municipal, por meio do Executivo e do Legislativo municipais, propor, desenvolver e implementar mais ainda. Certo?

Em que contexto? Em um contexto posterior à Constituição de 1988, que restabeleceu a autonomia do Poder Público Municipal, no contexto da Federação brasileira, e dentro do capítulo de Política Urbana da Constituição Federal de 1988, definiu-se a responsabilidade do Poder Público Municipal de elaboração dos Planos

Diretores, nos Municípios com população total superior a 20.000 habitantes. E não só isso, a partir do Plano Diretor, definiu-se de outros instrumentos legais de gestão e produção do espaço urbano.

Então, dentro dessa preocupação, recuperamos os últimos dados disponíveis na Fundação SEADE, coletados junto ao total das Prefeituras Municipais do Estado inteiro, através da pesquisa municipal unificada. E trabalhamos aí com a existência ou não de Leis do Plano Diretor, Zoneamento, Código de Obras, Parcelamento, que seriam os instrumentos legais, vamos dizer, de caráter mais geral, e, também, a existência de leis de IPTU progressivo para vazios urbanos, e a existência de lei de proteção ao controle ambiental.

Os mapas que estão colocados a partir da página 60 mostram em azul, todos eles, os municípios que apresentam cada um desses instrumentos aprovados por lei.

Excluímos desse trabalho os municípios de menor porte, com população inferior a 20.000 habitantes, que são os que aparecem em branco nesse mapa. Azul é município que tem esse número ou mais. As linhas pretas são os limites das regiões administrativas. E o verde são os que não têm. O cor de rosa é a Prefeitura, que não respondeu ao questionário encaminhado pelo SEADE.

O que observamos? Observamos, e a tabela da página 59 ajuda a ver esses dados, uma cobertura um pouco mais extensa, segundo o número de municípios, das Leis de Parcelamento e Código de Obras. Acho que eles são instrumentos mínimos de regulação da produção de espaço urbano, com cerca de 65% dos 224 municípios cujos dados foram recuperados aqui com este instrumento legal.

Na seqüência, tenho a presença de Leis de Zoneamento em torno de 56% dos municípios. Depois, o Plano Diretor, com 47% desses municípios. Então, já guardando uma distância bastante grande, tenho só 50 de municípios dos 224 que têm Lei de Proteção ao Controle Ambiental. Somente 22 municípios que conseguiram, ou encaminharam, ou aprovaram a Lei do IPTU progressivo sobre vazios urbanos.

Observo também a tendência da maior presença desses instrumentos nos municípios de maior porte populacional. Então, municípios com mais de 200.000 a 500.000 habitantes e mais de 500.000 tendem a dispor, em proporção muito mais elevada, desses instrumentos. Nos municípios de menor porte, o número é bem mais reduzido.

Por último, observo também, confirmando até um pouco os dados apresentados sobre a formação da rede urbana paulista, que os municípios que dispõem desses instrumentos tendem a estar mais próximos do município da capital, mais localizados na própria região metropolitana e nos municípios que se irradiam territorialmente a partir da região metropolitana.

Então, é o que podemos perceber com a Região metropolitana aqui. Este aqui é o mapa da Lei do Plano Diretor. E a mancha azul está localizada aqui.

E o mapa da identificação da rede urbana paulista, com a identificação das aglomerações e áreas metropolitanas tendem a um desenho espacialmente semelhante.

Em suma, eram esses os aspectos que eu queria destacar. O documento contém mais dados, trabalhou com mais indicadores e ele, confesso, está mais rico na estruturação das reflexões e na construção dos argumentos que procurei passar aos senhores.

Obrigada.

SR. PAULO TEIXEIRA – Obrigado, Sônia . Acho que, mesmo com a falta do aparelho, você fez uma brilhante exposição.

Gostaria, então, de abrir os debates e, também, no momento seguinte, encaminharmos nosso plano de trabalho para oferecer um programa, uma diretriz de programa nessa área.

Já está inscrito o Dr. Adriano Branco.

SRA. SÔNIA – Um segundo só. Meus colegas de equipe da Fundação SEADE encontram-se aqui e eu peço a eles que participem agora do debate. Inclusive, muitos deles têm mais facilidades com algumas das temáticas que apresentei. Então, a palavra está aberta para eles, também.

SR. ADRIANO BRANCO – Farei uma intervenção rápida. Em primeiro lugar, queria cumprimentar a Fundação SEADE e particularmente a expositora, pelo trabalho. É rico, é consistente, é um trabalho muito bom.

Eu já havia lido, um pouco na diagonal, mas agora fiquei bem consciente de todas as informações e dados. Dessa leitura mesmo feita em diagonal, eu já tinha observado duas coisas que me parecem que podem ser registradas como uma política a ser desenvolvida. Primeiramente, pego as informações finais que a expositora deu como mais ou menos impróprias no documento, mas que achei absolutamente próprias, e focalizo a questão dos planos diretores. Acho que é preciso fazer um trabalho no sentido de que os municípios cumpram com a determinação constitucional de ter planos diretores. Estamos vendo que a disposição da Constituição Estadual não é cumprida, que é mais exigente, mas também não cumprem a disposição da Constituição Federal, que é menos exigente.

É evidente que se os municípios não têm sequer planos diretores, é difícil que venham a ter planos habitacionais, planos de uso do solo e assim por diante. Então, acho que isso seria alguma coisa a ser incentivado pelos meios a serem discutidos.

A segunda questão que fica evidente, e para mim ela é evidente há bastante tempo, é que o esforço de construção habitacional do Estado tem sido mais dirigido para o interior e menos para a região metropolitana. Foi. E é a região metropolitana que tem a carência maior. E os dados aqui mostram até que nos últimos instantes, nas obras que estão em execução até, há uma certa equivalência com a região metropolitana.

Imagino até que, inicialmente, essa política tenha sido um pouco diferente, porque a presença da COHAB e dos INOCOOPs foi muito forte no quadriênio 1991-

1994 e enfraqueceu-se muito no quadriênio 1994-1998. Esse enfraquecimento da presença do INOCOOP e da presença das COHABs é que provavelmente levou a que o plano do Estado acabasse sendo voltado mais para o interior. E isso eu creio que precisa ser realmente reforçado. Acho que dividido meio a meio, como está, ainda é pouco, pela visão....

SR. – No primeiro mandato do Governo Covas, o investimento foi de 2/3 para o interior e 1/3 para a região metropolitana de São Paulo. Agora é o contrário, 2/3 para a região metropolitana de São Paulo e 1/3 para o interior.

SR. ADRIANO BRANCO – Dois terços dos recursos. É preciso ter em conta que na região metropolitana, a construção e a compra de terrenos etc. é mais cara do que no interior. A ajuda das prefeituras no interior é muito importante para a capital. No plano do Estado, é nenhuma. Enfim, é preciso realmente inverter mesmo a questão de dotação de recursos, sob penas de vermos agravados esses números que o relatório mostra com muita clareza, que são extremamente graves na região metropolitana, muito mais graves do que no interior de São Paulo.

Então, imagino, Sr. Deputado, que poderíamos aí tender a duas políticas do Estado, no sentido de apoiar os municípios na realização de seus planos diretores, quando eles não tiverem capacidade própria. E, ao mesmo tempo, apoiar esta política que a Secretaria parece já ter adotado, de mudar a relação de investimentos entre região metropolitana e interior do Estado.

SR. PAULO TEIXEIRA – O próximo inscrito é o Dr. Fernando Silva Chaves.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Queria, primeiramente, cumprimentar a Fundação SEADE pelo belíssimo trabalho feito. Acho que a qualidade das informações são muito importantes para nós. Mas eu queria dar um enfoque um pouco diferente em nossa discussão. Acho que o maior problema que temos, hoje, é

o problema de recursos financeiros, tanto para as prefeituras, para desenvolvimento urbano, como para o setor de habitação. E isso aí nós temos de dividir em duas coisas bem distintas.

Tivemos, na década de 70, um desenvolvimento muito grande dos centros urbanos. Isso em função do financiamento dos Projetos CURAs, que eram financiamentos com juros baratos, subsidiados pelo Banco do Brasil e com longo prazo, em que o retorno disso se dava com Contribuição de Melhoria. Isso hoje não existe.

Temos visto, no interior do estado, e agora está surgindo também na capital, o sistema de a própria empreiteira fazer esse financiamento, por meio de planos comunitários, com financiamentos de curto prazo, de, no máximo, 12 meses, e com taxa de juros extremamente alta.

Então, acho que o fundamental hoje discutir é como as prefeituras podem obter, e trabalhamos para isso, recursos a longo prazo e com taxas baixas, e que a Contribuição de Melhoria dos melhoramentos públicos consiga pagar esses financiamentos. Isso na parte de desenvolvimento urbano.

Na parte de habitação, novamente temos o problema financeiro. Vivemos a década que tinha o Banco Nacional de Habitação, em que foi feito um volume muito grande de habitações, a qualidade de habitação melhorou muito. Depois disso, acabou, e hoje o que temos é um financiamento habitacional quase inexistente.

Por sorte, no Estado de São Paulo temos uma verba destinada à CDHU, que ainda consegue fazer alguma coisa. Mas é muito pequeno. E nessa questão da Habitação é que eu acho que temos de começar a discutir como fazer um subsídio à população de baixa renda, e esta também é uma questão muito importante.

Acho que era isso que eu tinha para colocar em discussão.

SR. PRESIDENTE – Agora, o Dr. Jorge Wilhelm.

SR. JORGE WILHEIM – Novamente, vou-me somar aos demais colegas, acho que o trabalho da Fundação SEADE foi muito bom e a apresentação da Dona Sônia igualmente foi muito esclarecedora. Eu tinha analisado o documento anteriormente e faço algumas observações iniciais.

No que diz respeito à expansão urbana, que está muito bem descrita e mapeada inclusive, eu me lembrei que no Plano Metropolitano feito na EMPLASA em 1993, publicado em 1994, sobre o qual talvez até mesmo fosse comentar, existe essa visão, e prospectiva inclusive, sobre a constituição dessas fusões das diversas metrópoles, a de São Paulo, a de Campinas e o começo do Vale do Paraíba. E há uma proposta até de denominação de que o que está realmente ocorrendo no Estado de São Paulo é a criação do que eu chamava de Macrometrópole. Quer dizer, que é a fusão de 3 Regiões Metropolitanas, cuja convivência e cuja interação, entre Campinas e São Paulo, entre São Paulo e São José dos Campos e com a região de Santos, é cada vez mais ativa.

Isso tem de ser visto, e no Plano Metropolitano é visto, dentro de um enfoque mais amplo do que significa a globalização da economia, os riscos e as oportunidades.

Permito-me, uma vez que estamos na Assembléia Legislativa do Estado, apontar que há no Plano Metropolitano de 1994, arquivado e me parece não muito utilizado pela própria EMPLASA, uma série de estratégias propostas para a diminuição dos riscos e o aumento das oportunidades.

Digo porque há no trabalho da Fundação SEADE diversas descrições sobre o problema da perspectiva de emprego e trabalho, que não é o essencial da encomenda que me foi feita, mas que se fala no problema da industrialização e da saída de indústrias, portanto o problema da indústria é tocado.

Permito-me chamar a atenção que, já em 1993-1994, nesse trabalho da EMPLASA, apontávamos para o fato de que há uma grande mudança no próprio paradigma industrial. Quer dizer, não é que aqui aumentou ou diminuiu. É que no mundo todo o paradigma industrial mudou. Não se fabrica como antes. E não é só

que não se fabrica, no sentido de que foi eliminada a linha de montagem, mas a organização da empresa industrial é diferente, com uma predominância muito maior dos aspectos financeiros.

Só para dar um exemplo, a Nike, que nós todos consideramos que deve ser uma imensa fábrica de tênis, não fabrica nada. Ela é uma marca e uma central de decisão financeira.

É importante notar isso, porque acho que a perspectiva que temos pela frente é de uma fase de reindustrialização de São Paulo. Claro que São Paulo sempre será, antes de mais nada, uma grande cidade de serviços, como toda cidade grande é. Mas acontece que ainda se produz no mundo, só que se produz de uma maneira diferente. Para essa maneira de produzir, até o município, não digo nem a Grande São Paulo, mas mesmo o município de São Paulo deve considerar a perspectiva de um crescimento da atividade industrial. Só que é outra atividade.

A segunda observação ecoa aquilo que Adriano Branco tinha falado. Quer dizer, chama muito a atenção o fato de que no Estado de São Paulo, como aliás no Brasil todo, temos mais Leis de Zoneamento do que Planos Diretores. Portanto, temos uma antecipação de uma decisão do que se pode e não pode fazer em cada lote privado antes de saber para onde é que nós queremos que a cidade vá. Quer dizer, o zoneamento seria claramente uma decorrência de um Plano Diretor. Não o é no Brasil. Não o é no Estado de São Paulo. E nisso é preciso apontar que existe uma espécie de aceitação geral, isso deve ter algum traço cultural, talvez da nossa cultura migrante, da mobilidade da nossa população, uma espécie de cumplicidade contra o Planejamento. Pode não ser consciente, mas na prática ela se revela. Os Planos Diretores são sistematicamente não discutidos pelas Câmaras. Às vezes são elaborados e mandados. Mas eles não são discutidos.

São Paulo, Município, é considerado no mapa formalmente como tendo plano diretor. O plano diretor que São Paulo tem, formalmente, é uma lei muito capenga, dificilmente pode ser considerado como plano, e que foi aprovado por decurso de prazo, no tempo do Prefeito Jânio Quadros. Todos os outros planos, antes e depois

mandados, os Srs. Vereadores não houveram por bem sequer debatê-los. e os Srs. Prefeitos também não fizeram muita questão de que fossem debatidos.

Isto é grave, e é grave inclusive no âmbito da política e do planejamento metropolitano, que também não foi discutido e não foi levado pela EMPLASA para a Assembléia Legislativa.

O setor político não é muito predisposto ao planejamento. E esta é uma razão a mais para cumprimentar os Srs. Deputados e a Casa, por levantarem um debate como este, porque é uma espécie de autocrítica, na prática, o que está se fazendo.

Quer dizer, ou o setor político se volta para a importância da visão a longo prazo, ou o Brasil poderá perder o bonde de novo, como o fez no século passado.

Tenho outras observações, mas vou parar por aqui, para intervir mais tarde.

SR. PAULO TEIXEIRA– Também precisávamos estabelecer um teto. Então, durante a fala da próxima oradora, eu vou fechando as inscrições, para depois fazermos os encaminhamentos.

SRA. EVANIZA RODRIGUES – Acho que a questão que nos foi apresentada com dados reais é superimportante para se ter total dimensão do problema. Porque, na verdade, ele parece um problema tão grande, tão absurdo, que é insolúvel. Se ele é insolúvel, então não adianta fazer porque não tem solução mesmo. Então as medidas são sempre paliativas.

Acho que, com dados mais precisos, começamos a ver, sim, a cara do problema e os tipos de manifestações que ele tem, e que, portanto, exigem respostas diferentes. Em geral, a política habitacional tem respondido de maneira igual a problemas diferentes. Acho que este é um dos primeiros problemas que encontramos.

Queria, simplesmente, fazer uma observação em relação aos dados do cortiço na região central. Gostaria de cruzar os dados, se for possível, dessa pesquisa com a realizada pela FIPE em 1997. Não sei se coincide a região,

precisamos cruzar esses dados, mas a pesquisa indicava 600.000 pessoas vivendo em cortiços na área central. Acho que, empiricamente, sabemos que isso é muito próximo da verdade, pela população que temos trabalhado, e desenvolvido algumas propostas na região central.

Apesar disso, temos visto, também nessa mesma região, mais no centro consolidado, a expulsão de pessoas, e aí é numérico, não é percentual mais, de pessoas das áreas mais consolidadas do centro da cidade para a periferia, onde a periferia de São Paulo não é nem mais dentro de São Paulo, a periferia de São Paulo já está fora. E muitos, também, porque não encontram os instrumentos adequados de permanência, de fixação e de acesso às áreas já urbanizadas, fazendo com que a mancha cresça aí de maneira absurda.

Então, acho que também um dos objetivos, uma das metas do nosso trabalho aqui no Fórum seria discutir também sobre isso e pensar de que maneira aproveitar esta cidade que já existe, esta cidade que já está construída e que está de uma certa maneira sendo desperdiçada. Acho que não estamos em condições de darmos ao luxo de fazer desperdício de infra-estruturas, desperdício de cidade, de equipamentos públicos que já estão implantados nas cidades, nos centros das cidades, e aí nem só em São Paulo.

Outra coisa que acho que precisaríamos, e aí seria uma tarefa talvez muito mais complicada de fazer, é ver também o que está sendo feito em termos de municípios. No Município de São Paulo já mais ou menos se sabe, mas como é que, de modo geral, se casam as ações da política habitacional do Governo do Estado, a intervenção do Governo Federal, por meio dos programas da Caixa Econômica, e dos municípios. Porque, geralmente, essas ações têm sido independentes uma das outras. Não são coordenadas entre si, e muitas vezes são até contraditórias, e aí vamos ver coisas absurdas acontecendo, às vezes duplicando ações e sendo omissa em áreas onde seria muito importante.

Por último, queria também colocar a importância da parceria, da consideração dos atores na proposição aí de soluções. Como, em nossas bandeiras, colocamos

ainda de maneira a Dom Quixote todas as oportunidades que temos, nesta Casa está correndo um projeto, desde 1995, com a criação do Fundo e Conselho Estadual de Habitação. Para que este processo que estamos tendo aqui hoje, e estamos vendo quão importante ele é, que ele pudesse ser um instrumento permanente de participação, de planejamento e de encontrar soluções para a questão habitacional.

SR. PAULO TEIXEIRA – Agora, o Dr. Francisco, Secretário de Habitação do Estado de São Paulo. Depois, Eduardo Capobianco, Maria Encarnação Espósito, Tereza Belda, Celso Carvalho, Silvana e Arlete. Então, encerraremos, para encaminhamento.

Dr. Francisco, também queremos estender o convite ao atual Presidente da CDHU, Dr. Nelson Peixoto. Vamos fazê-lo oficialmente, mas também gostaríamos que o senhor transmitisse a ele este convite.

SR. FRANCISCO RIBEIRO PRADO – Pois não. Transmitirei a ele, sim. Eu queria cumprimentar a Fundação SEADE e à expositora por este magnífico trabalho que foi exposto aqui e que, realmente, nos traz elementos muito concretos para que possamos fazer aquilo a que o Dr. Jorge se referiu, ou seja, cuidarmos de um planejamento efetivo antes de estarmos atropelando os resultados, como acontece com a questão do Zoneamento e com o Plano Diretor. Chamou-me a atenção nesse levantamento a importância da autoconstrução. Este dado que está aqui neste levantamento, combinado com os dados que me foram passados a respeito do consumo de cimento pelo autoconstrutor, que vai a mais de 50% da produção nacional de cimento, que é consumida pelo autoconstrutor, isto parece estar a demonstrar que, antes de termos um déficit de habitação, temos um déficit de cidade.

Tenho a impressão, até, que se enfrentarmos o déficit de cidade, de cidade significando a possibilidade da pessoa comprar um lote de terreno, do seu

proprietário ter o domínio desse lote e ter com esse lote toda a infra-estrutura urbana, inclusive a questão de transporte, assistência à educação, saúde ali próximo, se tivermos a cidade, tenho a impressão que a habitação vem por gravidade. Precisaríamos realmente, claro que o esforço do Poder Público não pode desaparecer, mas eu tenho a impressão de que realmente se empregarmos recursos para a formação da cidade, teremos uma facilidade muito grande para vencer esse déficit habitacional.

Realmente, esse dado aqui me pareceu muito importante, e é um dado que vem assim talvez de maneira que possa até justificar um plano específico para o lote social. Porque se de fato nós temos assim um percentual tão grande de pessoas que estão dispostas a vencer esse déficit através da autoconstrução, e estão fazendo isso, isso dá a impressão de que se nós pudermos oferecer a cidade, ou seja, as condições de compra de um lote de terreno, com toda essa infra-estrutura, estaremos nos adiantando, porque estaremos na fila daqueles 60% que estão construindo. Não estaremos contra a corrente, mas estaremos apenas estimulando o fluxo daqueles que já estão construindo, e que não constróem mais evidentemente e adequadamente por faltar a cidade. A favela, a construção em terrenos invadidos, sem uma disciplina, na verdade, isto é o resultado da falta da cidade. Tenho a impressão de que este é um aspecto importante que podemos debater, porque com menor quantidade de recursos públicos, poderíamos resolver o problema habitacional.

Eu acho que esta é a consideração que eu queria fazer.

Muito obrigado.

SR. EDUARDO CAPOBIANCO – Eu tinha um ponto a falar, mas agora, depois da exposição do Dr. Francisco, preciso fazer um comentário sobre essa exposição. Acho que esses dados que estão aqui não levam, não permitem uma conclusão sobre a inadequação das moradias autoconstruídas. Aliás, a forma de construção na Tabela 19 não está muito clara, porque quando coloca que uma

moradia foi comprada, não quer dizer que ela não tenha sido inicialmente autoconstruída. Tem apenas a forma de aquisição. Quer dizer, esse quadro não dimensiona o potencial da autoconstrução ou da construção de terceiros ou da construção de tudo o mais. Não dimensiona. Como também não relaciona a forma de construção ou de aquisição com o estágio em que ela se encontra sobre adequação ou inadequação, que é fundamental. O déficit ou a inadequação que precisa ser debatida não tem relação com a forma de execução, com a construção. Está certo? Quer dizer, este é um ponto que não está nesse trabalho.

Mas o que me chamou mais a atenção, e é o motivo da minha inscrição, é sobre os instrumentos municipais de estrutura urbana, que estão elencados aqui, alguns deles, os principais, em termos de Constituição e tudo o mais e a legislação existente, e São Paulo tem todos eles, ou quase todos, e vivemos num caos. Quer dizer, existir o instrumento e a sua prática, como ele acontece efetivamente, demonstra que ou os instrumentos têm sido mal utilizados ou não são suficientes para resolver a nossa questão, a questão paulista enquanto cidade.

Parece-me que precisamos pensar em instrumentos alternativos municipais de gestão urbana que possam efetivamente ter um impacto positivo sobre a construção da nossa cidade.

Então, precisamos pensar na forma como esses instrumentos são utilizados e que outros instrumentos poderiam ser utilizados para que avançássemos na melhoria da qualidade de vida das cidades paulistas.

Era isso. Obrigado.

SRA. MARIA ENCARNÇÃO ESPÓSITO – Gostaria de, em relação, ao documento, destacar três pontos, e evidentemente, desses, principalmente os dois primeiros, vão justificar porque considero o documento de muito boa qualidade.

O primeiro ponto é a opção que fizeram de, ao caracterizar e propor uma classificação da rede urbana paulista, ter tentado articular as dinâmicas territoriais com relações econômicas e dinâmicas geográficas. O que temos historicamente é

uma tendência ou de apenas considerar as dinâmicas territoriais, como, por exemplo, as de aglomeração e formação de regiões metropolitanas, ou a opção por um outro caminho, que é o de considerar os indicadores econômicos e aqueles demográficos.

Acho que, à medida que procuraram considerar esses três níveis de expressão das mudanças ocorridas, nos últimos anos, de fato conseguiram estabelecer aí, vamos dizer, uma classificação, considerando a centralidade das principais áreas urbanas paulistas, que é bastante interessante.

O segundo ponto é também a opção de vocês, ao tentar analisar as políticas habitacionais, estabelecer relações com políticas urbanas. Considero importante esse esforço porque o que se observa no Estado de São Paulo é que, em função do fato de ter havido um aumento, nos últimos 30 anos, do problema habitacional, o que aliás não aconteceu só em São Paulo, mas no Brasil inteiro, em muitos municípios, em suas estruturas administrativas, no nível Executivo, se separou a política habitacional da política urbana. até na Secretaria de Planejamento, da qual se desmembrou o grupo que cuidava da habitação, trazendo realmente repercussões muito negativas.

Quer dizer, não se pode pensar na solução do problema habitacional sem inserir a casa na cidade. Por quê? Porque acho que aí é que se coloca o grande desafio. Se pudéssemos, no plano dos municípios – onde se dá a aprovação da legislação, a aprovação desses instrumentos todos de intervenção urbana –, diminuir no plano espacial diferenças que se observam no plano socioeconômico, que são diferenças que estão se acentuando no Brasil, ou em função de processos globais, que não teríamos talvez total controle sobre eles, ou em função mesmo de políticas nacionais... São três escalas diferentes. A legislação municipal é decidida no plano municipal, ela orienta a ação municipal, e ela pode minimizar, no plano espacial, diferenças, por exemplo, de níveis salariais que estão se acentuando no caso brasileiro.

Então, acho muito interessante se pensar conjuntamente essas duas políticas.

O terceiro que eu queria destacar, e aí fica talvez uma pequena observação, embora no documento fique claro o que se está entendendo por interiorização, sempre gosto de questionar um pouco a escolha desse termo, por fazer referência ao que vem ocorrendo a partir da década de 80 no Estado de São Paulo. Porque a avaliação dessa série de mapas que apresentam aqui e de outros contidos em outras pesquisas e publicações do SEADE, algumas vezes conjuntamente com a UNICAMP, a utilização desse termo sempre pode trazer interpretações erradas para aqueles que não estão lendo todos os documentos e analisando com cuidado todas as tabelas.

O que se observa de fato é que diferenças de infra-estrutura, de densidade técnica, de conhecimento através do centro de pesquisa, e sobretudo de níveis de capitalização entre as diferentes regiões do Estado de São Paulo permitem-nos verificar que o que mais ocorreu foi uma acentuação das diferenças nisso que se chama o interior, do que propriamente uma interiorização ou da industrialização ou do crescimento econômico.

Chama-me a atenção o fato de que os mapas aqui apresentados revelam muito bem o quanto as regiões melhor servidas por esses aspectos que eu destaquei cresceram e o quanto outras regiões tiveram ou evolução negativa ou crescimento proporcionalmente muito inferior à região de Campinas, à de Ribeirão, Sorocaba, São José, enfim aquelas que apresentaram índices menores. O que mostra que precisamos de fato pensar é, inclusive, numa política que não seja apenas diferente entre a Região metropolitana e o Interior, mas diferenciada para o Interior. Essas informações que mostram indicadores de pouco crescimento ou de depressão para o Vale do Ribeira, para a região de Presidente Prudente, para a região de Araçatuba devem ser objeto de preocupação, senão, vamos superar um pouco o hiato entre a região metropolitana e São Paulo, mas criar um outro hiato, que são dois “interior paulista”, se é que posso chamar assim.

Então, gostaria que pudéssemos, no decorrer de todo esse trabalho que vai ser realizado, prestar bastante atenção para esse aspecto e talvez, embora isso, eu repito, esteja dito aqui no texto apresentado por vocês, possamos repensar um pouco o uso desse termo interiorização, que pode passar para o senso comum, vamos dizer assim, a idéia de que está havendo um processo de tendência homogênea de crescimento ou de ampliação da capacidade de produção industrial ou de diversificação ou complexificação do setor terciário por todo o Estado de São Paulo.

SRA. TEREZA BELDA – Muito do que eu iria observar já foi observado aqui. Vou apenas enfatizar um aspecto que me passou a partir da exposição do SEADE, que é a questão da localização das habitações. Nessa localização, pelo que vocês expuseram, vocês fizeram o cruzamento com equipamentos urbanos, com políticas etc. Acharia interessante, talvez para qualificar mais ainda e poder dar subsídios para propor programas e implantar alguma coisa localizadamente, não apenas considerando apenas a questão geográfica, mas justamente aspectos socioeconômicos, era perceber a relação entre o tipo de condição de moradia com equipamentos sociais propriamente ditos, que eu não vi aqui. Eu digo equipamentos sociais de natureza, por exemplo, de escolas. Equipamentos de saúde, porque acho que isso também vai mostrar uma sensação, uma diferenciação muito grande. E dessa exclusão social maior ainda, diferenciada conforme não somente dentro do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e na própria região metropolitana. Entendi porque vocês só consideraram a região como um todo. Porém, é evidente que vocês consideram, e não deu para apresentar aqui, as sub-regiões ou subconjuntos na região metropolitana de São Paulo que realmente se distinguem muito, como o interior de São Paulo, há uma diferenciação muito grande. Então, eu queria salientar essa possibilidade, para que possamos, ao propor alguma coisa, levar em conta essa realidade mais qualificada, considerando esse aspecto.

Praticamente era isso. Queria só dizer que depois entregarei ao Deputado Paulo Teixeira os dados que a EMPLASA possui, para colocar à disposição. Não trouxe em número suficiente para todos, mas nós forneceremos. São dados socioeconômicos e demográficos da Baixada Santista, da região metropolitana de São Paulo e da região de Campinas, que está para se formar, que podem não ser detalhados como o SEADE tem agora, porém podem também ajudar um pouco esse panorama.

E uma outra coisa, só para finalizar, é que ela chamou a atenção da necessidade de cruzar a pesquisa com a da FIPE, em relação aos cortiços; também seria interessante, em relação aos instrumentos urbanos, consultar e chamar para participar aqui, não sei se já compõe ou não, alguém do CEPAM. Acho que o CEPAM tem trabalhos, ou pelo menos tinha, não tenho acompanhado ultimamente, nessa linha de conhecimento de instrumentos dessa natureza. Acho que seria interessante convocá-los.

É só isso.

SR. CELSO CARVALHO – Também acho que esse trabalho foi extremamente revelador, e dentro dele temos coisas interessantes que chamaram a atenção, sem dúvida a questão, a forma como foi abordado o déficit habitacional, a separação de déficit e a inadequação foram extremamente importantes para o andamento dos trabalhos deste Fórum, desta Comissão. E, realmente, quando olhamos isso, esses dados nos quais o que falta de habitação é 5%, e o que falta de ações para qualificação da habitação é 30%... Temos atuado muito na produção de habitações e temos deixado um pouco de lado, ou dado menos ênfase para essas outras questões. E quando se vê, também, concordo com o Dr. Francisco, a importância da autoconstrução, em termos de quantidade. Sabemos que na autoconstrução se constrói muito por autoconstrução. E sabemos muito, tem-se uma sensação de que se constrói muito e se constrói muito mal. Existem problemas de perdas econômicas do autoconstrutor. Temos problemas de situações de risco,

enfim, uma série de questões. Situações de risco ambiental. Situações de risco da edificação. Todas essas questões colocadas, inclusive, mostram uma coisa que o IPT já tem pensado e discutido. E só como uma informação, o IPT tem uma tradição de trabalhar a qualidade da habitação. Estamos tentando iniciar, agora, algum programa de pesquisa mais voltado para a melhoria da qualidade da construção autoconstruída, quer dizer, como poderíamos desenvolver mecanismos para dar um apoio. Acho que é importante ter acesso a um lote, a um lote urbanizado, a um lote dentro de uma cidade melhor. Mas é importante tentar descobrir formas de apoio tecnológico, de melhoria tecnológica para a autoconstrução. Mas antes de sair para propostas, que vai ser nossa tarefa, eu queria propor, dentro da linha que o Deputado Paulo Teixeira colocou, que aprofundássemos o diagnóstico. Acho que o diagnóstico do SEADE foi extremamente interessante, mas vejo pelo menos quatro itens que seria interessante aprofundarmos, antes de sair para as propostas.

Em um primeiro ponto, precisaríamos ter um diagnóstico das possíveis fontes de recursos para habitação. Quer dizer, hoje a habitação de interesse social em São Paulo é bancada só pelo orçamento do Estado? Existe possibilidade de buscarmos? O Fundo de Garantia está atuando aqui? Não está? Outras fontes. Ter um diagnóstico específico sobre fontes de recursos, eu acho que seria fundamental para nós. Talvez convidando a Secretaria de Economia e Planejamento, Secretaria da Fazenda, Caixa Econômica Federal. Acho que esse ponto seria importante.

Um segundo ponto seria um diagnóstico sobre as ações implementadas pelo Poder Público, nos últimos digamos 10 anos, voltados para o combate ao déficit e à inadequação, e daí seria importante, e além da tabela apresentada pelo SEADE, ouvirmos a CDHU, as COHABs, algumas Prefeituras Municipais, um diagnóstico, o que conseguiu produzir, quais foram as deficiências, quais foram os resultados.

Um terceiro ponto, olhando para as demandas, eu acho que aqui temos de considerar, temos de buscar ouvir quais são as demandas expressas pelo movimento popular, ou seja, do ponto de vista dos setores necessitados e organizados, o que eles colocam como demanda.

E, finalmente, para não ficarmos só na questão da habitação, da casa, acho que seria importante buscar, trazer para cá, para essa reflexão ações ou exemplos de ações de qualificação urbana. Eu, particularmente, conheço alguns exemplos de ações na cidade de São Paulo, desenvolvido no âmbito do Programa Guarapiranga. Algumas ações na Prefeitura do Município de Santo André. Sem dúvida deve haver mais, mas ações voltadas para a qualificação do espaço urbano, dos espaços públicos, das áreas de lazer, da preservação ambiental. Enfim, acho que essas quatro questões seriam importantes para aprofundarmos o diagnóstico e depois partir para propostas neste Fórum.

SRA. SILVANA MARIA PINTALDI – Queria parabenizar a equipe do SEADE pelo trabalho. Serei redundante, mas vou destacar também que considereei muito importante a parte final, antes dos instrumentos para a gestão pública. E participando de uma prefeitura também, e trabalhando na universidade com isso, tenho tido a oportunidade de ver que muitos planos diretores do interior do Estado não são conhecidos nem pelos membros da Prefeitura direito. Eles têm ali para enfeitar. Desculpem falar assim rudemente, mas eles têm o Plano Diretor para enfeitar. Foram feitos por eminências do planejamento e as pessoas não sabem usar.

Em nosso município é um pouco diferente, porque ele foi feito pela própria população. Até ficou faltando alguma coisa. Mas isso foi superado ao longo do tempo.

Mas acho que devemos pensar muito bem porque muitos dos que estão mapeados aqui não servem para absolutamente nada. Então, esta eu acho que é uma questão importante de estarmos pensando.

E também queria destacar o fato de se ter colocado a questão do espaço, associado aos dados socioeconômicos; isso é extremamente para análise.

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Queria apenas, de um lado, me somar a todos aqueles que se manifestaram cumprimentando a excelência do trabalho feito pela Fundação SEADE. Queria repisar um ponto, e tem um desdobramento após isso, um ponto que nos parece da maior importância dentro da visão do setor da construção ou da cadeia produtiva da indústria da construção, que está abrangida na nossa Comissão da Indústria da Construção da FIESP. E o tipo de resposta que vamos dizer o setor industrial como um todo poderia dar, somando-se, aliando-se para melhorar os resultados.

A tese fundamental nos parece que a política tem de ser de desenvolvimento urbano, como abrange, e daí decorre uma porção de outras, inclusive uma fundamental, que é a da habitação. É lógico, é óbvio, mas infelizmente não acontece. Então, nunca é demais dizer que nós, também, em nome da indústria de São Paulo, não nos conformamos com isso. E que ações podemos fazer para que encontremos a melhor solução? Até porque habitação isolada, sem a chamada infra-estrutura básica... As utilidades básicas, água, esgoto, saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública etc., e mais a infra-estrutura de serviços, como você falou, Tereza, a respeito de segurança, educação, saúde, equipamentos de lazer e de cultura, são absolutamente fundamentais.

Hoje em dia, discute-se no mundo, há uma competição. É a era da competitividade, a competição entre cidades, as cidades competitivas no mundo, as cidades vencedoras, as cidades perdedoras. Em São Paulo, temos potencialmente um número grande de cidades vencedoras. Só que, na verdade, estamos, nesta corrida, muito para trás, com um potencial extraordinário desperdiçado.

A par de aprofundar diagnósticos, acho que a proposta do IPT é interessante, mas eu, pessoalmente, e falando aqui em nome da Indústria da Construção da FIESP, estou aflitos por, além da problemática do diagnóstico, da identificação de problemas, ir para as soluções que possam ser aplicadas praticamente e de maneira rápida.

E aí vem uma decorrência. A resposta industrial pode ser feita de uma maneira melhor se houver continuidade de programas. Padecemos, neste país, de uma descontinuidade. Funcionamos por espasmos. Então, tem um espasmo, alguém faz alguma coisa. De repente a orientação é uma. De repente pára aquilo, não se faz mais nada. A orientação é outra. E assim se desqualifica, joga fora, desperdiça recursos, treinamento, equipamentos de toda natureza mobilizados.

Existe um esforço, acho que há um nível de consciência crescente com relação à qualidade. Há um programa, QUALIHAB, que é um programa extraordinário, num processo de ir crescendo, melhorando a qualidade. E há um engajamento grande da indústria dos materiais de construção e dos aplicadores, dos construtores nisso. Então, a normalização é algo importante que o Brasil tem de seguir, tem de aumentar o processo e normalização e a certificação técnica de materiais.

Ainda que eu, pessoalmente, fique muito impactado pelos números que indicam aí a presença da autoconstrução, e respeitando o esforço do ser humano no sentido de resolver pelas próprias mãos seu problema de déficit habitacional, mas, em geral, a qualidade

é muito insuficiente, não só pelos processos, mas também pelos produtos. Precisamos de um processo contínuo para que toda a qualidade melhore, com produtos certificados, até mesmo a autoconstrução vai melhorar muito nos seus resultados, com mais segurança e mais qualidade habitação.

Era isso. Obrigado.

SRA. ARLETE MOISÉS RODRIGUES – Eu me inscrevi, embora não seja Conselheira, mas quero pegar a palavra para agradecer aos Deputados por terem me chamado para assessorar, sem custos, o Fórum, já que eu trabalho na Assembléia Legislativa assessorando a bancada do Partido dos Trabalhadores. Então, é uma assessoria complementar. Tenho vários aspectos importantes e minha tarefa é muito mais recolher todas as questões que estão sendo lançadas e

viabilizar, portanto, colocando-me à disposição de vocês. Mas eu queria levantar alguns pontos.

O Secretário de Habitação, já no nosso primeiro encontro, levantou essa questão de que falta cidade. Falta cidade e cidadania, não é, Secretário? E aí é que o nosso grupo, na verdade inicialmente ia tratar da questão da habitação, mas já nas primeiras conversas, habitação não dá conta de resolver o problema da cidade e da cidadania. Em relação ao cidadão que mora na cidade, temos de pensar nessa infra-estrutura e nos meios de equipamentos chamados de consumo coletivo.

Então, nesse sentido é que deve ser a conversa, e o SEADE levantou os dados da maneira como achamos perfeitos. Faltam dados? Faltam. Acontece que os recursos davam para fazer este tipo de levantamento. E é nele que o SEADE se empenhou ao máximo para permitir uma visão que extrapolasse única e simplesmente a casa e entendesse isso na dimensão da cidade.

Gostaria de dizer algumas coisas. São Paulo tem um plano diretor, sim, a cidade de São Paulo. Só que ele não atende aos princípios expostos na Constituição de 1988, de 12 anos atrás, que coloca a questão da função social da cidade e da propriedade. Então, é como se ela não tivesse um plano diretor.

São questões que a Professora Silvana levantou muito bem. Muitas vezes, existente um plano diretor, fica engavetado. Quer dizer, qual é o poder desta Casa, de nós, Conselheiros, em fazer propostas que viabilizem planos diretores ou incentivar que os municípios façam planos diretores adequados à sua territorialidade, quer dizer, à sua espacialidade? Isso eu aprendi com a Professora Carminha, a Maria Encarnação Espósito, porque ela é uma estudiosa das pequenas e médias cidades do Estado de São Paulo. Então, há uma dimensão diferente em pensar em Presidente Prudente, Rio Claro, São Paulo e Santo André. Mas talvez pudéssemos pensar nessa dimensão.

Acho que a questão do levantamento da moradia por autoconstrução, realmente eu concordo com o Capobianco, ela é parcial, pelo que vemos. Mesmo porque, ela é processo. Depois de concluída, ela deixa de entrar como um processo

de autoconstrução. Então, acho que isso tem de ser pensado. Sou muito mais a favor, e aí é minha opinião pessoal, se pensássemos em propostas de mutirão, de uma responsabilidade coletiva, do que de autoconstrução, que é um processo inacabado. Ele é sempre uma catedral.

Acho que são questões a se pesar e eu gostaria de trazer uma reflexão que não apareceu, que é a seguinte: é atribuição, sim, do Poder Público Municipal elaborar seus programas de uso do solo. Nesse sentido, os instrumentos aqui mostram essa viabilidade.

Mas a Constituição Estadual interfere de uma forma que impede a renovação de áreas degradadas. A Constituição do Estado de São Paulo, a única no Brasil inteiro, fiz essa pesquisa, impede que se faça a urbanização de favela, de uma maneira adequada, a permitir a entrega da infra-estrutura e a posterior mudança da qualidade da habitação.

Então, eu gostaria que os Conselheiros também me ajudassem nessa dimensão. Tem três projetos de lei nesta Casa que buscam a alteração do inciso VII da Constituição Estadual, para que se possa fazer a desafetação das áreas de uso comum e que elas possam ser, sem prejuízo da qualidade ambiental, sem prejuízo de pensar de novas, ou seja, sem deixar em aberto a possibilidade de novas ocupações, mas de pensar que áreas de ocupação consolidadas em 1989, quando da promulgação da Constituição Estadual Paulista, possam ser objeto de desafetação, mudança de uso, para habitação de interesse social.

Acho que esta é uma questão que eu gostaria de pensar, eu tenho certeza de que o Secretário concorda comigo que é uma limitação que impede a urbanização de favelas, de uma maneira geral, e que pode melhorar a diminuição não do déficit bruto, mas pode melhorar a diminuição, na maior parte dos municípios, da inadequação da habitação.

Então, é uma sugestão que eu trago para pensarmos, embora eu não seja Conselheira. Obrigada.

SR. PAULO TEIXEIRA – Você tem sempre a palavra. Dra. Arlete está nos ajudando a organizar, a discutir os temas, a encaminhar. Então, você será sempre bem-vinda. E não só ela, como todos que queiram fazer uso da palavra. Vou tentar, agora. Antes, passo a palavra a você, para depois encaminhar, se você gostaria de fazer alguma observação sobre o estudo e as observações que foram feitas sobre seu estudo.

SRA. SÔNIA – Queria só chamar a atenção para alguns pontos que foram levantados. Primeiro, em relação a Evaniza e o dado de cortiço na região central. A questão exclusiva é a ausência do ponto de vista estatístico, não é a ausência do fenômeno. Acho que, desses dados de 1994 e 1998, é importante assinalar a tendência crescimento desse tipo de edificação nas demais áreas.

O segundo ponto é em relação ao que a Tereza colocou. A relação entre condições de moradia e equipamentos sociais, eu não sei se é a questão de localização espacial dos equipamentos, em relação à moradia. A pesquisa não aborda. É por isso. Então não dá para trabalhar porque não localizamos. A pesquisa é domiciliar e, a partir desse informante, nós também não levantamos a localização, posto de saúde, escola etc. A pesquisa não permite esse tipo de análise.

Quanto ao Capobianco, de fato a pesquisa não identifica e nem o atual morador teria condições de saber se aquela moradia que ele comprou foi um dia autoconstruída. Eu acho isso praticamente impossível.

Agora, a possibilidade de eu avaliar qualitativamente a adequação ou a inadequação, pelo menos dessa parcela declarada autoconstruída, é possível, sim, com a pesquisa de condições e vida. Mas não seria possível desagregando ao mesmo tempo espacialmente o dado. Mas pelo conjunto, para toda a amostra, na região metropolitana, alguns cruzamentos podem ser feitos, e eu posso tentar identificar se a autoconstruída é menos adequada, seja pelo número de cômodos, por densidade, morador-dormitório etc. é possível.

Acho que era isso. Agora, gostaria de saber se meus colegas de Fundação têm alguma coisa a acrescentar. Passo a palavra para eles. Tudo bem?

SR. PAULO TEIXEIRA – Então, para encaminharmos, destaquei oito pontos, tentando sistematizar. E se não foi bem-feito, vocês poderiam fazer as observações.

Primeiro, como discutir a questão do atendimento da demanda, tanto do ponto de vista territorial como das abordagens nesse atendimento. O que me parece é que tem tido uma abordagem hegemônica e uma certa exclusão de outras abordagens que podem ser feitas. Quer dizer, tem sido vista a questão habitacional como construção de moradias. E tem se desconhecido, por exemplo, quais intervenções alternativas você teria para a realidade de cortiço, a realidade de favela, para essa moradia inadequada. Quer dizer, se a abertura de financiamento, para o sujeito melhorar a casa dele, seria uma alternativa? Revigorar o centro. Revitalizar os centros deteriorados. Urbanizar favelas. Quer dizer, qual seria o cardápio de alternativas e como atingir do ponto de vista territorial. O Dr. Adriano levantou aqui uma questão, confirmada pelo Dr. Francisco, que está sofrendo uma alteração. Mas a política habitacional ia em uma direção e a demanda ia em outra, não é?

Então, como discutir essa questão do crescimento da demanda. Agregando também como trazer aqui os setores que se organizam para obter moradias. Também os setores organizados, como foi bem dito pelo Celso.

Segundo, a questão da gestão da política habitacional. A Dra. Maria Encarnação disse da divisão da Secretaria de Planejamento e da Secretaria da Educação. Tem o problema da gestão no que diz respeito à questão da gestão metropolitana. Nós não temos hoje uma gestão metropolitana, por exemplo, na região metropolitana de São Paulo. Não temos uma adequação de planos diretores, não temos a discussão da gestão metropolitana. Temos experiências, como a questão da Câmara do ABC. Mas na região metropolitana, e por isso a questão das enchentes, do transporte etc., não temos uma gestão que possa dar conta disso. E,

também, como os setores sociais participam da gestão. O setor público faz a gestão e como os setores sociais participam da gestão. Evaniza levantou a questão do problema do Fundo, do Conselho. isto é, como fazer uma gestão com a participação da sociedade, do setor empresarial etc.

Terceiro, a implementação dos instrumentos de política urbana, levantados pelo Dr. Adriano e pelo Eduardo, e a criação de novos. O problema não é só implementar os existentes, mas como criar novos instrumentos para adequar a realidade ao ideal e política urbana.

Quarto, a questão de financiamento, Fernando levantou a questão de infraestrutura, financiamento de infra-estrutura e o acesso a esses financiamentos, que muitas vezes certos segmentos da população não têm acesso a financiamento porque não tem renda.

Um quinto ponto é como adequar, a reflexão que o Dr. Jorge fez aqui, a uma política urbana e como você agregar os elementos econômicos de uma política urbana. Porque talvez nós estejamos pensando com paradigmas ultrapassados. Todo prefeito quer trazer uma planta industrial, com não sei quantos empregados, talvez desconhecendo que outras oportunidades ele teria para desenvolver. Então, como vamos discutir desenvolvimento urbano e desenvolvimento econômico nas regiões aqui citadas no estudo do SEADE.

Um outro aspecto é esse que Tereza levantou da relação de moradia e equipamentos e serviços. Uma preocupação que tenho é com o mapa da violência na cidade. Li aquele livro que o Núcleo de Estudos da Violência fez com o apoio da Rede Globo. Passei o final do ano lendo, e você pode ter o mapa da violência. E o mapa da violência é exatamente nas áreas onde se tem urbanização precária, não é? Então, como fazer uma intervenção nessas regiões, como criar espaços públicos de convivência e colocar equipamentos de acesso à Internet? Como mudar a realidade da exclusão social?

E, por último, como qualificar. Está aqui. Temos o privilégio de ter o Dr. Jorge, que teve um papel importante na organização, presidiu o Habitat. E a grande

produção do Habitat era a qualificação urbana, como o Celso trouxe. A experiência de Toronto; a experiência de Nova York; a experiência de Porto Alegre. São experiências de qualificação. Como mudar essa abordagem?

Então, para terminar, tínhamos de ter, e aí vocês têm melhor do que eu, de escolher um método de trabalho. Vamos fazer seminários? Vamos fazer textos? Preferem que terminemos a reunião e vocês enviem as propostas e nós teremos de sistematizar as propostas? Vamos tentar gastar estes últimos minutos para discutir uma metodologia. Ou, se não discutir aqui, enviar uma proposta de metodologia de trabalho para produzir, para cumprir a nossa tarefa aqui.

Qual é o prazo que teremos? Olha, o Presidente Vanderlei Macris estipulou como prazo para a realização desse trabalho o final deste ano. Parece-me que é ao final deste ano, Arlete, não é isso?

SRA. ARLETE MOISÉS RODRIGUES – É. Mas tendo em conta que no segundo semestre teremos eleições municipais, ele solicita que tenhamos algum encaminhamento até a metade do ano, até junho.

SR. PAULO TEIXEIRA – Algum encaminhamento até a metade do ano.

SRA. ARLETE MOISÉS RODRIGUES – É. Porque no segundo semestre já entram em debate algumas questões colocadas pelo Fórum.

SR. PRESIDENTE – Estamos no mês de fevereiro. Temos quatro, cinco meses aí para fazer pelo menos uma proposta preliminar, sem terminá-la. E no segundo semestre, tentar acabá-la.

SR. ADRIANO BRANCO – Acho que uma forma que poderia ser útil e rápida era que nós fizéssemos nossas propostas por escrito ao Deputado, no prazo de 15 dias, para que o Deputado tivesse o conjunto das propostas e aí pudesse fazer uma

nova reunião, oferecendo essas propostas aos demais para discutir, ou sistematizando as próprias propostas para uma avaliação que gerasse, então, ou um seminário ou uma forma, o passo seguinte. Mas eu tenho a impressão de que se nós tivéssemos essa incumbência de em 15 dias oferecer ao Deputado as nossas proposições, acho que se poderia clarear um pouco esse conjunto de idéias.

SR. PAULO TEIXEIRA – Ótimo. Antes de passar a palavra ao Eduardo, o movimento que eu mencionava é o São Paulo contra a violência, que se faz aqui presente. Perdão pela imprecisão.

SR. EDUARDO CAPOBIANCO – Como se fala em grupos temáticos, que as pessoas mais ligadas a esses grupos trabalhassem nesse grupo de trabalho. Porque é muito difícil o debate se aprofundar em questões como essas.

SR. PAULO TEIXEIRA – Certo. Poderíamos, também, ao sistematizar as propostas, conhecer os interesses e aí pedir para as pessoas desenvolverem seminários, ações nessa área. Eu só queria dizer que as ações não precisam ser desenvolvidas aqui. Por exemplo, se alguém quiser pensar nessa área de economia urbana e quiser fazer com empresários, com economistas fora daqui, nós também queremos dar uma dinâmica que não seja só a dinâmica desse grupo. Quer dizer, esse grupo está autorizado a promover em entidades quaisquer reflexões e também debates lá.

SR. CARLOS LUCHI – Só colocando talvez como uma proposta, seria interessante dizer que a questão do déficit habitacional e que esses números que foram apresentados, e muito bem, pelo SEADE, modificam-se ao longo do tempo. Lamentavelmente, essa demanda, digamos, que hoje existe, ou por novas unidades, ou por melhoria das existentes, ela vai-se modificando ao longo do tempo. Na realidade, ela vai aumentando ao longo do tempo, porque o desenvolvimento das

idades não depende apenas da própria cidade, mas ele está inserido dentro de um contexto maior de desenvolvimento até de outras regiões.

Então, nesse sentido seria interessante que nós, até metodologicamente, analisássemos um pouco a questão da demanda, não apenas por novas unidades e por adequação das unidades existentes – aliás, só um comentário, depois eu não sei se a pesquisa permite fazer, dá uma impressão de que, quando foi feita essa classificação entre déficit e inadequação, alguns aspectos da inadequação, se não puderem ser resolvidos, por exemplo, expandir o número de cômodos, alguma coisa assim, acabam transformando-se em déficit. Então, dá a impressão de que o déficit aqui está subestimado nesse sentido.

De qualquer forma, acho que teríamos de fazer um esforço de analisar um pouco a questão da demanda, e aí, através de condições socioeconômicas, verificar se é possível, como você colocou aqui, fontes de financiamentos para essa demanda.

Aparentemente, isso é muito difícil, porque dentro do próprio sistema financeiro da habitação, depois de alguns anos o que se percebeu é que com financiamento ele não conseguia atender a demanda mais carente porque ela não tinha absolutamente nenhuma fonte de renda. Então, o pessoal foi obrigado a ficar financiando, digamos, moradias para a chamada classe média.

Acho que um ponto importante dentro dessa metodologia é a questão da demanda.

Um outro ponto é a questão da oferta. Então aí, fundamentalmente, parece-me que seria verificar o que foi colocado aqui, ver fontes de recursos e os instrumentos que já tradicionalmente estão sendo utilizados no Estado e nos municípios, de atendimento dessa demanda, através dos INOCOOPs, COHABs, CDHU e por aí afora.

E verificar exatamente como é que se poderia não só contar com recursos do setor público, como fazer parcerias com o setor privado no sentido de aumentar a capacidade de oferta de habitação.

E um terceiro bloco que seria mais, pelo que entendi, da exposição do pessoal mais ligado à questão do desenvolvimento urbano, a questão do desenvolvimento das cidades, que seria mais ou menos tentar focar, digamos, o desenvolvimento das cidades dentro desse contexto maior.

Não me parece que haveria oportunidade de metodologicamente criar três grupos.

SR. PAULO TEIXEIRA – Aceitando a proposta do Dr. Carlos Alberto Luchi, poderíamos também abrir para uma semana, dez dias, se todos puderem enviar propostas de metodologia, atividades e ações que faríamos para cumprir esse trabalho. Então, em dez dias, se os senhores pudessem enviar para a Dra. Arlete, podem mandar por *e-mail* com o endereço eletrônico da Assembléia.

Eu queria agradecer imensamente a presença de todos, e, por último, fixarmos nossa próxima reunião, para dar conta de nosso plano de trabalho.

Na última reunião, seria dia 15 de novembro, mas, como dependeria deste trabalho aqui, marcamos para 16 de dezembro, porém o trabalho não tinha sido concluído. Então foi concluído e a Assembléia recebeu no dia 20 de dezembro. Então, para quando seria a sugestão para nossa próxima reunião?

SRA. ARLETE MOISÉS RODRIGUES – Eu queria entender o seguinte. Vão encaminhar as propostas, mas já pensando nos grupos, numa organização dos grupos, é isso?

SR. PAULO TEIXEIRA – A idéia dos grupos está vigorando?

SR. – E quais são os grupos? Quais são os temas?

SR. CARLOS LUCHI – Olha, acho que o primeiro grupo seria de tentar ver a questão do desenvolvimento das cidades, a questão de urbanização no sentido mais amplo. Incluindo aí a moradia com um dos aspectos.

O segundo grupo seria para tentar analisar um pouco, aprofundar essa questão das características socioeconômicas das famílias, as carências, para tentar verificar essa questão da demanda. E as possibilidades que existam de atender essa demanda, por meio de fontes de financiamentos, ou tendo de, efetivamente, dar um subsídio bastante forte.

E um terceiro seria para a questão de viabilizar mecanismos de maximização de ofertas de novas unidades, por meio das instituições que já trabalham nisso, em âmbitos municipal e federal, na questão do financiamento por meio dessas instituições do Governo Federal.

SR. PRESIDENTE – Arlete, eu estava querendo fazer uma próxima reunião em que pudéssemos, talvez, desdobrar essas propostas, receber novas propostas. E na próxima reunião desencadearíamos um programa de trabalho. Tudo bem assim? Quer dizer, faríamos mais uma reunião para desencadear um processo de trabalho. Então, aí, divisão de grupos, de temas, de seminários, na próxima reunião.

SRA. – E que o material que recebido fosse repassado antes da reunião.

SR. PAULO TEIXEIRA – Está bem. Como foi hoje.

SRA. ARLETE MOISÉS RODRIGUES – Eu acho que por *e-mail* é mais fácil de centralizar. Como os *e-mail* virão para mim, eu encaminho e remeto para todos os outros. Também por *e-mail*. Acho que assim trabalharemos mais agilmente. Você vai mandar um, eu pego o seu e ponho para o meu endereço. Ou, então, vou pedir o *e-mail* de todo mundo agora, passar uma lista.

SR. PAULO TEIXEIRA – Está bem? Então, eu gostaria, inicialmente, de agradecer à equipe da Fundação SEADE. E também da minha parte dizer que foi um ótimo trabalho que vocês fizeram, uma contribuição extremamente importante. E que também permite direcionar uma política muito mais consistente, através do trabalho.

Queria pedir a vocês, se precisar eu oficio à direção da Fundação SEADE, para que participem conosco do desenvolvimento desse trabalho. Inclusive, fazendo as observações que acharem pertinentes. A palavra estará com a equipe do SEADE.

Também queria, Dr. Francisco, convidar uma equipe técnica da CDHU, que em algum momento possa oferecer um diagnóstico das políticas que a CDHU vem utilizando, assim como da EMPLASA. Dr. Jorge mencionou que na EMPLASA há estudos importantes que só sua implementação já daria conta de muitos dos problemas.

Então, queria agradecer à Fundação SEADE. Agradecer imensamente o comparecimento dos Srs. Conselheiros e das Sras. Conselheiras. E, por último, se os senhores e as senhoras concordarem, fixar uma data, que poderia ser, não sei se é possível, uma quinta-feira depois do Carnaval, não a imediatamente. Eu poderia logo após o Carnaval, mas tem gente que se cansa. Então, poderíamos na outra quinta-feira, dia 16 de março. Pode ser? Para todos? O senhor não estará aqui. O senhor volta na terça. Poderemos fazer, então, na outra quinta, dia 23? Até lá vamos tentar mastigar. As duas aqui não podem. Pode ser na quarta-feira, 22? Por consenso, vamos fazer rapidinho, para ninguém lembrar que não pode. Então, fica para o dia 22, às 10 horas, quarta-feira, neste plenário. Pediria só a Dra. Arlete se puder reservar este plenário para quarta-feira, 22 de março, às 10 horas da manhã, neste plenário. Ela não pode. Voltando. Fica para o dia 16 de março, às 10 horas da manhã, neste plenário.

debates - a sociedade se manifesta – Habitação e Desenvolvimento Urbano

Então, eu quero agradecer imensamente o comparecimento de todos os Conselheiros e Conselheiras, dando por encerrada a sessão. O Deputado Caldini também tem um trabalho longo pela frente.

Muito obrigado a todos.

16.03.2000

- Caldini Crespo – Deputado. Relator do Grupo Temático Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Fernando Silva Chaves – Vice-Presidente de Obras Públicas do Sindicato da Indústria de Construção Civil. Representando Sérgio Porto
- Eduardo Capobianco – Representando Sérgio Porto
- Paulo Sérgio de Souza Nogueira – Professor de Engenharia na Faculdade de Sorocaba
- Carlos Luchi – Secretário Adjunto de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
- Marieta Rodrigues - Movimentos de Moradia
- Maria Encarnação Espósito – Geógrafa da UNESP. Campus de Presidente Prudente.
- Silvana Maria Pintaldi – Geógrafa. Professora da UNESP e Diretora de Planejamento no Município de Rio Claro
- Fernando de Magalhães Mendonça – Membro da IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil
- Celso Carvalho – Pesquisador do IPT. Professor da Escola Politécnica da USP
- Rosana Mazoni – Representante da Comissão da Indústria da Construção da FIESP
- José Roberto Bernasconi - Representante da Comissão da Indústria da Construção da FIESP
- Adriano Branco – Ex-Secretário da Habitação do Estado de São Paulo

debates - a sociedade se manifesta – Habitação e Desenvolvimento Urbano

- Eduardo Capobianco – Presidente do São Paulo contra a Violência. Vice-Presidente do SINDUSCON
- Tereza Belda – Funcionária da EMPLASA na área de Planejamento Metropolitano.
- Francisco Ribeiro Prado - Secretário da Habitação do Estado de São Paulo
- Sônia Nahas – Fundação SEADE
- Arlete Moisés Rodrigues – Assessora do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa
- Eduardo Pirola - Cirurgião do Hospital das Clínicas-USP e do Hospital Sírio Libanês.
- Presidente da Comissão de Desenvolvimento e Segurança Urbana do Rotary Clube de São Paulo
- Spir – Funcionário aposentado da Assembléia

SR. CALDINI CRESPO – Bom-dia a todos. Antes de iniciarmos a nossa reunião de Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentado, quero pedir aos conselheiros que se apresentem.

SR. ADRIANO BRANCO – Fui Secretário de Estado de Transportes e da Habitação.

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Bom-dia, estou aqui representando a FIESP, como membro da Comissão da Indústria e Construção da entidade.

SRA. ROSANA MAZONI – Bom-dia, desculpem-me o atraso. Como dizia Mário de Andrade: “São Paulo, comoção da minha vida.” Junto com o Dr. Bernasconi, represento a FIESP, Comissão da Indústria e Construção.

SR. EDUARDO PIROLA – Estou aqui convidado pelo Deputado Paulo Teixeira; sou cirurgião do aparelho digestivo e coloproctologista do Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina da USP e do Hospital Sírio Libanês, sou presidente da Comissão de Desenvolvimento e Segurança Urbana do Rotary Clube de São Paulo.

SR. SPIR – Funcionário aposentado da Assembléia, como procurador.

SR. FERNANDO DE MAGALHÃES MENDONÇA – Sou diretor do Instituto dos Arquitetos do Brasil, São Paulo.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Sou vice-presidente de Obras Públicas do Sindicato da Indústria e Construção Civil do Estado de São Paulo.

SRA. SILVANA MARIA PINTALDI – Aqui, represento a UNESP, campus de Rio Claro, e sou diretora de Planejamento da Prefeitura de Rio Claro.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Também sou da UNESP, campus de Presidente Prudente, e presidente do Conselho Municipal de Planejamento.

SR. CELSO CARVALHO – Bom-dia, sou pesquisador do IPT e professor da Escola Politécnica da USP.

SRA. TEREZA BELDA – Sou da EMPLASA, trabalhando com Planejamento Metropolitano.

SR. CALDINI CRESPO – Talvez tenhamos a chegada de mais algum conselheiro, mas vamos iniciar para não castigar os que aqui já se encontram. Fazendo uma recordação da última reunião, uma vez que alguns dos presentes não se encontravam, realizamos a leitura e debates principalmente sobre esse trabalho elaborado e compilado pelo SEADE.

Ao final daquele encontro, decidimos qual deveria ser o encaminhamento desses trabalhos, a fim de que, até o final do ano no máximo – de preferência até meados do ano –, possamos ter um relatório para que seja aperfeiçoado e concluído posteriormente.

Houve algumas idéias de encaminhamento e ficou combinado que aqueles que as elaboraram reduzissem-nas a termo e as enviassem antes da data de hoje ou as apresentassem durante esta reunião. A nossa secretária-executiva, Sra. Arlete, recebeu algumas manifestações e as compilou nessas folhas que os senhores receberam. Vou-lhe passar a palavra a fim de que exponha as idéias que recebeu; segundo ela, são todas harmoniosas. Ao que parece, não há conflito entre as várias idéias recebidas.

Depois de sua exposição, debateremos as formas de encaminhamento, procurando, preferencialmente, sair daqui com um calendário estabelecido, para que o trabalho possa ser realizado.

SRA. ARLETE – Bom-dia a todos. Recebi do IPT, da UNESP-Rio Claro e UNESP-Presidente Prudente algumas sugestões para o encaminhamento dos temas abordados na nossa última reunião.

Na verdade, depois da apresentação do SEADE, houve um entendimento entre os conselheiros, que apontaram a necessidade de aprofundamento de determinados temas de realização, talvez até de subgrupos de trabalho.

Com as minhas anotações, passadas aos senhores por *e-mail* e fax, com a ata da reunião e as propostas recebidas, fiz um rascunho do que seria o nosso encaminhamento.

A proposta é de formação de subgrupos de trabalho. Vimos que a dimensão da problemática é tão grande que, se não aprofundarmos, não chegaremos a um relatório-propostas.

Vou elencar os nomes dos subgrupos. Em primeiro lugar, temos o de Demanda e Financiamentos Públicos e Privados – a idéia aí é que não peguemos apenas a produção vinculada à COHAB, ao INOOCOP e à CDHU, mas que também insiramos a produção da iniciativa privada, que pode atender apenas às classes populares, mas tem atendido também às classes médias; e o déficit habitacional não pode estar relacionado somente a determinada faixa de renda.

Nesse ponto, me baseei nos dados apresentados pelo SECOVI: na faixa de até R\$ 700 de pagamento de aluguel ou de compra de casa, há uma demanda reprimida em consequência da necessidade; a partir dessa faixa – se eu estiver equivocada, os senhores corrijam-me –, muitas vezes, há uma oferta maior de unidades do que uma possibilidade de aquisição ou pagamento de aluguel. Fica claro que a iniciativa privada tem de estar presente para debater alternativas que, no Estado de São Paulo, não dizem respeito apenas às chamadas classes populares.

Sugiro também que o grupo se atenha a analisar os projetos de lei que estão em tramitação nesta Casa. Inclusive, tenho-os elencados e poderia disponibilizá-los aos conselheiros que integrem esse grupo.

Outro tema que foi bastante debatido – aqui quero citar o arquiteto Jorge Wehein, que não pôde comparecer – na apresentação da SEADE e considerado um dos aspectos tratados só de maneira indutora no caderno foi a questão da Legislação Urbanística. Eu me ative à proposta do IPT de que esse fosse um tema a ser debatido; simplesmente copiei essa proposta e trouxe para que fosse estudada uma articulação conjunta da legislação federal, em debate desde 1981 – hoje, está numa tramitação bem avançada do estatuto da cidade –, a legislação estadual e as legislações municipais. Portanto, pensarmos na articulação entre as três, por sugestão do grupo de trabalho formado no IPT.

A Produção de Habitação seria um tema mais específico, não da cidade, mas da própria produção de habitação. Volto à ressalva: não só da produção estatal de moradias, mas também da produção da iniciativa privada.

Propomos ainda a formação de mais um grupo, o de Regiões Metropolitanas. Todos sabemos que as regiões metropolitanas têm uma complexidade diferente das grandes e médias cidades do interior do Estado. Seria, portanto, formado um grupo para pensar essa dinâmica e pensar também nas microrregiões. Há várias propostas tramitando nesta Casa sobre a constituição de microrregiões. Em face desses quatro grupos, copiei também a proposta do IPT e as sugestões das professoras Maria Encarnação Espósito e Silvana Pintaldi, propondo o estudo de temas para seminários e mesas-redondas.

Copiei do IPT, porque ele deu uma noção muito boa da diferença entre seminário e mesa-redonda. Os seminários seriam voltados para a apresentação de diagnósticos e propostas, enquanto chamaríamos as mesas-redondas de “especialistas de determinados temas”.

Sugestão de temas para seminários e mesas-redondas. Seminários: Urbanização e Moradia Popular, Demanda e Financiamento de Moradia Popular,

Atendimento de Demandas Habitacionais pelo Setor Privado e Regiões Metropolitanas. Eu sugeri que fizéssemos três seminários: um para São Paulo, um para a Baixada Santista e outro para Campinas.

As sugestões para mesas-redondas foram: Legislação Urbanística – em que poderíamos ter a presença do CEPAM, que, aliás, foi convidado para integrar esta reunião, mas, como seu diretor-presidente estava com problema de saúde, não sei se comparecerá –, Financiamento em Face de Perspectivas, Qualificação dos Espaços Públicos e Coletivos na Cidade, Regiões Metropolitanas, Microrregiões Urbanas.

Foi a forma que julguei coincidente com as propostas recebidas, resultantes do debate. Feita a minha breve exposição – mas não tão breve, porque professor, quando pega o microfone, adora falar –, devolvo a palavra ao Deputado para o encaminhamento dos trabalhos.

SR. CALDINI CRESPO – Essa proposta de fragmentação de trabalho em subgrupos, na última reunião, estava de uma forma abstrata, e agora a temos concretamente. O primeiro passo é saber se os senhores membros concordam com essa divisão dos trabalhos na forma como está apresentada no papel. Em discussão.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – No caso do primeiro e terceiro grupo, seria possível a união dos dois?

SR. CALDINI CRESPO – Demanda e Financiamentos com Produção de Habitação. A proposta de união dos dois?

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Acredito que sim, porque, com menor número de grupos, temos um trabalho mais qualificado e também é uma questão que se relaciona bem com a outra.

SR. CALDINI CRESPO – Os demais membros concordam?

SRA. TEREZA BELDA – Acredito que é muito produtivo, realmente, dividirmos em subgrupos. O pessoal da área de Transporte, por exemplo, está fazendo isso e tendo uma produção boa na elaboração das coisas – não só diagnósticos e propostas –, estando bastante adiantado. Creio que seja produtivo, desde que também possamos garantir essa coisa do comum, dos cruzamentos; assim, pode-se dividir em grupos, mas é necessário haver, antes da conclusão, momentos de encontro.

É óbvio que teremos seminários, mesas-redondas, e são subsídios para nós. Depois que começar o grupo – não podemos antecipar –, vamos sentir a necessidade e o momento de como fazer isso.

SR. CALDINI CRESPO – Creio que essa manifestação tenha sido oportuna e é do consenso geral. Com relação à idéia da Sra. Espósito, unificação dos temas 1 e 3, Dona Tereza concorda?

SRA. TEREZA BELDA – Concordo e gostaria de levantar outra questão. Com relação aos seminários das Regiões Metropolitanas, entendo que juntar São Paulo, Santos e Campinas, ficaria complicado; por outro lado, temos que pensar melhor, porque é um fenômeno da metropolização que está no Estado. Precisaríamos de uma forma de controlar esse fenômeno sem ficar no genérico e, depois, de alguma maneira, cruzar os três, talvez em outro seminário ou mesa-redonda que possam considerar as relações dessas áreas metropolitanas, pois elas têm uma ligação muito grande, assim como uma dinâmica econômica e urbana.

SRA. SILVANA MARIA PINTALDI – Consideramos que o interior do Estado, de maneira geral, com exceção de Campinas, não está sendo lembrado. Campinas é uma cidade de porte avantajado, mas as cidades médias não estão sendo consideradas, e elas dão uma sustentação muito importante para o Estado. Talvez,

como serão trabalhos que irão subsidiar a Assembléia, devêssemos dar certa atenção a isso.

Aqui estamos vendo os temas ligados à Demanda e Financiamentos, Legislação Urbanística. Demanda e Financiamentos já se uniu com Produção e Habitação, e, depois, Regiões Metropolitanas. Mas existem regiões de produção no interior do Estado que são extremamente importantes, que precisam ser avaliadas.

SRA. TEREZA BELDA – Isso é realmente importante. O IPEA fez um estudo, juntamente com a Unicamp, sobre a regionalização no Brasil. Na Região Sudeste – São Paulo e outros Estados –, as cidades de porte médio de São Paulo são realmente a base econômica e urbana do Estado na realidade atual.

SR. EDUARDO PIROLA – Estranhamente, eu tinha listado para sugerir Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Aí, eu li “integrantes das regiões metropolitanas” e julguei que estivesse indo muito longe; pensei que só próximo a São Paulo atingiria o complexo que estamos querendo estudar. Mas acredito que Ribeirão Preto e São José do Rio Preto fariam parte de um estudo interessante que poderia ser anexado.

SR. CALDINI CRESPO – Creio que nenhum de nós tem alguma coisa contra essa regionalização e outras divisões. Só não podemos perder de mente a nossa limitação, porque teremos que executar o trabalho. Hoje, nem temos todos os representantes da última reunião. O passo seguinte será encontrarmos responsáveis para cada uma das áreas dos grupos de trabalho. Sra. Arlete.

SRA. ARLETE – Lapso meu. Essa sugestão veio para seminários, e eu não incluí por um ato falho. Assim, deveríamos incorporar um seminário sobre as Cidades Médias do Interior de São Paulo.

SRA. SILVANA MARIA PINTALDI – O item 4 consta como Regiões Metropolitanas – talvez fosse bom dar um nome um pouco diferente e incluir como seminário.

SRA. ARLETE – Está bem. A professora Lucila, da Unicamp, não pôde comparecer, mas mandou um *e-mail* dizendo que gostaria muito que fosse feito um debate em Campinas sobre a questão da região metropolitana de lá. Na verdade, facilitaria o de São Paulo; em Santos, uma participação do seminário mais ampla na Baixada, assim como em Campinas. Poderíamos incluir aqui as cidades médias, em vez de apenas metrópoles. Depois, vocês me ajudem a pensar em um nome para o seminário.

SR. EDUARDO PIROLA – Quero pedir desculpas se eu estiver “chovendo no molhado” e reincidindo em algo que já foi discutido, mas gostaria de saber se haveria espaço para um quinto subgrupo, que seria a Mudança da Capital. Não sei se isso já foi discutido em outras reuniões, porque é a primeira que estou participando.

Nós, que estamos no setor de saúde, somos professor na USP, atendemos ao setor privado e público, estamos no Rotary há 10 anos e trabalhamos com segurança pública e desenvolvimento urbano, temos conhecimento da existência de vários estudos – inclusive americanos – indicando que o problema habitacional, populacional, de assistência à saúde, está relacionado à enorme concentração profissional que existe em São Paulo.

Isso está muito ligado, porque acreditam que tudo se resolve aqui; vêm para cá porque crêem que é aqui onde as coisas acontecem. Resumidamente, de uma maneira simplista, não sei se haveria espaço para colocar outro subtema, com o objetivo de estudar a viabilização, a necessidade e a importância da mudança da capital para distribuir a população. O problema populacional de São Paulo é o grande responsável pelo restante das coisas.

SR. CALDINI CRESPO – Antes de passar a palavra ao Dr. Fernando, quero esclarecer que o Coordenador deste grupo nº 5, o Deputado Paulo Teixeira, teve um compromisso no Rio Grande do Sul. Esse é o motivo da ausência dele no dia de hoje. Eu sou o Deputado Relator.

O que o Dr. Eduardo aborda suscita uma questão de ordem. As manifestações que vão acontecendo – todas muito legítimas –, se ninguém refutar tal idéia, a Presidência propõe considerar aprovada. Gostaria de pedir àquelas pessoas que, por algum motivo, não concordem com alguma idéia se manifestem, sem o que a Presidência irá considerar que foi do agrado de todos os demais.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Deputado Caldini Crespo, acredito que seria importante que tivéssemos os temas reduzidos, como foi proposto, porque aí iremos conseguir maior qualidade, maior participação. Se começarmos a criar muitos temas, isso irá diluir as discussões e não chegaremos a um resultado em um tempo hábil.

Gostaria também de pedir que tentássemos colocar as posições de maneira mais objetiva possível, para que consigamos algum resultado real.

Na questão de Demanda de Financiamentos e Produção Habitacional, acredito que o Sindicato ao qual pertenço pode dar uma contribuição muito grande; temos um setor de Economia bem estruturado que pode colaborar bastante. Portanto, gostaria de participar desses dois temas e agregar também a FIESP e o SECOVI nessa área, porque acredito que iremos obter resultados expressivos e de maneira rápida.

SR. CALDINI CRESPO – Interpretando essas palavras, Dr. Fernando, na sua opinião, na linha de o menor número possível de subgrupos, quantos e quais seriam esses?

SR. FERNANDO DA SILVA CHAVES – Acredito que poderia ser reduzido para três, sendo Demanda e Financiamentos e Produção Habitacional, um item só; Legislação Urbanística um segundo item; o quarto que está aqui, Região metropolitana, eu colocaria como Interior do Estado, ampliando um pouco mais.

Quando se pega Região metropolitana, embora tenhamos região metropolitana de Campinas, de Santos, que são aglomerados, temos outras questões como de Ribeirão Preto, de Sorocaba, que também têm conurbação e não estariam aqui. Se ampliarmos um pouco mais para o interior do Estado, talvez consigamos trazer essas outras cidades para dentro do processo e discutir uma forma mais ampla, onde tem conurbação urbana, mas não é uma região metropolitana.

SR. CALDINI CRESPO – Como o senhor encaixaria essa legítima proposta do Dr. Eduardo sobre a mudança da capital?

SR. FERNANDO DA SILVA CHAVES – Eu colocaria isso como um seminário e não como um tema permanente.

SRA. TEREZA BELDA – Eu queria fazer uma consideração sobre sugestão da inclusão de um grupo a respeito da mudança da capital. A proposta do Dr. Fernando é fazer um seminário, e eu penso que isso, na formulação de políticas, pode vir à tona. Pode-se fazer um seminário a respeito de concentração e desconcentração no Estado de São Paulo, e, dentro disso, a questão da mudança, e outras medidas.

A meu ver não adianta só mudar fisicamente, por uma lei, a capital do Estado se os fenômenos econômicos e sociais continuarem convergindo para determinados pólos, ou seja, a diversificação dos pólos seria a maneira de se fazer essa desconcentração.

Para ser bem objetiva, esse assunto pode ser um seminário e estar dentro do grupo que vai tratar da Regionalização do Estado, Interior e Metropolização – talvez possa ser a denominação –, como política para melhorar a produtividade e a qualidade de vida do Estado.

SR. CALDINI CRESPO – Dr. Eduardo, houve um encaminhamento um pouco diferente. O senhor aceita que seja um seminário?

SR. EDUARDO PIROLA – Eu acho viável que seja um seminário. Nos Estados Unidos, por exemplo, temos uma cidadezinha chamada Baltimore, em Maryland, que tem o John Hopkins, onde eu tive o privilégio de, há 13 anos, estudar. É uma cidadezinha pequena que tem o maior centro e uma das maiores faculdades de Medicina dos Estados Unidos, para onde convergem todas as pessoas que querem tratar-se; depois, elas vão embora, ficando somente as pessoas ligadas à função na cidade. Ou seja, é um grande centro especializado com uma pequena população, que é a população viável só para aquele local, sem fazer um conglomerado. É lógico que nos Estados Unidos também há grandes conglomerados, como Nova Iorque, Washington, mas tenta-se distribuir isso de uma forma que as coisas fiquem mais amenas. Mesmo em Nova Iorque, como em São Paulo, se conglomerar, acumular, haverá problemas, ainda que para uma economia mais viável que a nossa.

Eu aceito, e só queria colocar esse aparte.

SRA. ARLETE – Dr. Eduardo, o que o senhor está propondo, se eu entendi direito, não é bem que tratemos de um tema tão específico com uma dimensão política que escapa um pouco do nosso grupo. Creio que o senhor esteja propondo a desconcentração industrial e de serviços.

SR. EDUARDO PIROLA – Exatamente. É a distribuição, porque está inviável da forma que está. Seria um estudo com propostas de seminário.

SRA. ARLETE – Que não entraria necessariamente em uma mudança da capital de significado político.

SR. EDUARDO PIROLA – Pode fazer parte do conglomerado de sugestões.

SRA. ARLETE – Se no decorrer dos estudos, considerarmos que isso propiciaria uma alteração da implantação dos serviços, dos equipamentos e das necessidades na cidade de São Paulo, sua proposta se encaixaria melhor se a chamarmos, em termos de seminário, de Desconcentração. Pela sua exposição me pareceu isso. Como eu sou mais velha e participei dos debates na época da proposta de mudança de capital do então governador Paulo Maluf, lembro-me muito bem do que foi esse debate acirrado politicamente, posto na rua.

Estou sugerindo colocarmos a dimensão política na dimensão da qualidade de vida; aí, poderíamos chamar de “Desconcentração”.

SR. EDUARDO PIROLA – Está perfeito. Politicamente, ficará mais viável.

SRA. SILVANA MARIA PINTALDI – O problema da desconcentração vai acabar permeando todos os seminários, portanto, sugiro o que estava posto como Regiões Metropolitanas venha a ser classificado como Áreas Metropolitanas e Centros Urbanos, porque aí envolve desde os centros especializados – como ele citou nos Estados Unidos – como as regiões mais urbanizadas, que é o caso de São José do Rio Preto e outras áreas do Estado de São Paulo. Isso englobaria tudo.

SR. CALDINI CRESPO – A última proposta é que, em vez de termos um seminário especial, mesmo que chamado “Desconcentração”, fizéssemos a

alteração do título do seminário nº 4 para “Áreas Metropolitanas e Centros Urbanos”. É uma tentativa de garantir que esse tema, Dr. Eduardo, seja debatido. De acordo?

SR. EDUARDO PIROLA – Perfeito. De acordo.

SR. CALDINI CRESPO – Voltando aos grupos, houve propostas, que me pareceram semelhantes, de unificar os itens 1 e 3 – “Demanda e Financiamento” juntamente com “Produção de Habitação” – e alterar o nome do grupo nº 4 de “Regiões Metropolitanas” para “Interior do Estado”. Estão todos de acordo com essas alterações?

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Com relação à proposta feita pelo Sr. Fernando, penso que no caso dos grupos de trabalho, embora eu me sinta aqui representando cidades médias, não cabe um debate sobre essas cidades, porque, no grupo sobre Produção de Habitação incluso Demandas e Financiamentos, vai aparecer a questão para cidades de todos os níveis, de todos os portes. No grupo sobre Legislação Urbana, o debate também surgirá para todos os níveis.

Caberia um grupo, que seria o 3º, sobre Regiões Metropolitanas, porque estamos organizados política-administrativamente, no nível Executivo e Legislativo, para pensar na escala municipal, e não estamos preparados para uma gestão e uma ação para áreas metropolitanas. A complexidade das áreas urbanas exigiria um grupo especial para tratar dessas especificidades.

De certa maneira, não creio que caiba um grupo para cidades médias ou áreas não-metropolitanas. No caso dos seminários, estou defendendo a idéia da manutenção de três grupos; um para Habitação (depois se veria o título), outro para Legislação Urbana e o 3º para Áreas Metropolitanas.

SRA. ARLETE – Áreas Metropolitanas e Centros Urbanos.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Não. O grupo Região metropolitana tem que ser mantido, porque é justamente nele que se vai discutir o que pode acontecer de novo em termos de gestão de áreas urbanas, marcadas por uma complexidade, e não cabe mais uma gestão do tipo municipal, que é o que temos no Brasil.

No seminário, sim. Aí, defendo, no caso do seminário nº 4, essa subdivisão. Talvez fosse até interessante dividir de acordo com o próprio documento que o SEADE apresentou na nossa última reunião. Ou seja, Aglomerações Metropolitanas, Aglomerações Não Metropolitanas (entraria Ribeirão Preto, São José do Rio Preto) e os Centros Urbanos (Presidente Prudente, Araçatuba e todos os outros), na classificação que, inclusive, já temos o material. Dessa forma, poderíamos agrupar em três níveis.

No caso dos seminários, acredito que os grupos 2 e 3 podem-se juntar. Estou tentando diminuir o número nos seminários também, porque é a mesma coisa; a questão da Demanda e Financiamento e do Atendimento de Demandas Habitacionais são coisas embricadas. De certa maneira, até os itens 1, 2 e 3 estão muito próximos.

No seminário, deixamos de lado a questão da legislação. Não sei se os senhores observaram. De certa maneira, priorizamos mais a questão da habitação. Como nosso grupo é Desenvolvimento Urbano e Habitação, talvez pudéssemos pensar em alguma coisa.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO Talvez fosse o caso de juntar o 2 e o 3. Eu tenho receio de que desenvolvamos muitos esforços, na mesma linha do que ele falou, e, depois, não consigamos fazer uma coisa de qualidade. É melhor fazermos menos eventos, menos atividades, e termos um debate mais denso.

SR. CALDINI CRESPO – Resumindo, em sua proposta, o grupo de nº 4 continuaria se chamando Regiões Metropolitanas; quanto ao debate a respeito do

interior, envolvendo, em alguns casos, Regiões Metropolitanas e, em outros, Aglomerações Urbanas e até Microrregiões – essas são as três divisões da Constituição Estadual –, onde caberia talvez o debate proposto pelo Dr. Fernando, a senhora está propondo que a intenção dele seja contemplada no seminário. Dr. Fernando aceita essa nova possibilidade? O grupo aceita a proposta da Dra. Maria Encarnação? (Pausa.) Então, estão de acordo.

Entendi também que a Dra. Maria Encarnação concorda com a proposta de alteração da designação do seminário de nº 4, antes grafado Regiões Metropolitanas, para Áreas Metropolitanas e Centros Urbanos. Estamos todos de acordo? (Pausa.) Então, é isso.

Ficou uma dúvida: os temas do seminário de nº 4 vão ficar como está no papel ou os títulos serão diferenciados?

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Podemos optar por esses três e incluir um quarto – “Outras Áreas Urbanas” –; ou poderíamos optar pela classificação feita pelo SEADE, que é bem interessante, porque resulta de um estudo.

Nessa classificação, teríamos três níveis: Aglomerações Urbanas Metropolitanas – no caso, aqui, são duas, São Paulo e Campinas –; Aglomerações Urbanas Não Metropolitanas, que são áreas urbanas aglomeradas, mas que não têm o *status* de metrópole, como São José dos Campos, Ribeirão Preto, Santos, Sorocaba, São José do Rio Preto; e os Centros Urbanos.

Ou poderíamos ficar com essa divisão – são duas hipóteses – que já está colocada. São Paulo tem toda uma especificidade, Santos, Campinas, e um quarto nível seria “Cidades Médias”, no qual pode ser incluído de Ribeirão Preto a Araçatuba.

SR. CALDINI CRESPO – Parece-me que essas duas possibilidades são muito concretas, e a Dra. Maria Encarnação expôs bem. O que o grupo considera melhor? São duas possibilidades.

SR. CELSO CARVALHO – Correndo o risco de subverter o que estamos fazendo aqui, estou julgando que a discussão está um pouco confusa. Estamos entrando no assunto de propostas, de estudos, esquecendo a função de cada uma dessas coisas.

Temos uma tarefa de chegar, em certo tempo, que não é muito longo, com propostas para essa área, no Estado de São Paulo, no próximo século. Temos uma tarefa, que é muito clara, e precisamos saber como a cumpriremos.

A minha proposta é que, primeiro, o grupo de trabalho deve ter uma função inicial de elaborar algumas propostas preliminares sobre os temas para que possamos discutir, decidir e fechar a questão. A função do grupo de trabalho seria listar as propostas consensuais ou que possam ser assumidas pelo grupo; ou seja, preparar propostas para serem decididas pelo grupo.

Na verdade, o que estamos sugerindo são dois tipos de coisa. Quando falamos em seminário, estamos propondo algumas ações em que aprofundaríamos o diagnóstico. Eu estava pensando na proposta inicial e, dentro disso, trazer algumas áreas que estão atuando na questão habitacional, por exemplo, para falar sobre as propostas e as dificuldades.

No caso de seminário, em princípio, eu tinha identificado três possíveis. Primeiro, o Atendimento das Demandas Habitacionais pelo Setor Público. Podemos trazer o Estado, municípios, CDHU, COHABs, para falar sobre tudo o que está sendo produzido, qual é o problema, quais os entraves. Eles podem-nos dar essa visão.

O segundo seminário seria o Atendimento das Demandas Habitacionais pelo Setor Privado. Assim, convidaremos representantes do setor privado para que nos dêem uma visão geral do que eles vêem nessa questão.

O terceiro seria a Necessidade Habitacional sob o Ponto de Vista dos Movimentos Populares; ou seja, quem precisa de casa, o que eles querem e o que vêem como necessidade.

Então, não é uma questão de muita discussão. Para mim, o seminário é uma apresentação de proposições. A mesa-redonda, sim, é para discussão. É onde, inclusive, tentamos fomentar contradição, trazer posições divergentes, é para discutir mesmo e ver o que sai.

Minha proposta é que o grupo de trabalho tenha como função relatar e formular preliminarmente propostas dos diversos temas; nos seminários – vejo três –, aprofundaríamos o diagnóstico, trazendo setores que produzem habitação e setores que demandam essa habitação.

Poderíamos concentrar a discussão mais profunda nas mesas-redondas. O principal do nosso trabalho seria o acompanhamento das mesas-redondas, quando seriam trazidas as diversas opiniões e as contradições, as propostas diferenciadas, poderiam ser explicitadas.

SR. CALDINI CRESPO – Todas as manifestações são legítimas, e a do Dr. Celso não foi diferente. Naturalmente, é um novo enfoque, e a Presidência submete essa nova proposta aos demais.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Acredito que não seja um novo enfoque, Deputado; o enfoque é o mesmo que está desde o começo.

SR. CALDINI CRESPO – Só que os títulos dos seminários são outros. Nós estávamos afinando as subáreas do último seminário. O enfoque que o Dr. Celso coloca é alterar a proposta de cada um dos seminários.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Não entendi isso. O que entendi é que é uma proposta exatamente igual ao que está sendo feito. Quer dizer, vão ser formados grupos de trabalhos, cada um vai levantar algumas propostas que serão trazidas para cá; o seminário sobre a Descentralização de São Paulo seria a apresentação feita por algumas pessoas sobre algum assunto; a mesa-redonda seria a discussão desses resultados.

Dentro disso, acredito que devemos continuar seguindo a forma anterior, quer dizer, quem viria expor e os títulos dos seminários.

SR. EDUARDO PIROLA – Concordo com o Dr. Fernando e acredito que esteja perfeito. Talvez o Dr. Celso tenha se equivocado, inclusive a proposição de seminários e mesas-redondas é o que está dito aqui: “seminários voltados para a apresentação de diagnósticos”; seria chamar as pessoas, como ele disse, para expor; “mesa-redonda, debate com especialistas para contradições e propostas”.

SR. CALDINI CRESPO – Talvez eu tenha entendido mal. Dr. Celso, o senhor aceita os títulos dos seminários como estão aqui, ou seja, Urbanização, Moradia Popular e os seguintes, com a proposta feita pela Dra. Maria Encarnação da unificação dos números 2 e 3?

SR. CELSO CARVALHO – Minha proposta é que concentrássemos o seminário em dois. Eu gostaria de saber como está sendo feito o atendimento habitacional pelo setor público. O primeiro, então, seria “Atendimento das Demandas Habitacionais pelo Setor Público”. Ou seja, um diagnóstico dos problemas, das propostas.

Outro seria “Atendimento das Demandas Habitacionais pelo Setor Privado”; o que o setor privado entende como proposta, possibilidade, o que pretende fazer.

Um terceiro, eventualmente, seria “A Necessidade Habitacional Vista pelos Movimentos Populares”, pelas pessoas que precisam de habitação, não pelos pesquisadores. É pararmos um pouco para ouvir o que já existe de articulado.

Para mim, o seminário seria isso. O restante é uma discussão mais aprofundada, que seriam as mesas-redondas.

SR. CALDINI CRESPO – Temos três manifestações. Seguindo a ordem, Dr. Bernasconi.

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Sr. Presidente e companheiros do Conselho, eu acredito que poderíamos escolher os nomes depois de termos bem conceituados o que vamos fazer em cada um dos instrumentos – grupos de trabalho, seminários, mesas-redondas –, se eles vão existir ou não.

Uma questão que fiquei com dúvida é a respeito do que iremos fazer e quem irá fazer cada uma das coisas, sobretudo, até quando devemos ter os resultados. Precisamos buscar alguma coisa de natureza prática.

Se não estou equivocado, temos pouco tempo para chegar, efetivamente, a propostas e entregar à Casa, que vai elaborá-las. Até o fim do ano, teremos os resultados finais, mas nós, como Conselho, com cada um dos temas, temos um tempo que é curto; junho, talvez seja o tempo, depois vem o recesso, as eleições.

Quem será que fará isso? Provavelmente, seremos os mesmos; vamos ficar ocupando as 11 posições do time. Então, é necessário definirmos como concentrar os trabalhos, visando chegar a resultados.

Com todo o respeito, e entendo a posição do IPT, acredito que seja importante ouvir o que os setores têm a falar; o que o setor privado está fazendo; o que o movimento pró-moradia popular entende como necessidade. Talvez fosse uma boa oportunidade para sistematizar as informações, chamando-os para nos relatar.

Se tivermos que identificar os grupos de trabalho, eu concordo em concentrarmos em três. Se pegarmos um grupo, ele vai preparar tantos temas.

Pelo escasso tempo de que dispomos, simultaneamente, tem de haver esses seminários – se for na proposta do IPT – para ouvirmos o que o setor privado está realizando, o que a moradia popular está querendo, o que o setor público está fazendo. Em paralelo, tem de ser alguma coisa que não nos onere, porque estaremos nos grupos de trabalho, dividindo-nos de alguma forma e, ao mesmo tempo, estaremos elaborando, convidando pessoas, organizando as mesas-redondas, onde pode haver o diálogo, o confronto, as posições diferentes se apresentando, para chegarmos a algumas conclusões.

De tudo isso que estou falando, resta uma pergunta: qual o tempo em que temos de produzir cada um dos resultados? Se for o que estou pensando, prazo curto, deveremos distribuir de alguma forma – não sabemos como vai ficar – três grupos, juntando o 1 com o 3, Demanda e Financiamento com Indústria Privada Construção e Habitação.

Saímos daqui com meia dúzia de conselheiros em cada um desses subgrupos, com prazo de até 15 dias ou um mês para apresentar as propostas; se possível em 15 dias. Isso vai orientar as mesas-redondas. Podemos montar a mesa-redonda e discutirmos em cima das propostas determinadas pelos grupos.

Outro subgrupo seria Legislação Urbanística e, o último, Regiões Metropolitanas. Em paralelo, estabelecer uma ou duas pessoas do grupo, que ficarão responsáveis por ouvir os movimentos populares, o setor público e o privado. Pode-se, inclusive, pedir que eles mandem por escrito.

Sabemos que o SINDUSCON, o SECOVI, têm condições definidas; portanto, não é preciso gastar muito tempo com isso. Então, precisamos ir para as mesas-redondas e fazermos a contagem regressiva, estabelecendo, por exemplo, que, em abril, tem que acontecer tal coisa, em maio também, e em junho acabou.

SR. CALDINI CRESPO – Pela sua proposta, o senhor está mostrando que é mais importante definirmos as pessoas e os prazos nos três subgrupos de trabalho, deixando o calendário de seminários e mesas-redondas muito mais em função do trabalho desses três grupos. É isso?

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Não só em função, porque, naturalmente, vai acontecer isso. Minha preocupação é: que lição de casa, eu vou levar?

Estou aqui representando a FIESP e preciso ter uma idéia clara de que forma ela poderá contribuir. A Comissão da Indústria da Construção da FIESP congrega 49 entidades. Preciso trazer aqui algo que reflita o pensamento e as posições dessas entidades e ver onde vamos concentrar o que podemos fazer para dar uma contribuição positiva.

Entendi que este Fórum do Século 21 é alguma coisa que, na minha visão, não deve – desculpem-me se eu estiver contrariando posições firmadas por entidades ou por pessoas – reproduzir novamente dezenas de diagnósticos, de situações. Eu acredito que já conhecemos muito essas coisas.

Hoje – e isso reflete o pensamento da FIESP – de não queremos ir mais para a problemática, mas para as soluções. Quais são as propostas práticas? Como podemos reunir as forças daqueles que detêm o poder de representação popular, no caso, o Legislativo, o Executivo, as forças da iniciativa privada?

Atualmente, há uma discussão na FIESP – é uma das coisas que mais se procura entender – em como buscar soluções e mecanismos de apoio para a formação dos chamados *clusters*, os aglomerados. É fenômeno de natureza econômica, e não questão de mudar capital ou não. As coisas vão acontecendo, em decorrência da iniciativa das pessoas, procurando soluções para os seus problemas, atendendo às demandas que existem no mercado. Isso, hoje, na FIESP está avançado.

Como podemos facilitar as coisas para que pólos se desenvolvam como em Baltimore? No Brasil, particularmente no Estado de São Paulo, há vários projetos de Baltimore ou alguma coisa até mais adiantada. Temos respostas importantes acontecendo em São Paulo.

Temos que buscar propostas de natureza prática. Segunda-feira, terei uma reunião na FIESP e serei cobrado, junto com os outros representantes nos demais grupos do Fórum São Paulo Século 21, sobre o que está acontecendo e o que nós, como FIESP, vamos apresentar de propostas. A idéia é propostas, porque diagnóstico, em geral, já conhecemos muitos.

SRA. ARLETE – O senhor me permite um aparte? Acredito que o Dr. Bernasconi tenha colocado bem. Eu queria fazer resgate da nossa primeira reunião. Alguns não estavam presentes. Naquela ocasião firmamos que não faríamos diagnósticos; eles já existem.

O senhor retomou muito bem, mas estou sintetizando o que foi a primeira liberação do Conselho, cuja ata não foi feita, porque eu ainda não havia sido designada para acompanhar mais de perto o Fórum.

Essa foi a primeira deliberação e, por isso, foi contratada a SEADE, que apresenta um diagnóstico, a partir do qual nós trabalharemos. A idéia da formação dos grupos de trabalho é, exatamente, a que foi colocada aqui, ou seja, é para permitir um aprofundamento, buscando verticalizar determinados aspectos e, ao mesmo tempo, concentrar os especialistas que fazem parte deste Conselho para apresentarem propostas.

Eu entendo a questão que o conselheiro Celso levanta sobre a participação dos movimentos populares, mas esses movimentos não estão aqui presentes porque faltaram à reunião do Conselho, do qual, inclusive, fazem parte. Há três representantes de movimentos populares e dois da CUT e CGT que não têm comparecido às nossas reuniões. Portanto, foi aberto um espaço, mas não tem nenhum representante.

O que temos aqui são ementas para o seminário, coisas que poderão fazer parte dos debates; nos grupos de trabalho, a questão é no que esses grupos poderiam deter-se um pouco mais. Isso consubstancia a idéia do grupo de trabalho com sugestões, como, por exemplo, organizar seminário etc.

SR. CALDINI CRESPO – Essa questão foi bem colocada, mas me vejo na contingência de passar a palavra aos dois que se inscreveram antes. Primeiramente, Dr. Luchi.

SR. LUCHI – Uma parte do que eu ia dizer já foi apresentada aqui. A proposta de uma subdivisão seria com o objetivo de realizarmos determinada tarefa, e vejo que não é somente ficar em um diagnóstico, mas apresentar propostas, medidas efetivas para se solucionar a questão de habitação, a questão urbanística.

Uma vez que se aprove a subdivisão desses três grupos, cada um deveria ter um prazo para apresentar determinado assunto, em que essas propostas fossem contempladas. Depois, esses três trabalhos dos subgrupos seriam coordenados num trabalho único, o que levaria certo tempo.

Entendo que seminários, mesas-redondas, ou qualquer tipo de reunião que possa ser estabelecida, são instrumentos para atender esses objetivos. Se determinado subgrupo acreditar que é uma mesa-redonda, ou um seminário, a melhor forma para executar um trabalho, não tem problema; do mesmo modo, se outro achar uma forma diferente.

Deixaria para uma dinâmica de cada subgrupo, porque cada um só faz sentido se tiver características diferentes dos outros; caso contrário, não faz sentido dividir, é melhor atuar em conjunto.

Se o objetivo é criar um subgrupo, parte-se da idéia de que ele tem características diversas, o que, provavelmente, pode implicar dinâmicas diferentes na execução do trabalho.

SR. CALDINI CRESPO – Dr. Bernasconi, parece-me que a manifestação do Dr. Luchi guarda muita coerência com a sua proposta, que conta, portanto, com um reforço. Tem a palavra o Dr. Fernando.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – A proposta do Dr. Bernasconi é muito boa, e eu acredito que os grupos de trabalho devam ser montados, para que comecem a produzir alguma coisa.

Com relação aos seminários, eles vão caminhando concomitantemente com o trabalho das comissões. Os seminários são bons para se trazer especialistas que demonstrem, porque nem todos têm conhecimento de todas as áreas.

O Dr. Bernasconi e eu, que somos ligados à construção civil, temos uma visão voltada para a área privada de construção civil e para a parte de construção de melhoramentos urbanísticos.

Existem outras áreas em que, provavelmente, não temos conhecimento e seria importante haver seminários para que ouvíssemos assuntos ligados a isso e, da mesma forma, pudéssemos expor nossas experiências.

Por isso, ofereci o setor de Economia do SINDUSCON, que tem uma série de trabalhos e pode vir aqui expor para que os outros tenham conhecimento dos problemas que temos e das soluções que já encontramos. Talvez falte algum desenvolvimento político maior para que isso se concretize.

Assim, não precisa ter concluído um trabalho para começar o outro, porque um subsidia o outro. O fundamental é que tenhamos, de imediato, a formação das comissões temáticas e comecemos a trabalhar, porque o nosso prazo é muito limitado.

Quanto à Urbanização, é importante uma discussão e que pessoas venham apresentar o que já houve de solução proposta.

SR. CALDINI CRESPO – Tivemos três manifestações muito coerentes entre si e a proposta da coordenação é para que definamos os três grupos com os nomes dos seus componentes.

Peço licença para fazer esse encaminhamento sem prejuízo de continuarmos debatendo sobre temas de seminários ou mesas-redondas. A julgar pelas três últimas manifestações, é mais importante, neste momento, definirmos os subgrupos.

Portanto, sugiro que façamos, agora, a definição dos títulos e dos componentes dos três grupos de trabalho. Dr. Adriano.

SR. ADRIANO BRANCO – Confesso que, ao longo dessa discussão, me senti um pouco confuso. Sempre tenho muito receio de que peguemos questões pontuais e tentemos resolvê-las sem ver o todo.

Depois de tudo que ouvi, comecei a repensar em qual é o nosso objetivo. O que a Assembléia Legislativa pode fazer no sentido dos temas aqui propostos? Ela não é um órgão executivo, portanto, não vai atuar na execução; poderá até sugerir algumas medidas executivas, mas esse não é o seu forte. A Assembléia deve, sobretudo, traçar políticas.

Há uma metodologia que serve para qualquer problema: de cima para baixo, podemos ver as políticas que queremos desenvolver; essas políticas geram metas; essas metas geram estratégias; essas estratégias geram programas; os programas geram planos; os planos geram projetos. Por aí vamos até o final da execução.

Imagino que daqui deveria sair um conjunto de políticas orientadoras, entendidas como grandes diretrizes. Essas grandes diretrizes são em três linhas. Diretrizes para habitação ou políticas de habitação, por exemplo.

A ata mostra que falamos muitas coisas de habitação na reunião passada, no entanto, é um tema só, seja quando discutimos o financiamento, a carência ou a necessidade. Para mim, não está claro se o Estado de São Paulo tem uma política de habitação bem definida. Creio que não tenha.

A segunda questão é uma política de desenvolvimento urbano. Nós não temos uma política de desenvolvimento urbano traçada e, dentro dela, não temos – algo que se discutiu na reunião passada – a visão da necessidade do plano diretor nos municípios como um instrumento dessa política.

A terceira é uma política de desconcentração que envolve as regiões metropolitanas e a análise das outras regiões conurbadas.

Minha proposta é que cuidássemos de três grupos para traçar políticas de habitação, políticas de desenvolvimento urbano e políticas de desconcentração. Esses três grupos analisariam, num primeiro instante, as políticas e, já na discussão das políticas, começariam a aparecer propostas, projetos, idéias, que poderíamos ir agrupando, colecionando na caixinha à parte, para, quando tivermos clareza das políticas, podermos dizer “tal ação proposta cabe nessa política; tal outra cabe naquela outra”.

Esses três grupos poderiam idealizar alguns seminários, mesas-redondas, que trouxessem as informações necessárias para que fossem traçadas as políticas.

Eu vivi em duas áreas no Estado de São Paulo como secretário, e observei que, nas duas, faltava o cerne, ou seja, a política. Agora, participo de um grupo que discute a política de transporte do Estado de São Paulo, e o secretário está conduzindo muito bem, à medida que estamos definindo o todo para, depois, vermos onde se encaixam as ações pontuais. Com a habitação, é o mesmo problema.

SR. CALDINI CRESPO – Pareceu-me que o Dr. Adriano, na essência, concorda com o que havia sido dito antes, apenas faz uma nova sugestão com relação aos títulos dos três subgrupos que serão aprovados.

Antes de darmos continuidade, tem a palavra a Dra. Encarnação.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Não me posicionando contrária às outras propostas, acredito que essa apresentada agora tem uma nova nomenclatura que talvez até seja melhor.

Eu quero dar uma contribuição sobre a metodologia de trabalho que o representante da FIESP apresentou; seriam formados três grupos e estabeleceríamos um período de 45 ou 60 dias para cada um produzir um pequeno documento com propostas. Cada grupo decide por si como chegar às propostas; se quiser, organiza dois seminários, um seminário ou nenhum; ou seja, cada um decide como produzir o seu documento, que será encaminhado para a coordenação geral.

Com base nesses documentos, faríamos uma nova reunião com todos e escolheríamos os temas que emergem como polêmicos, como muito interessantes ou como comuns aos grupos, e proporíamos, aí sim, uma reunião de trabalho, que poderia ser uma mesa-redonda, um seminário para debatê-los. De preferência, não repetindo a divisão em três grupos; ao contrário, haverá questões que perpassam os três grupos.

Seria interessante, inclusive, convidar, para esse momento de debate, algum especialista ou alguém que consideremos adequado, que poderia ler esse documento e fazer uma crítica, acrescentando suas idéias e dando uma contribuição adicional. Obviamente seria uma pessoa que não está participando.

Como ele falou, é importante termos a “tarefa de casa”, ou seja, a data. Se a data for 45 ou 60 dias, cada um faz seu item, de maneira objetiva, simples, para que todos possamos ler os trabalhos e debatermos numa próxima reunião conjunta.

SR. ADRIANO BRANCO – A senhora me permite um aparte? Estou plenamente de acordo, mas, quando falamos que os grupos vão trazer propostas, minha dúvida original é: propostas de quê? Minha sugestão é que os grupos tragam propostas de política.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Concordo. Seria uma proposta de política habitacional; poderia ser Desenvolvimento Urbano ou Políticas Urbanas, que julgo melhor por dar um sentido mais amplo, uma vez que “desenvolvimento” sempre é uma coisa mais setorizada.

Eu fiquei com dúvida se o 3º grupo seria Desconcentração, porque pode não haver consenso a respeito do título. Talvez fosse melhor Regionalização de repente Estado de São Paulo, pois, nesse caso, pode-se discutir se vai concentrar, desconcentrar, de que forma desconcentrar, etc. O que estamos vendo, na verdade, é desconcentração territorial e concentração econômica.

Assim, concordo que os nomes dos grupos sejam bem restritos e que cada grupo decida como vai fazer.

SR. CALDINI CRESPO – Acredito que estejamos convergindo rapidamente para um consenso. A Dra. Rosana com a palavra.

SRA. ROSANA MAZONI – Dr. Adriano, o senhor sabe que tem um duplex no meu coração, mas o meu entendimento, quando da participação do Fórum, foi a discussão: eu, Rosana, empresária da área de construção, quais as minhas dificuldades com relação à nacionalização, desnacionalização das empresas, meus problemas de financiamento, se tenho ou não, se o FINAME está aberto, se o BNDES pode ajudar ou não?

Eram assuntos gargalos que eu poderia trazer e mostrar para toda a comunidade que, se pudermos ter um desenvolvimento melhor nesse setor, eu, Rosana, empresária, também terei um desenvolvimento melhor.

Eu, Rosana, cidadã, gostaria de discutir temas como, por exemplo, lei ambiental, áreas invadidas, áreas de mananciais, preservação, *versus* desenvolvimento urbano; megaempreendimentos *versus* congestionamento na cidade de São Paulo.

Na verdade, entendo isso como gargalos, como o ser humano, o ser profissional, trazendo suas expectativas para que se chegue num consenso final, e, pelo que entendi, o objetivo do Fórum era “o que o cidadão quer, o que o ser humano quer de seu Estado para o século 21”.

Preocupa-me um pouco quando falamos de políticas ou estratégias; que não ouçamos mais “o que o cidadão quer para o século 21”.

Repito, Dr. Adriano, não quero confrontar, quero apenas passar o meu entendimento ou desentendimento sobre o Fórum.

SR. CALDINI CRESPO – Senhoras e senhores, sugiro que tentemos definir os três temas, nem que seja por votação, e, depois, formaremos os grupos. Qualquer que seja o título, acredito que as pessoas que queiram debater outros assuntos, poderão fazê-lo nas reuniões dos seus subgrupos. Talvez o título não seja tão decisivo assim. Vamos buscar, agora, essa definição.

Parece-me que existem duas correntes. Uma corrente que significaria, simplesmente, a junção dos itens 1 e 3, num primeiro item; depois, mantendo Legislação Urbanística como 2º subgrupo; e um 3º subgrupo designado Regiões Metropolitanas. Essa é a primeira corrente.

A segunda corrente, manifesta pelo Dr. Adriano, designando os três subgrupos de Política de Habitação, Política de Desenvolvimento Urbano e Política de Desconcentração.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Eu só entendi que a proposta dele se sobrepõe à outra; é uma nomenclatura mais ampla, mais adequada.

SR. CALDINI CRESPO – A do Dr. Adriano? Dra. Encarnação, a senhora prefere a classificação do Dr. Adriano?

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – É. O que está nos itens 1 e 3 é uma discussão sobre política habitacional; o que está no item 2 é uma discussão sobre política urbana, com uma nomenclatura mais adequada; o grupo regiões metropolitanas estaria sendo ampliado, porque não se discutiria apenas região, mas toda a desconcentração, regionalização.

SR. LUCHI – Concordo que não nos devemos perder pelos nomes, porque são coisas complementares. O único problema seria a política de desconcentração, porque fugiria um pouco ao escopo. Eu não consigo perceber os instrumentos adequados para discutirmos uma política de desconcentração de atividades no Brasil, no Estado de São Paulo.

Acredito que entraríamos num território muito difícil, porque a concentração e desconcentração dependem de tantas variáveis que, normalmente, nem o município nem o Estado têm instrumentos para conduzir. Poderíamos, eventualmente, perder-nos em questões, ainda que importantes e interessantes, não-operacionais.

Com relação à política habitacional e urbana, creio que, sem dúvida, esse deve ser o objetivo. O grupo que estudar Demanda e Financiamento junto com a Produção de Habitação deve ter como objetivo uma política habitacional. Regiões Metropolitanas e Legislação Urbanística, fundamentalmente, devem estar com a política urbana e habitacional. Eu não me perderia pelos nomes.

A única preocupação é que, se colocarmos “política habitacional” e “política urbana”, pode dar um aspecto mais generalizado, sem definição. “Política”, estou de acordo; mas quais os instrumentos que vou desenvolver, quais as metas, quais os resultados que quero obter?

SR. CALDINI CRESPO – O senhor quer colocar sua manifestação como aparte ao Dr. Luchi?

SR. – Eu gostaria de fazer um aparte a ele e à Rosana. Não há contradição nessas coisas; apenas uma ordenação. Se não formos capazes de enxergar as políticas no todo, caímos num varejo que não leva a nada; vamos ficar discutindo se a casa deve ser feita de tijolo, de bloco, se deve ser feita mais aqui ou mais ali, sem enxergar o todo.

Minha proposta é que comecemos de cima para baixo, portanto, traçando as políticas principais. Essas políticas principais, já no seu traçado, vão sugerir ações, programas de atendimento, que virão no plano seguinte. Isso nos dará ordenação.

Temo que, se não ordenarmos isso, vamos passar meses, anos, discutindo questões pontuais. Esse é o meu receio. Eu proponho apenas uma ordem no desenvolvimento das idéias, mas sem inibir, de qualquer maneira, contribuições extremamente importantes como a Rosana citou.

SR. LUCHI – Creio que poderia juntar, colocar política habitacional e citar o item 1 e o item 3.

SRA. ROSANA MAZONI – É só uma questão semântica. Estou de acordo.

SR. CALDINI CRESPO – Dr. Adriano aceitaria a proposta do Dr. Luchi?

SR. ADRIANO BRANCO – Deveria haver um estudo sobre legislação urbanística, sem que esteja por trás uma questão de política de urbanização.

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Creio que nossa questão principal é conteúdo. O nome, semântica, é secundário. Isso me preocupa um pouco, porque já está sendo dada uma conotação de política habitacional.

Quando se fala Demanda e Financiamentos Públicos e Privados, está sendo dado um destaque para a infra-estrutura urbana. O que nos interessa mais é o

conteúdo; temos de discutir financiamentos para infra-estrutura urbana, financiamentos para habitação. O nome do tema passa a ser secundário; o principal é o que vamos ter de conteúdo, assim como uma solução. Senão, vamos discutir semântica a tarde inteira.

SR. CALDINI CRESPO – Acredito que todos concordamos, mas tem de haver um nome. Na sua opinião, qual seria o mais adequado dos três grupos?

SR. ADRIANO BRANCO – Demanda e Financiamento da Habitação e Infra-Estrutura Urbana.

SR. CALDINI CRESPO – Vamos anotar. Qual seria o segundo grupo?

SR. ADRIANO BRANCO – Legislação Urbanística, como está aqui.

SR. CALDINI CRESPO – O terceiro, a proposta inicial já era somá-lo ao primeiro. Simplesmente, desapareceria esse título.

SR. ADRIANO BRANCO – Desculpe, o terceiro está junto com o primeiro. Estou indo para o quarto, que seria o terceiro.

SR.– Tinha ficado Áreas Metropolitanas e Centros Urbanos.

SR. CALDINI CRESPO – Em termos. Isso tinha sido aprovado nos seminários. Mas como “seminários” ficou para posterior discussão, a sua proposta que o grupo tenha esse nome é lícita.

SR. ADRIANO BRANCO – Regiões Conurbadas, creio que atenderia bem.

SR. CALDINI CRESPO – Você pensa em Regiões Conurbadas. Englobaria todos os conceitos?

SR. ADRIANO BRANCO – Sim, porque estariam as cidades de porte médio que têm conurbação, as regiões metropolitanas; estariam vivendo os problemas de uma cidade com a outra.

SR. CALDINI CRESPO – A Dra. Encarnação não gostou.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Não é que eu não tenha gostado. Na verdade, no Estado de São Paulo, não temos grandes conurbações; esse conceito, portanto, não se aplica. Se fosse, no caso, seria “Aglomerações”; conurbação é em Nova Iorque.

SR. ADRIANO BRANCO – Não. Nós temos conurbação em São Paulo. São Paulo é toda conurbada, Sorocaba e Votorantim são conurbadas.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – São aglomerações.

SR. CALDINI CRESPO – Numa tentativa de aproveitar o que o Dr. Adriano falou, esse terceiro grupo não poderia ser “Regiões Metropolitanas e Políticas de Desconcentração” ou alguma coisa assim?

SRA. ARLETE – Eu gostaria de falar sobre o termo “política”. Vamos fazer propostas de políticas, portanto, não creio que seja adequado o termo “políticas”. Dentro daquilo que estamos falando, não falaríamos “políticas”, no âmbito do legislativo; seriam propostas de políticas.

SR. CALDINI CRESPO – No caso do terceiro grupo, qual seria o consenso? “Regiões metropolitanas” e, para focar o oposto disso, “A desconcentração”, para que não se perca a proposta do Dr. Eduardo?

SRA. ARLETE – Eu proponho que permaneça, alguém já falou sobre isso, “Regionalização Urbana”.

SR. CALDINI CRESPO – Que tal “Regiões Metropolitanas e Regionalização Urbana”? Aceitável? (Pausa.) Parece que estamos chegando a um consenso. Vou repetir o que pareceu ser consenso. Que definamos agora a formação de três subgrupos com estes títulos orientativos, não impedindo que dentro deles se discuta o que quer que seja do tema geral: 1º – Demanda e Financiamento da Habitação e Infra-Estrutura Urbana; 2º – Legislação Urbanística, Perspectivas e Necessidades de Atuação da Assembléia Legislativa; 3º – Regiões Metropolitanas e Regionalização Urbana. Chegamos a um consenso? (Pausa.) Então, vamos partir para a definição dos subcoordenadores e demais membros.

SRA. TEREZA BELDA – Só um aparte? Os itens 1 e 3 se juntaram. Mas quanto ao título?

SR. CALDINI CRESPO – Ficou Demanda e Financiamentos. Faltou “Produção”. É isso?

SRA. TEREZA BELDA – É. Em vez de Demanda, poderia ser Produção e Financiamento de Habitação e Infra-estrutura Urbana. A questão da demanda vai aparecer aí.

SR. CALDINI CRESPO – Dra. Tereza sugere, em vez de Demanda, Produção e Financiamento de Habitação e Infra-estrutura Urbana. É preciso que os

subgrupos tenham algum nome, mas é lógico que o nome não significa tudo. É uma orientação, apenas.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – A proposta dele é muito melhor, porque é genérica. Se estamos preocupados em não usar o termo “política”, podemos usar “Propostas Habitacionais”, “Propostas Urbanas”, e “Propostas de Regionalização”. Cada grupo discute se vai priorizar a produção, ou a demanda, ou a infra-estrutura; o grupo decide. Vamos colocar um nome genérico.

Essa denominação ficou específica; já decidiu o que o grupo está priorizando. Não precisa decidir; põe o nome genérico e o grupo decide.

SR. LUCHI – Não pode haver nada mais genérico do que falar em Demanda Habitacional, e Financiamento.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Fica um nome que nem nós vamos decorar; já um nome curto, fica mais fácil.

SR. LUCHI – Não estou discutindo que seja difícil decorar; estou dizendo que não é específico. Se você puser “demanda e oferta”, é a coisa mais geral possível.

SR. CALDINI CRESPO – Com essa manifestação, Dr. Luchi, o senhor prefere a nomenclatura anterior?

SR. LUCHI – Eu prefiro.

SR. CALDINI CRESPO – Prefere um tanto mais específica. Devo considerar que esteja prevalecendo a denominação um tanto mais específica, a que foi ditada

pelo Dr. Fernando? Dra. Tereza, a senhora concorda que não conste a palavra “produção”, ficando esse assunto embutido no item 1?

SRA. TEREZA BELDA – Isso sim, mas ela levantou uma questão realmente importante. Não sei como se faz o encaminhamento disso.

SR. CALDINI CRESPO – Eu, como moderador, coordenador, devo respeitar todas as manifestações, mas também é minha obrigação fazer com que possamos concluir as coisas nesta reunião, senão todos sairemos frustrados. Se for o caso, votaremos.

SR.– Eu não me oponho a nada. Desde que o conteúdo exista, o nome é secundário.

SRA. TEREZA BELDA – O importante é o enfoque que será dado.

SRA. ROSANA MAZONI – Eu também acredito que seja importante e me parece que a proposta do Dr. Adriano é mais bem-vinda do que a do Dr. Fernando. Então, votação, simples.

SR. CALDINI CRESPO – Colocarei em votação. Quem prefere a nomenclatura mais genérica, na linha do Dr. Adriano? Quem prefere a nomenclatura mais específica, na linha do Dr. Fernando? Quem prefere a genérica, por favor, levante a mão. (Pausa.) São sete. Parece maioria. Vamos tirar a dúvida: quem preferir a linha mais específica se manifeste, por favor. (Pausa.) São três. Então, prevaleceu a genérica.

Dr. Adriano, o senhor poderia ditar, para anotarmos?

SR. ADRIANO BRANCO – Eu sou um pouco insistente na idéia de políticas, porque isso é uma nomenclatura universal, não é uma coisa que esteja inventando aqui e dando nome. Todos os tratados de planejamento empresarial enfocam a empresa no seu todo – para o Governo isso não é diferente – a partir da missão geral, da visão de futuro, das políticas etc. Nosso foco são políticas e essas políticas terão um desdobramento em projetos, em ações etc. Por isso, insistiria em chamar de políticas de habitação, políticas de desenvolvimento urbano. A “desconcentração”, eu peço socorro para arrumar uma coisa mais correta do a que propus. “Desconcentração” foi um termo que eu peguei no ar, mas talvez não seja o mais adequado. Poderia ser “Política para Regiões Metropolitanas”.

SRA. TEREZA BELDA – Posso fazer uma sugestão? “Políticas de Regionalização Urbana” e “Políticas de Metropolização”.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Acredito que “Políticas de Regionalização Urbana” basta, porque inclui a de metropolização.

SR. CALDINI CRESPO – Inclui tudo? É um consenso?

SR.– Eu discordo, porque, à medida que vai agregando para o mais geral, dois grupos bastam. Creio que esses dois grupos, como ele colocou, são suficientes.

SR. ADRIANO BRANCO – Não é à-toa que está tão difícil dar um nome para o terceiro.

SR. CALDINI CRESPO – Surge uma nova idéia de ficarmos com dois grupos. Vamos bater o martelo? (Pausa.) Então, teremos dois subgrupos: “Políticas de Habitação” e “Políticas de Desenvolvimento Urbano”.

Por isso que as decisões colegiadas são tão difíceis, mas conseguimos. É uma vitória. Estamos de parabéns.

Vamos, então, dividir em dois subgrupos e, depois, escolhemos um responsável para cada um deles. Eu sugiro dar liberdade para cada um dos senhores participar dos dois, caso queiram. Obviamente, isso significará mais horas de trabalho.

Queremos ressaltar que as reuniões dos subgrupos não necessariamente acontecerão aqui; se algum desejar fazer suas reuniões nas dependências da Casa, mediante aviso e planejamento com a Arlete, especialmente, o recinto ficará à disposição, mas, possivelmente, preferirão fazer suas reuniões nas suas próprias dependências ou em quaisquer outros lugares.

Hoje, ainda vamos chegar à definição de prazos. Neste momento, vamos dividir as pessoas. Vou perguntar para cada um em que grupo – ou eventualmente nos dois – prefere participar. Dra. Tereza, em qual dos subgrupos a senhora prefere participar?

SRA. TEREZA BELDA – Políticas Urbanas.

SR. LUCHI – Políticas Urbanas.

SR. ADRIANO BRANCO – Habitação.

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Habitação.

SRA. ROSANA MAZONI – Eu fico com Desenvolvimento Urbano.

SR. EDUARDO PIROLA – Desenvolvimento Urbano.

SR. SPIR – Políticas Urbanas.

SR. FERNANDO DE MAGALHÃES MENDONÇA – Políticas Urbanas.

SR. FERNANDO DA SILVA CHAVES – Deputado, eu quero ficar na Habitação, mas gostaria de que o SINDUSCON tivesse um outro representante na outra área.

SR. CALDINI CRESPO – O senhor sabe o nome desse representante?

SR. FERNANDO DA SILVA CHAVES – Messias.

SR. CALDINI CRESPO – Sr. Messias, do SINDUSCON, no subgrupo 2, Urbano; o senhor no de Habitação.

SRA. SILVANA MARIA PINTALDI – Como não posso desdobrar-me em duas, fico na Políticas Urbanas, mas gostaria de contribuir em alguma coisa, se fosse possível, nas políticas habitacionais.

SR. CALDINI CRESPO – Ficou assim: no subgrupo de Políticas de Habitação, manifestaram-se Dr. Adriano, Dr. Bernasconi, Dr. Silva Chaves, Dr. Celso. No de Políticas Urbanas, Dra. Tereza, Dr. Luchi, Dra. Rosana, Dr. Eduardo, Dr. Ispir, Dr. Fernando, Dr. Messias, Dra. Silvana e Dra. Encarnação. Temos quase o dobro de membros para Políticas Urbanas.

Agora, é o momento de designarmos o responsável para cada um desses grupos. No grupo nº 1 de Políticas de Habitação, entre Dr. Adriano, Dr. Silva Chaves

e Dr. Celso, quem se oferece para ficar responsável pela comunicação e coordenação? (Pausa.) Houve uma sugestão para que seja o Dr. Bernasconi. Dá para resolverem entre vocês? (Pausa.) Então, o Dr. Bernasconi fica escolhido como o coordenador responsável pelo subgrupo nº 1, Políticas de Habitação.

Quanto ao 2º grupo, Políticas Urbanas, entre Dra. Tereza, Dr. Luchi, Dra. Rosana, Dr. Eduardo, Dr. Ispir, Dr. Fernando Magalhães, Dr. Messias, Dra. Silvana e Dra. Encarnação, quem seria o coordenador? (Pausa.) Temos três nomes sugeridos: Dra. Silvana, Dra. Encarnação e Dra. Tereza.

SR. CALDINI CRESPO – A Dra. Silvana está desistindo. Fica entre Dra. Encarnação e Dra. Tereza.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Eu proporia a Dra. Tereza, porque ela está aqui em São Paulo e fica mais fácil fazer essa coordenação.

SRA. TEREZA BELDA – Talvez só por isso, porque o meu enfoque é muito mais de Região metropolitana.

SR. CALDINI CRESPO – Não há outro candidato? (Pausa.) Estamos todos de acordo que a Dra. Tereza seja a coordenadora e responsável pelo 2º subgrupo? (Pausa.) Então, Dra. Tereza fica designada.

Prazos? Eu ficaria com a manifestação do Dr. Bernasconi. Embora o Fórum Século 21, uma criação da Casa, tenha prazo até o final do ano, temos duas épocas um pouco mais difíceis, o recesso e o período eleitoral, que afetam os Deputados, mas não só, porque, mesmo que não sejam candidatos, estarão todos envolvidos. Seria prudente que elaborássemos um relatório final, para ser aperfeiçoado no segundo semestre.

Isso é mais ou menos o que o Dr. Bernasconi já havia falado. Se não conseguirmos produzir um relatório, mesmo que seja uma minuta, mas acabada, até o final de junho, não conseguiremos nada até o final do ano.

A proposta seria, portanto, a elaboração de um relatório concluído até final de junho, para que pudesse ser aperfeiçoado no semestre seguinte. Isso não impediria que houvesse alguns eventos no segundo semestre. Dona Arlete, concorda com essa visão?

SRA. ARLETE – Os relatórios, sim. Mas ainda sou partidária de que seminários, mesas-redondas, devam se realizar nesta Casa para haver a troca de informações.

SR. CALDINI CRESPO – Talvez um dia fosse pouco. Não poderíamos programar, após esse prazo, duas reuniões em dias próximos, talvez em semanas consecutivas? Assim, o subgrupo nº 1 apresentaria o seu trabalho em um dia, e, na semana seguinte, o subgrupo nº 2. Acredito que os assuntos são muito extensos para que possam ser condensados em duas ou três horas.

O que os senhores acham para daqui a 45 dias? Vai depender, naturalmente, dos trabalhos internos dos subgrupos. Talvez até seja pouco. Quero questionar isso.

Dr. Luchi, quando o senhor supôs 45 dias para a apresentação do trabalho, já pressupôs que os possíveis seminários e mesas-redondas sejam condição *sine qua non*? O espaço deveria ser maior do que 45 dias? Quando acontecerão os possíveis seminários e mesas-redondas? Acredito que antes dessa apresentação. Ou não? (Pausa.) Talvez 45 dias seja até pouco.

Podemos fazer uma reunião geral de monitoramento, antes desses 45 dias. Talvez uma reunião daqui a 30 dias, para sabermos como os trabalhos estão-se desenrolando e, se for o caso, corrigir alguma coisa. Poderíamos programar a apresentação dos dois subgrupos para daqui a 60 dias; estaríamos chegando em junho

SR. CALDINI CRESPO – As duas quintas-feiras e junho talvez para mais algum seminário ou para fechar o trabalho. Que tal a proposta de prazos?

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Vou fazer uma proposta adicional, mas se não atrapalhar os outros; se atrapalhar, ela está retirada. Em vez da apresentação dos dois grupos ser em duas quintas-feiras, que fosse no mesmo dia. Para quem viaja, ajuda.

SR. CALDINI CRESPO – Pode ser, e, nesse caso, poderíamos fazer em duas etapas: das 10 ao meio-dia; almoçaríamos aqui e, depois, das 13 às 15 horas. Nesse caso, a Dona Arlete já reservaria o recinto.

SR. EDUARDO PIROLA – Existiria a possibilidade de começar mais cedo e fazer tudo na manhã? Desculpem-me, é que eu sou cirurgião e, às 6 horas da manhã, já estou operando.

SR. CALDINI CRESPO – Dr. Eduardo, nesse caso, o senhor acredita que, em duas horas, seria possível esgotar cada uma das apresentações?

SR. EDUARDO PIROLA – A proposição seria começar mais cedo, por exemplo, das 8 às 10. Se não for claro o suficiente para apresentar em duas horas, não será claro em 12. Ficaria das 8 às 10 e das 10 ao meio-dia.

SR. CALDINI CRESPO – Particularmente, não tenho nada contra, mas é um problema. Se for desse jeito, teremos que ser rigorosos no horário. Caso o grupo entenda que é melhor, faremos assim.

SR. EDUARDO PIROLA – Perfeito. O rigor do horário está implícito no combinado.

SR. CALDINI CRESPO – Começar uma reunião, mesmo no horário, com pouca gente, não é produtora. Esse é um problema.

SR. EDUARDO PIROLA – Desculpe-me por expor um problema pessoal, mas é que eu opero todos os dias no Hospital Sírio Libanês e no Instituto do Coração, e também passo na USP. Não posso deixar, por uma questão de prioridade de saúde dos pacientes, de operar um doente ou atrasar muito. Por isso, ficaria um pouco inviável queimar os dois períodos.

SR. CALDINI CRESPO – Então, temos três possibilidades: ou fazemos em dois dias distintos, ou fazemos num dia – metade de manhã, metade depois do almoço –, ou, como o Dr. Eduardo está sugerindo, num período só. As três são possíveis; depende da maioria.

SRA. TEREZA BELDA – Se for um período só, em vez de ser pela manhã, pode ser à tarde. Talvez fique mais fácil para as pessoas.

SR. EDUARDO PIROLA – Com relação a qual período não tem importância. Só gostaria que fosse um período só.

SR. CALDINI CRESPO – Se for somente à tarde, fica bom para o senhor, Dr. Eduardo?

SR. EDUARDO PIROLA – Perfeito.

SR. CALDINI CRESPO – Então, começaríamos às 13 horas; das 13 às 18 horas, se necessário for. À tarde os “plenarinhos” são mais requisitados, mas, se definirmos a data, poderemos reservar com antecedência.

Então, essa reunião de apresentação dos trabalhos seria daqui a 60 dias?

SRA. ARLETE – Mas teremos atividades nesse meio tempo, não é?

SRA. TEREZA BELDA – É óbvio. É só para ter um horizonte.

SRA. ROSANA MAZONI – Posso pedir uma ajuda? Seria bom que os coordenadores dos dois grupos fossem passando, para as pessoas, os objetivos, os temas que serão discutidos, até porque a Rosana, cidadã, adoraria dar palpite em algumas coisas, e a Rosana, empresária, não poderá estar presente. Assim, eu gostaria de estar informada para dar minha opinião e depois saber o resultado.

SR. CALDINI CRESPO – Dona Arlete, será que já foi passada uma lista para que se conheçam os telefones dos demais?

SRA. ARLETE – Todo mundo tem o *e-mail* de todo mundo, mas eu me comprometo a mandar a listagem com endereço, telefone, fax e *e-mail*.

SRA. TEREZA BELDA – Posso fazer uma sugestão à coordenação geral? Seria bom informar, aos que não estão presentes, esse encaminhamento, para que possam se situar em um grupo.

SR. CALDINI CRESPO – A Secretaria poderia ficar encarregada disso? Informar sobre os dois subgrupos e perguntar em qual dos dois a pessoa prefere se encaixar.

A Secretaria também precisa conhecer as reuniões que serão realizadas fora daqui, para que possa convidar os demais.

Então, fica o prazo de 60 dias; considerando que seja uma quinta-feira – o que me parece já ser um hábito desse grupo –, será no dia 18 de maio. Seria uma boa data?

SR. CALDINI CRESPO – Para apresentação na parte da tarde.

SRA. ARLETE – Eu sugiro que marquemos das 13 às 19 horas. Das 13 às 18 horas, é impossível, porque precisamos tomar um café, dar um intervalo.

SR. CALDINI CRESPO – Então, está marcado para o dia 18 de maio, das 13 às 19 horas, neste “plenarinho” ou em outro. Entendo que o convite é para que todos participem dos dois grupos, e não apenas do seu.

Questiono se nesse período faremos uma reunião, talvez daqui a 30 dias, para controle ou algum esclarecimento. Poderemos marcar, para o dia 13 de abril, uma reunião extra das 10 às 12 horas. Nessa reunião de controle, deverão comparecer todos os membros dos dois grupos para apresentar o estágio dos trabalhos e tirar as dúvidas.

Nesse meio tempo, preferencialmente antes do dia 18 de maio, o grupo que desejar promover seminários ou mesas-redondas deve-se comunicar com a Secretaria para que ela possa informar os outros e fornecer a estrutura necessária.

Que não nos esqueçamos dos seminários e mesas-redondas. Hoje, ficaram num segundo plano, mas, idealmente, devem acontecer dentro de cada um dos subgrupos.

O objetivo é que, no dia 18 de maio, façamos uma apresentação, dando um polimento em todas as políticas e consigamos convergir, até junho, para um relatório final que poderá ser aperfeiçoado nas semanas ou meses seguintes.

Estão todos de acordo? (Pausa.) Alguém pediu a palavra?

SRA. ROSANA MAZONI – Eu queria fazer um comentário. Fazemos parte de um grupo bastante eclético, bastante democrático e, principalmente, bastante interessado. Sinto-me muito orgulhosa por terem-me dado o direito de participar. Acredito que conseguiremos ótimos resultados, visto o empenho da nossa secretária-executiva.

SRA. ARLETE – Eu não sou secretária-executiva. Sou assessora da liderança do PT e estou ajudando o Deputado Paulo Teixeira e o Deputado Caldini Crespo.

SR. CALDINI CRESPO – Mas hoje você foi aclamada, Arlete. Agora, não pode voltar atrás.

SRA. ROSANA MALZONI – Muito obrigada pela oportunidade. Estou à disposição de qualquer um dos senhores, como empresária ou como cidadã.

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – Eu queria saber se nossos companheiros do grupo da Política da Habitação – Adriano, Fernando, Celso – gostariam de começar a discutir alguma coisa, porque já temos que sair com um trabalho. Eu queria saber se seria possível continuarmos reunidos mais meia hora e estabelecermos um programa de ação.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Dr. Bernasconi, tenho uma proposta diferente. Nós já temos alguma coisa feita e você tem conhecimento do trabalho desenvolvido pelo Sindicato. Se possível, eu gostaria de marcar outra reunião – ou na FIESP ou no Sindicato – com o nosso pessoal executivo, que já colocaria na

mesa, como partida, alguma coisa para começarmos a discutir. Você concorda com isso?

SR. JOSÉ ROBERTO BERNASCONI – A reunião pode ser no SINDUSCON ou na FIESP. Nós do grupo precisamos discutir o assunto, por isso, sugeri essa meia hora para tentar traçar um esboço

SR. CALDINI CRESPO – Esse é um processo um pouco longo, existe uma legislação já proposta pelo Deputado Arnaldo Jardim, feita pelo Sindicato; há também uma proposta do SINDUSCON na Câmara Federal. Portanto, é um programa de política habitacional um pouco amplo e não é possível ser discutido em cinco minutos.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO ESPÓSITO – Sugiro que encerremos esta reunião e que os dois grupos se dividam, porque já está havendo uma discussão de grupo.

SR. CALDINI CRESPO – Por favor, informem-nos porque os Deputados e a secretária gostarão de participar das reuniões durante esse período, portanto, deve haver uma comunicação bastante freqüente entre nós e, principalmente, com a secretária-executiva recém-aclamada.

Nada mais havendo a tratar em termos gerais, este coordenador considera a reunião muito proveitosa, agradece a presença de todos e espera que consigamos chegar ao nosso objetivo. Muito obrigado e Bom-dia.

26.04.2000

- Paulo Teixeira – Deputado. Presidente da Comissão de Obras da Assembléia. Coordenador da Comissão de Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Adriano Branco – Ex-Secretário da Habitação do Estado de São Paulo
- Fernando Silva Chaves – Vice-Presidente de Obras Públicas do Sindicato da Indústria de Construção Civil. Representando Sérgio Porto
- Arlete Moisés Rodrigues – Assessora do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa
- Arnaldo Jardim – Deputado Federal. Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21
- Caldini Crespo – Deputado. Relator do Grupo Temático Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Evaniza Rodrigues
- Tereza Belda – Funcionária da EMPLASA na área de Planejamento Metropolitano

SR. PAULO TEIXEIRA – Pedindo já desculpas pelo atraso, em razão de um problema técnico com o aparelho Data Show. Houve uma falta de equipamentos, que fomos providenciar agora.

Queria, inicialmente, agradecer, em meu nome, e também de nosso Vice-Presidente e Relator, Deputado José Caldini Crespo, a presença de todos os Conselheiros. E agradecer também a presença, entre nós, do ilustre Deputado Arnaldo Calil Jardim. E também passar à exposição do trabalho que foi realizado pelo Grupo de Habitação, que será feita aqui pelo Dr. Adriano Murgel Branco e pelo Dr. Fernando Silva Chaves.

Então, já poderíamos iniciar. E depois, no final, faríamos os encaminhamentos.

Dr. Adriano também está distribuindo um texto, que é a base desta exposição.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO – Vamos fazer a exposição em duas partes. A primeira não precisa da projeção. A segunda, sim.

Então, Senhor Presidente da Comissão, demais membros presentes.

Durante esse interregno, entre a reunião anterior e a atual, fizemos algumas reuniões para discutir algum trabalho a ser apresentado.

Fica evidente que a carência de habitações está muito mais próxima do total apurado do que do déficit indicado. Também se pode reconhecer que a carência de novas habitações é muito maior na região metropolitana de São Paulo do que no interior. Nesse particular, vale observar que o Governo do Estado, por meio de seus programas habitacionais, vem produzindo muito mais unidades no Interior do que na região metropolitana de São Paulo. Parece que os programas para frente tendem a corrigir um pouco isso.

Por outro lado, a COHAB e o INOCOOP, que poderiam estar compensando esse desequilíbrio, reduziram muito sua produção habitacional, como vemos no quadro seguinte.

É impressionante ver neste quadro que, no período 1990-1994, foram construídas 196.000 habitações no Estado de São Paulo. E no período 1995-1998, isto caiu para 117.000.

O esforço feito pelo Estado cresceu de 90.000 para 100.000. Enquanto o Estado, de um quadriênio para o outro, aumentou em 10.000 unidades a produção habitacional. Entretanto, a COHAB desceu de 78.000 para 15.800. E o INOCOOP desceu de 27.700 para 1.900. Por isso, o total de habitações construídas no Estado caiu fortemente.

Por fim, vale observar que considerada a forte queda na produção global de habitações, os números revelam quão distante ela está das necessidades habitacionais do Estado.

Por isso mesmo, no período 1994-1998, as categorias de edificação identificadas como barraco isolado, favela e cortiço na Região metropolitana tiveram sua participação no total de moradias elevada de 10,8% para 14,1%. O crescimento maior foi na Capital, cujo índice se elevou de 5,9% para 12,3% nos barracos isolados e favelas. No mesmo período, o percentual de famílias morando em domicílios invadidos cresceu de 6,5% para 9,1%. Na periferia de São Paulo cresceu de 7,1% para 12,6%.

Diante desse quadro e dos argumentos antes expostos em favor do emprego de recursos públicos na solução do problema, soa estranho que não se esteja praticando o aumento de 1% em todas as alíquotas do ICMS, mas apenas em parte delas. Ou seja, aquilo que era previsto como uma arrecadação próxima de 6% do valor do ICMS não tem sido mais do que 3,5% do valor do ICMS, porque há várias alíquotas que não tiveram esse aumento. Então, é um recurso que, pelo projeto de lei, seria disponível, e não está disponível para o Fundo Habitacional, na minha avaliação, por uma incorreção redacional apenas.

De qualquer forma, é importante ver que a situação habitacional do Estado de São Paulo vem-se agravando, ao contrário do que poderíamos pensar, que pelo

esforço que o Governo vem fazendo, ele estivesse se atenuando. Mas não está se atenuando, vem-se agravando.

Níveis de atuação:

A complexidade do problema habitacional sugere vários caminhos a percorrer.

Em primeiro lugar, é necessário que a União e os Municípios reconheçam os benefícios tributários que auferem quando constroem moradias e se disponham a participar também de um Fundo Habitacional com destinações orçamentárias. Os municípios, além disso, devem recordar que estão recebendo sua quota-parte do excedente do ICMS obtida por meio da Lei nº 6.556, sem destiná-la orçamentariamente, via de regra, a programas habitacionais.

Há um ano, conversando com o Prefeito da Capital, e lembrando a ele que ele tem recursos vindos do Estado para habitação, ele se surpreendeu. Mas de onde vem? Vem da Lei nº 6.556, em que os municípios participam etc. O município da capital recebia cerca de 50 milhões por ano, oriundos dessa lei, e lamentavelmente não se sabia disso.

Por outro lado, é preciso que a União e os Municípios entendam a questão habitacional como de interesse público e sua solução como benefício para toda a Nação. Não é por outro motivo que a Constituição Federal dispôs, no artigo 23, inciso XI: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.”

De seu lado, a Constituição do Estado de São Paulo prescreveu, artigo 132: “Incumbe ao Estado e aos Municípios promover programas de construção de moradias populares, de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.”

No que respeita às formas de atender às necessidades habitacionais, um programa específico há de prever desde o fornecimento de apartamentos e casas prontas até o de lotes urbanizados, lotes com embrião de moradia e *kits* para

autoconstrução em madeira, alvenaria, aço e outros materiais que se prestem a esse fim. Também deverá prever a edificação para a autoconstrução, como estimular a indústria da construção civil à produção industrializada em grande escala, para tal necessitará elaborar programas de longo prazo, com continuidade assegurada. Não há nada que possa prejudicar mais um programa habitacional que a descontinuidade. Os esforços tecnológicos se perdem.

Por outro lado, a progressiva escassez de terrenos na Região metropolitana, assim como a necessidade de criação de espaços coletivos nas favelas, obrigam à verticalização das construções, cabendo o desenvolvimento de projetos adequados, principalmente com elementos pré-moldados, para uma rápida intervenção nas favelas, deslocando poucos moradores durante as obras.

Além disso, a recuperação das áreas degradadas, como é o caso dos cortiços, também exige projetos adequados em alguns casos, prevendo edifícios de mais de cinco pavimentos, de construção igualmente rápida.

Nesse contexto, cabe ao Estado formular um plano estratégico habitacional, que a partir de uma visão de futuro da questão, defina os seus próprios objetivos, a sua missão, as estratégias a seguir e as políticas em que se assentam.

Nesses campos, é rigorosamente apropriada a participação do Poder Legislativo como legítimo representante das aspirações populares.

Na seqüência caberá estabelecer metas, programas e projetos, que é uma função mais executiva, de responsabilidade do Governo do Estado.

Depois de discutir muito essa questão, nos valem, finalmente, de um resumo dos diversos textos apresentados, que foi feito pelo nosso companheiro do IPT, e que eu aproveitei na íntegra aqui.

É conhecida a questão habitacional em toda a sua dimensão, o que foi o objetivo da exposição de motivos precedente, é possível traçar rumos para um plano estratégico habitacional. É objetivo do Plano Estratégico do Estado de São Paulo assegurar moradia condigna para todos os cidadãos, garantindo condições de habitabilidade adequadas, bem como pleno acesso à infra-estrutura e serviços

urbanos, fatores necessários para o desenvolvimento individual e coletivo. O plano estratégico deve ter como meta o atendimento, num prazo máximo de 20 anos, da totalidade das necessidades habitacionais acumuladas no Estado. Isso é bem a visão de futuro, que foi prevista, em 20 anos, eliminar o problema.

Parece muito tempo, mas quando eu me lembro que fui Secretário da Habitação há 14 anos, e já estávamos discutindo esses assuntos, passaram-se os 14 anos e vários Secretários e a situação não mudou muito, 20 anos não é muito tempo e será suficiente se medidas muito enérgicas forem realmente adotadas.

SR. – Assim que tivéssemos mais seis anos.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO – Seria o ideal.

Muita coisa caminhou. Acho que a concepção do problema habitacional como uma responsabilidade pública, a edição da lei que criou o acréscimo, acho que foram fatos extremamente positivos e o Estado também aprendeu a trabalhar com grande escala. No ano anterior à minha assunção à Secretaria de Habitação se tinha construído no Estado de São Paulo 9.000 habitações, em quatro anos. Hoje já está se falando, já se fez nos últimos quatro anos, 100.000, e está se falando em mais. Acho que isso também é um aprendizado extremamente importante. E mobilizou-se a iniciativa privada, como vamos ver adiante, na exposição do SINDUSCON.

Para isso, deve-se seguir alguns princípios, que ancorados na sociedade paulista, representada por este Fórum da Assembléia Legislativa, garantam a coerência a longo prazo das ações implementadas por diferentes governos.

São estratégias do Plano Estratégico para o setor habitacional de interesse social no Estado de São Paulo:

1º – O Estado destinará recursos orçamentários para a aplicação em programas habitacionais que privilegiem o atendimento das necessidades das

camadas mais pobres da população, pois as necessidades habitacionais crescem com a diminuição da renda familiar.

2º – Considerando que as necessidades habitacionais apresentam-se de forma diversificada, o Estado investirá os recursos orçamentários em programas que contemplem ações diversificadas, como a produção de novas moradias, a melhoria de habitações precárias e a melhoria das condições gerais de infraestrutura e serviços urbanos.

3º – O Estado estabelecerá mecanismos para incentivar a participação dos Municípios, empresas privadas e dos próprios beneficiários na implementação dos programas habitacionais de interesse social.

4º – O Estado proverá apoio tecnológico ao setor habitacional por meios dos institutos de pesquisas e universidades.

E aí eu acho que tanto públicas quanto privadas. Estava um pouco restrita às públicas e eu estendi isso.

São quatro estratégias básicas. Dessas quatro estratégias se derivam as seguintes políticas:

O Estado participará com a parcela dos recursos necessários para a aquisição de moradias e lotes urbanizados pela população de menor renda, fornecendo subsídio direto às famílias necessitadas como contrapartida o esforço de poupança compatível com a sua renda familiar.

O Estado apoiará o aumento da oferta de lotes urbanizados para a população de baixa renda, estimulando a destinação dos lotes urbanos vazios para a habitação e incentivando, quando e onde necessário, a produção de novos lotes urbanizados.

O Estado, incentivando a participação conjunta dos Municípios, fornecerá apoio financeiro, logístico e tecnológico ao autoconstrutor.

O Estado, incentivando a participação conjunta dos Municípios, desenvolverá ações voltadas para a urbanização de favelas, estabelecendo as condições necessárias para a regulamentação fundiária das favelas urbanizadas.

O Estado, incentivando a participação conjunta dos Municípios, combaterá a degradação urbana, desenvolvendo ações de qualificação de áreas periféricas e centrais que privilegiem a inclusão social dos atuais moradores.

O Estado, por meio das instituições de pesquisas e universidades, promoverá o desenvolvimento de tecnologias adequadas para a construção de habitações e infra-estrutura urbana, visando reduzir custos, aumentar a qualidade e garantir condições adequadas do meio ambiente.

O Estado, por meio das instituições de pesquisas e universidades, promoverá o acompanhamento periódico das necessidades habitacionais, fornecendo informações que possibilitem a avaliação pública das políticas e ações governamentais na área habitacional.

Essa é uma síntese das políticas que poderíamos propor. Eu tinha feito um elenco maior do que esse, mas acho que a síntese cabe bem para que não nos estendamos demais.

O que falta nesses ingredientes todos é dizer que o Estado tem de pressionar, de todas as maneiras, a União, para que ela participe desses programas. Não tem cabimento a União participar apenas com financiamentos, e financiamentos às vezes difíceis, quando recebe tributos oriundos da construção habitacional que se faz no País inteiro.

Bem! Senhor Deputado, esta seria, vamos dizer, a síntese do que gostaríamos de apresentar como uma grande diretriz para a ação parlamentar.

É claro que projetos que aqui se realizem, e o Deputado Arnaldo Jardim tem um projeto que eu saiba em relação a este assunto, poderão ir a detalhes maiores, às vezes impor ao próprio Executivo regras um pouco mais detalhadas do que estas.

Mas para concluir isso, e como este trabalho foi desenvolvido com a ajuda do pessoal do SINDUSCON, tivemos a oportunidade de ouvir deles uma exposição de uma proposta de natureza econômico-financeira para que se acelere o processo de construção habitacional, e foi, então, pedido permissão aos Srs. Deputados para

que essa exposição possa ser feita hoje aqui, e que é a segunda parte deste trabalho. Muito obrigado.

SR. PAULO TEIXEIRA – Eu queria parabenizar o Adriano e todos que fizeram parte da equipe que produziu esse trabalho, um trabalho importante, ele é um referencial novo nesse debate, ele inova de quem está vendo de um lado quem pode avaliar as políticas atuais e as diretrizes que esse programa apresenta pode ver que ele tem uma série de inovações.

poderíamos depois abrir para o debate do documento, e também estabelecer um processo e ampliação desse documento, já que muita gente que leu, e se deparou agora com seu conteúdo, poderia, numa próxima reflexão, trazer algumas contribuições para ele. Mas quero dizer desde já que gostei muito de seu conteúdo. Acho que a impressão que ficou foi muito positiva desse trabalho. E eu sei que fazer um trabalho desse dá trabalho. Então, parabéns a todos que participaram.

Acho que poderíamos passar diretamente à exposição do SINDUSCON, para depois, então, abríamos os encaminhamentos.

Eu não sei se vai precisar diminuir a intensidade da luz. Pedir para alguém para pelo menos desligar esses holofotes.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO – Senhor Deputado, eu queria aproveitar estes instantes de redução da luz para lhe oferecer um documento que foi uma Política Nacional de Habitação, feita em 1991, que é um documento extremamente sintético e muito inteligente. Isso resultou de um trabalho feito pelo então Ministério da Habitação, que depois se transformou em Ministério da Ação Social, e que envolveu debates no Brasil inteiro. Isso é a opinião do Brasil a respeito da questão habitacional que vale a pena conhecer.

E queria também lhe oferecer um documento que foi feito pela Secretaria da Habitação ao tempo em que eu estava lá, chamado Habitação para o

Desenvolvimento, e que tem muitos dos conceitos e das teses que achávamos que deveriam orientar toda a questão da política habitacional no Estado.

SR. PAULO TEIXEIRA – Muito obrigado, Dr. Adriano. Gostaria de apresentar o Deputado Pedro Tobias, que é Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, um Deputado importante, está disputando a Prefeitura de Bauru, e que veio prestigiar esta nossa reunião.

Os problemas técnicos, vocês vêem que estão... Esta Assembléia foi construída em 1964, Deputado Jardim. Ela precisa sofrer uma renovação, do ponto de vista de seus equipamentos.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Bom-dia. Desculpe a demora. Vou tentar ser relativamente breve nesta exposição, focando um pouco na questão social, a motivação desse sistema que estamos propondo, expondo aqui nesta apresentação. Depois resumindo um pouco a estrutura de financiamento proposta. E, finalmente, explorando um pouquinho as conseqüências.

Esse projeto que vamos apresentar é muito parecido com a proposta que já foi discutida no plano federal, para todo o País. É muito parecida com a proposta do Deputado Jardim, do ponto de vista de concepção do programa habitacional como um todo.

E nessa apresentação tivemos o cuidado de atualizar algumas informações relativas a déficit, explorando bem a questão associada à renda.

Então, vamos começar discutindo um pouquinho a questão social da habitação, para centrarmos foco e entendermos um pouquinho mais esse problema.

Retomando aqueles dados do déficit habitacional brasileiro, a que o Adriano se referiu agora pouco, para 1998, os dados indicam 5,1 milhões de moradias inadequadas, rústicas, que precisariam ser repostas pela sociedade, para tirar 30 milhões de pessoas, um contingente de 30 milhões de pessoas dessa situação de qualidade de vida muito depreciada.

Para o país como um todo, esse déficit habitacional, de 1981 a 1998, praticamente 20 anos, cresceu à taxa de 1% ao ano, em termos absolutos, totalizando, nesse período, 15% de crescimento, aumento desse déficit habitacional.

E para o país, o que é muito importante, 80% desse déficit habitacional estão concentrados, no ano de 1998, no segmento de famílias que auferiam rendimento inferior a cinco salários mínimos. Isso não é renda *per capita* da família, é a renda total do domicílio. Se há duas famílias, três famílias morando no mesmo domicílio, vamos ter cinco salários mínimos para todas as pessoas que moram lá. Na hora em que trazemos esses dados para a renda *per capita* daquela família, ou seja, a renda por morador daquele domicílio, esses valores caem significativamente.

Aqui temos a curva que traça a tendência que vem do início dos anos 80 até o final dos anos 90. E percebemos que só após a estabilização da economia, com a recuperação dos investimentos, principalmente na área de autoconstrução é que esse déficit estancou o seu crescimento, numa trajetória muito acentuada de crescimento, nos anos 80, início dos anos 90, apenas com o instituto da autoconstrução, o crédito dado às famílias de baixa renda pelas empresas de materiais de construção conseguiu estancar esse processo.

Vamos ver as mesmas estatísticas para o caso do Estado de São Paulo. Em 1998, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios da Fundação IBGE, o déficit habitacional no Estado de São Paulo era de 820.000 moradias, cerca de 16% do déficit total brasileiro, o que é um volume muito grande, considerando que o Estado de São Paulo detém mais de 30% da riqueza total do País.

Entre 1981 e 1998, o déficit no Estado de São Paulo cresceu a uma taxa praticamente o dobro da taxa que cresceu o déficit brasileiro, 1,6% ao ano, totalizando 33% ao longo desses 20 anos, o que mostra um agravamento da situação maior no Estado de São Paulo do que nas demais regiões do País. E no ano de 1998, 52% desse déficit estava na região metropolitana de São Paulo e 48% no Interior, mais ou menos 50%, 50%.

Esse conceito de déficit é um pouco diferente do conceito que o Adriano se referiu, baseado na pesquisa do SEADE. Aqui usamos o conceito desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, que permite a comparação entre Estados e diferentes regiões do País e do mundo.

Mais de 70% desse déficit habitacional estavam concentrados no segmento de famílias com renda mensal inferior a 6,5 salários mínimos.

Parece que a situação no Estado de São Paulo é um pouco melhor, porque há uma concentração menor dessas famílias de menor poder aquisitivo. O que precisamos atentar, e colocar bastante atenção, é que o Estado de São Paulo tem uma renda maior que o restante do país. Isso significa, do ponto de vista prático, um problema social mais grave no Estado de São Paulo do que no restante do país.

Esse gráfico nos dá a idéia da trajetória de crescimento desse déficit habitacional do início dos anos 80 até o final dos anos 90. E percebemos que só após a atuação do Governo do Estado, a criação de 1% de adicional sobre a alíquota de ICMS é que o déficit habitacional no Estado de São Paulo começa a se estabilizar nesse nível de 800.000, mas o volume de recursos investidos é insuficiente para fazê-lo regredir ao longo do tempo. Essa iniciativa conseguiu estancar o crescimento que se observou nos anos 80, mas não foi o suficiente para reduzi-lo.

Esse gráfico nos dá uma idéia da distribuição do déficit habitacional no Estado de São Paulo por faixa de renda *per capita*. É aquilo a que eu estava me referindo. Há famílias com oito pessoas, há famílias com nove pessoas, ele ganha R\$ 600,00 para dividir em 10 pessoas, dá R\$ 60,00 por pessoa, o nível de renda é muito baixo. Percebemos que esse déficit vai atingir famílias, a grande maioria desse déficit pega essas três primeiras barras, famílias que têm renda *per capita* média de R\$ 250,00. Se olharmos para esses dados e levar em consideração que se tem em média quatro pessoas por família no Estado de São Paulo, estamos falando de uma renda familiar em torno de R\$1.000,00. Este seria o público-alvo de um programa social. Esse é o tipo de família em que devemos centrar foco, se

buscamos reduzir o déficit. Se conseguirmos eliminar essas três barras, percebemos que o déficit cai para algo abaixo de 100.000 moradias. Quer dizer, se conseguíssemos um programa para atingir essas três faixas de renda, seria faixa de renda entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00 de renda mensal, ali a segunda em torno de R\$ 600,00 de renda mensal e a terceira em torno de R\$ 1.000,00 de renda mensal, atingindo essas três faixas de renda, conseguimos reduzir significativamente o déficit.

Esse projeto que estamos propondo tem por objetivos aumentar a disponibilidade de fundos para habitação, ampliar os prazos de financiamento, adequando-os ao perfil da demanda, democratizar o acesso ao crédito imobiliário que existe, só que ele está hoje muito centrado nas faixas de renda média-alta e renda alta, e otimizar o uso dos recursos públicos. Depois vamos entender um pouquinho melhor como esses objetivos são satisfeitos dentro desse programa. E ele está baseado em quatro princípios fundamentais: o princípio da justiça social. Vamos colocar o Estado atuando na promoção da justiça social. Um conjunto de princípios que incentivam os participantes desse sistema a se esforçarem no empenho de alocar recursos para habitação. Ele está baseado no princípio de decisões descentralizadas, decisões que se darão no Governo Municipal e de preferência no arranjo entre cooperativas, arranjos espontâneos dentro da sociedade. E eu acho que é o item mais importante e inovador, ele está baseado na relação direta Estado-Cidadão. Vamos introduzir um mecanismo de subsídios, uma transferência de recursos de toda a sociedade para as famílias de baixa renda. Só que essa transferência é direta, ela não tem intermediários. É o Estado firmando um contrato com o cidadão. Essa é a grande inovação desse sistema.

Dentro desse sistema, há três agentes: União, Estados e Municípios. Mesmo no programa estadual, como se referiu o Adriano, devemos brigar pela participação da União dentro desse sistema. Não só pelo motivo que o Adriano indicou, que é um motivo per se muito importante, porque ele participa da arrecadação do total do investimento feito, mas também porque muitos desses problemas estão associados

a movimentos migratórios. E se a União não participar, pode gerar um Estado que é excelência num programa habitacional, com acesso de crédito e subsídio muito fácil, que atraia uma contingente populacional. Quer dizer, a União tem de participar regulando a relação entre os Estados.

, também de forma inovadora, pretendemos introduzir um mercado de capitais dentro desse sistema. A experiência internacional mostra-nos que, quando as regras do jogo são claras, quando o Estado cumpre seu papel e quando a sociedade tem direitos de propriedade bem estabelecidos, o mercado de capitais atua no segmento de baixa renda de forma intensa. A experiência chilena é muito interessante nesse sentido. E numa recente reunião no Banco Central em que eu participei com um especialista de habitação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, ele nos revelou que o Paraguai está lançando um sistema muito parecido a esse, muito parecido ao sistema chileno de habitação, e tem concedido créditos em média de 5.000 dólares. E ele conversou diretamente com o banqueiro perguntando por que ele concedia o crédito. E ele falou: “Porque agora tem o direito de propriedade, agora tem o direito do cidadão, o direito do Estado bem estabelecido.”

Quer dizer, uma das críticas que sempre observamos nesse tipo de proposta é que o mercado de capitais não estaria aberto a participar de um sistema como esse. A verdade é que se o sistema operar direitinho, de o cidadão cumprir o seu papel, se o Estado cumprir o seu papel, o mercado de capitais também vai oferecer crédito. Com isso, conseguimos expandir o volume total de investimentos.

Além dos agentes que vão prover os recursos complementares, os recursos familiares para os investimentos, prevemos a participação das cooperativas, das companhias habitacionais, das construtoras e das imobiliárias, ou seja, os agentes que vão articular a oferta e a demanda por imóveis dentro desse sistema.

Prevê-se três operações. A operação de aquisição de imóvel. A operação de construção de imóvel. A operação de *leasing* habitacional. Esse é um sistema que partiu do pressuposto de que qualquer que seja a solução técnica, a solução

organizacional para se promover habitação, ela deve participar desse financiamento. Quer dizer, aqui, quando falamos de construção de imóveis, entra mutirão, entra autoconstrução, entra qualquer tipo de arranjo que por razões locais ou por razões específicas levem a uma produção eficiente. Então, é um sistema que prevê a maior forma possível de soluções técnicas para o problema habitacional. Vamos especificar apenas a forma de financiamento. Qualquer que seja a técnica, prevê-se uma estrutura de financiamento nos moldes que vamos apresentar.

São três instrumentos: o subsídio, a poupança prévia das famílias – vamos ver a importância desse instrumento, principalmente para articular o mercado de crédito com a população de baixa renda – e o crédito imobiliário.

Vamos tentar entender um pouquinho melhor como é que vão-se articular esses três instrumentos, dentro de uma operação de financiamento. A ideia desse sistema está baseada nessa triangulação. As famílias de baixa renda que necessitam da habitação, elas vão-se credenciar junto a uma agência do Governo do Estado, provavelmente às agências do Governo Municipal, provavelmente às agências que já existem, para obter o subsídio. Elas celebram com esse agente um contrato de compromisso de, num período de 18, 24 meses, realizarem uma poupança prévia. Realizada a poupança prévia, durante esses 18 meses, essa família ganha o direito a um subsídio que é oferecido pela agência pública, pelo Governo. Aí já está aquela regra de incentivo a que eu me referi. Olha, se a família tem de realizar um esforço para obter um subsídio, por menor que ele seja, vamos ver que o esforço para a população de baixa renda é mínimo, é quase que simbólico. Mas se ela tem de realizar esse esforço, já vamos tirar de parte desse sistema a maioria dos oportunistas, que tentariam captar esse recurso público de forma inapropriada, como sabemos que acontecem em outros programas habitacionais.

Em segundo lugar, essa regra deixa claro que o imóvel não é dado. O indivíduo tem direito ao subsídio. É um direito social dele ter uma habitação digna. Mas ele tem um mínimo a cumprir, para fazer valer aquele direito. Começamos a

estabelecer aqui um compromisso entre cidadão e Estado. E criamos, dentro desse projeto de lei, dentro dessa proposta instrumentos para garantir o quê? Que os direitos do Estado e os direitos do cidadão sejam cumpridos, forçosamente, para garantir o quê? O direito de propriedade dentro dessa sociedade.

O interessante é que a família, por menor que seja o seu poder aquisitivo, seu padrão de vida, que conseguiu realizar uma poupança prévia por 18 meses, tem um extrato de capacidade de pagamento que permite comprovar uma renda, mesmo que ela não tenha holerite. Ela, de alguma forma, falou, importa de onde vem o dinheiro. Eu sou capaz de depositar R\$ 10,00 por mês. O sistema financeiro vai olhar e vai falar o seguinte: Tudo bem. Um crédito cuja prestação seja de R\$ 10,00 por mês, eu lhe concedo.

O grande problema que temos hoje de acesso ao crédito é a informalidade da mão-de-obra, a falta de residência do morador, a falta de comprovação de renda, enfim, o risco muito elevado. A taxa de juros de mercado que se vai oferecer a esse indivíduo inviabiliza qualquer negócio. A partir do momento em que o indivíduo fala: Olha, não importa onde eu moro, não importa onde eu trabalho. Mas tenho aqui um histórico de um contrato que cumpri junto ao Estado. O Banco, então, vai falar: Esse indivíduo merece um crédito de R\$ 10,00, R\$ 15,00, R\$ 29,00, R\$ 100,00 por mês.

É assim que funciona no Chile, é assim que está funcionando no Paraguai. Prove que você tem capacidade de pagar R\$ 10,00 por 18 meses que eu te concedo um crédito de R\$ 10,00 por 20 anos. Ou concedo um crédito de R\$ 10,00 por 12 anos. Essa é a idéia do sistema. Cai muito o risco do agente financeiro. Ele tem como formalizar o contrato. E o crédito começa a fluir para cá. O crédito pulverizado é um crédito muito rentável para o sistema bancário. Ao contrário do que se imagina, e se olharmos para o setor de bens duráveis de consumo, eletrodomésticos, vemos um monte de lojas de departamentos especializadas em oferecer créditos de R\$ 10,00, R\$ 8,00, R\$ 15,00, para a aquisição de um ferro de passar roupa, de uma geladeira ou cosia que o valha.

Dentro desse sistema, portanto, virá parte dos recursos para adquirir um imóvel, digamos, de R\$ 20.000,00, virá da própria família antecipadamente, na forma de poupança prévia. Esse recurso é complementado pelo subsídio, que tem uma regra de justiça social, quanto menor o padrão de vida da família, quanto menor o valor do imóvel, maior a participação do Estado no total do financiamento. E o complemento vem do crédito imobiliário.

Só para fazermos uma comparação com o sistema que opera hoje, poderíamos imaginar, por exemplo, as companhias habitacionais que hoje fornecem, são responsáveis por oferecer o crédito imobiliário e o subsídio, se especializando na concessão de subsídios.

Então, aquele 1% de ICMS que repassamos para a CDHU, em vez de ter de financiar a construção das moradias, passa a financiar apenas uma parcela dela. Conseguimos, com aquele recurso, atender a um número muito maior de famílias. Em vez de ter de conceder o crédito, a CDHU concede apenas um subsídio e passa o quê? Passa o crédito a vir do sistema financeiro, Nossa Caixa, Nosso Banco, Caixa Econômica Federal e Bancos privados interessados no sistema.

Aqui tem quatro exemplos de valor de imóvel, de faixa de renda da população, que mostram a composição do financiamento dentro das regras que estabelecemos.

O projeto específico tem uma regra para cálculo do subsídio, uma regra para o estabelecimento de uma poupança prévia, uma regra para cálculo do crédito. Mas aqui conseguimos ver essa regra aplicada a quatro exemplos: um imóvel de R\$ 10.000,00; um imóvel de R\$ 15.000,00; um imóvel de R\$ 20.000,00; e um imóvel de R\$ 25.000,00.

Vamos tentar entender essa tabela, porque ela tem muita informação. Então, precisa ser um pouco mais detalhada.

Para o imóvel de R\$ 10.000,00 se exige uma poupança prévia de 7,5%, num período de 18 meses, que totaliza R\$ 750,00 e que dá uma poupança mensal de R\$ 31,00. Essa poupança aqui compreende 20% da renda de uma família que ganha

aproximadamente R\$ 150,00. Isso pode ser reduzido, essa percentagem exigida de poupança prévia pode ser reduzida. Ela tem de ser sempre positiva. Temos sempre que ter um demonstrativo de que o indivíduo é capaz de pagar uma renda, para facilitar o acesso ao crédito. Quanto ele vai pagar aqui, fizemos os cálculos, de tal sorte que ele antecipadamente prove que é capaz de pagar algo superior ao que será no futuro a sua prestação. Isso vai facilitar muito o crédito. Se consigo provar para o Banco que sou capaz de pagar uma prestação de R\$ 500,00, o Banco vai conceder um crédito para uma prestação de R\$ 300,00 com muita facilidade. Quer dizer, minha capacidade de pagamento está acima do que efetivamente o banco está me emprestando.

Esse indivíduo aqui vai poupar, portanto, essa família vai poupar R\$ 30,00 por mês, ao longo de 18 meses e vai receber, ao final de 18 meses, um certificado de direito à habitação, que lhe dá um crédito de R\$ 7.300,00. Ou seja, 73% do valor total do imóvel. Estamos falando aqui de um subsídio, para essa habitação do tipo A, que está pegando um imóvel de R\$ 10.000,00, que vai atender a famílias que ganham R\$ 150,00, R\$ 180,00, entre um e dois salários mínimos, no Estado de São Paulo, estamos falando de um subsídio que vai atingir 73% do valor do imóvel. Do valor total da operação. Se for mutirão, esse valor pode cair. Se for autoconstrução, o indivíduo já tem o lote, está comprando só o material, e esse valor é de R\$ 5.000,00, R\$ 4.000,00. Aqui, esta tabela é muito flexível. Cabem aqui todos os sistemas, todos os valores da operação habitacional.

Esse indivíduo que está comprando um imóvel de R\$ 10.000,00, descontados os R\$ 7.000,00 de subsídio e os R\$ 750,00 de poupança, necessita ainda de R\$ 1.900,00 reais de crédito. E esse crédito já é pré-acordado quando é celebrada essa operação de poupança prévia com o próprio agente financeiro. Esse indivíduo vai, considerando uma prestação, num sistema Price, de 144 meses, com juros mensais de 1% ao mês, não precisa ser um juro tão alto, porque estamos colocando aqui que não tem subsídio na taxa de juros. A taxa de juros é do SFH, é taxa de mercado. Os juros, no sistema de mercado, na parte de crédito, são livres. O Estado

dá o subsídio no valor do imóvel e de uma vez por todas. Vai gerar uma prestação de R\$ 25,00 que, para a mesma faixa de renda, vai comprometer 17% da sua renda mensal. Se o indivíduo já provou que é capaz de comprometer 21% com aquela finalidade habitacional, é claro para o sistema financeiro que ele vai pagar os 17%. O risco é minimizado, o crédito flui naturalmente.

E, obviamente, vamos percebendo que a participação do subsídio no total do valor do imóvel vai caindo como um Imposto de Renda negativo conforme cresce a faixa de renda e o valor do imóvel. É esse o princípio da justiça social operando. É como se fosse um Imposto de Renda negativo. Quem ganha mais recebe uma participação do Estado menor. Sobe a necessidade de crédito e para fazer conta a uma necessidade de crédito maior se exige uma poupança prévia também maior.

O gráfico que apresentamos a seguir nos dá uma idéia clara da composição do financiamento por faixa de valor de imóvel, associada a essa faixa de valor imóvel a renda familiar. Quando estamos falando de um imóvel do tipo A, baixíssima renda. Estamos falando de uma participação muito grande do Estado, subsídio, e de uma participação pequena do crédito, uma participação pequena da poupança prévia.

As barras vermelhas diminuem. Elas mostram o quê? Um Imposto de Renda negativo. A participação do Estado vai-se tornando cada vez menor.

As barras verde e amarela somadas mostram uma tendência ao contrário. Quanto maior o valor do imóvel, maior o valor da renda, mas o indivíduo tem de se virar sozinho para obter a sua moradia. Ou seja, o Estado vai retirando a sua obrigação gradativamente. Até que chegamos aqui a um valor de trinta e poucos mil reais, em que o Estado já deixa de participar do financiamento fornecendo subsídio. Ou seja, a partir de certa faixa de renda, o Estado está fora da concessão de subsídio.

Na média, considerando a distribuição em 1998, Capital e Interior, e o preço médio de mercado de moradias para essas faixas de renda em 1998, conseguimos calcular para o Estado de São Paulo, para resolver aquele déficit habitacional, uma

composição dos recursos nessa proporção. Metade dos investimentos totais necessários para tirar aquelas 700.000 pessoas do déficit habitacional, depois vamos falar um pouquinho mais do crescimento do número de famílias, da dinâmica demográfica do Estado, metade dos investimentos deverá ser de investimentos públicos. A outra metade composta entre crédito e poupança prévia das famílias.

A tabela a seguir nos dá uma idéia em termos de valores a preços correntes de março de 2000. Estamos falando que para resolver o problema do déficit habitacional, em 15 anos zerá-lo e dar conta do crescimento populacional e do número de famílias naquelas faixas de baixa renda, porque se não dermos conta de suprir subsídios às famílias de baixa renda que estão surgindo, e que surgirão no futuro, o déficit vai ressurgir. resolvemos hoje e daqui a 10 anos ele reaparece. Esse é um programa que tem de durar enquanto existirem famílias que ganham R\$ 150,00 por mês, R\$ 300,00, R\$ 450,00 por mês. Para resolver, zerar o déficit em 15 anos, são necessários investimentos anuais de 2 bilhões de reais.

Subsídio de 1 bilhão dentro do Estado de São Paulo, crédito de 734 milhões e poupança de 253 milhões, naquela composição que aparece aqui e que vimos no gráfico anterior.

Se levarmos em consideração os investimentos realizados hoje no Estado de São Paulo, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano, já temos recursos próximos a essa ordem.

Qual é o problema atual? Esses recursos em torno de 1 bilhão de reais, hoje estão em 780 milhões, eles terão de ser distribuídos não só na forma de concessão de subsídios. Eles devem ser distribuídos também na concessão de crédito. Significa que esses recursos atendem a um número menor de pessoas.

Criando um sistema como esse, usamos os recursos já disponíveis, eventualmente acrescenta alguns recursos a esse sistema. Só que atrai os recursos que as famílias dispõem, que, por menor que sejam, ajudam, e, principalmente, atrai o crédito. Isto aqui conseguimos viabilizar, já discutimos com o pessoal do Nossa Caixa, com o Dr. Gardenali. Se tiver um sistema como esse, o Nossa Caixa

naturalmente, como Banco privado, vai investir, qualquer Banco privado vai destinar uma parcela de seus recursos ao crédito imobiliário para essa faixa de renda.

Com isso, transformamos 1 bilhão em 2 bilhões. Este é o segredo do sistema. O sistema que fez crescer muito o financiamento habitacional no Chile, que fez crescer muito o financiamento habitacional na Costa Rica, no Paraguai. Está sendo aplicado na Argentina e no México. Em todos os países que operam mais ou menos dentro dessa sistemática, ele opera de forma bastante eficiente.

E, finalmente, eu vou dar uma idéia dos impactos econômicos desse sistema para a economia do Estado de São Paulo.

Esse sistema, considerando os multiplicadores de emprego, de renda e de consumo derivado de materiais de construção vai gerar para o nosso Estado um fluxo anual de empregos de 32.000 postos de trabalho. Para terem uma idéia, hoje, a construção civil no Estado de São Paulo tem cerca de 400.000 empregados. Estamos falando aqui que a criação de um sistema como esse vai permitir uma expansão do emprego de quase 10% do que hoje é usualmente empregado no Estado de São Paulo. É muita gente. É uma expansão muito grande.

Considerando os efeitos indiretos dessa expansão de emprego e de renda, e os efeitos induzidos macroeconômicos, vamos chegar a um total de postos de trabalho de 168.000. Se tirarmos os 32.000 que são gerados dentro do setor da construção civil, estamos falando de algo em torno de 130.000 novos empregos nos setores de serviços, nos setores industriais, nos setores comerciais.

Estamos falando de uma arrecadação de imposto, arrecadação direta, da ordem de 581 milhões. Quer dizer, daqueles 2 bilhões que são investidos anualmente, $\frac{1}{4}$ constitui a arrecadação de ICMS, IPI, IR, COFINS e contribuições trabalhistas, segundo um estudo do professor Jorge de Oliveira Pires, que o SINDUSCON também depois pode disponibilizar, é um estudo muito bem feito da arrecadação de impostos. Um quarto daqueles recursos volta dentro do próprio período de produção para os cofres públicos. Parte dele, como disse o Adriano, vai

acabar rebatendo nos cofres das esferas federais, COFINS, a maior parte. Por isso, a necessidade de participação.

Na prática, o Estado, o Governo Estadual, concede 1 bilhão de subsídios. Voltam para os cofres públicos de alguma esfera de Governo aproximadamente 600 milhões. Quer dizer, a participação do Estado é muito menor do que parece. O Estado está antecipando, vai reaver parte desse subsídio na forma de nova arrecadação. A outra parte é investimento a fundo perdido.

E, do ponto de vista da indústria paulista, conseguiríamos expandir significativamente a produção e a demanda por esse conjunto de produtos: aço, areia, cal, cimento, tinta, tubos de PVC, que são um grupo de materiais de construção muito importante. Isso vai dar um impacto na produção e no consumo dentro do Estado de São Paulo maior do que os 8 ou 9% que dá sobre o emprego dentro do setor da construção civil.

Esses imóveis são hoje produzidos por sistemas produtivos bastante eficientes e eles consomem na média mais materiais do que mão-de-obra. Se considerarmos, inclusive, que isto aqui vai financiar autoconstrução e mutirões, estamos falando de um sistema que vai economizar mão-de-obra, mas que vai ter um impacto muito grande sobre a indústria, um impacto muito grande sobre a atividade econômica.

Em linhas gerais, essa é a proposta que vem sendo discutida já há muito tempo. E eventuais dúvidas, estou disponível para tirá-las. Obrigado.

SR. PAULO TEIXEIRA – Quero agradecer ao Fernando e parabenizá-lo e também ao SINDUSCON, por essa bela apresentação, e também uma proposta extremamente importante nesse cenário nosso de dificuldades. Eles trabalham com a idéia de que você precisa pegar os recursos públicos e induzir fontes de recursos e multiplicar o potencial, inclusive trabalhar a poupança das famílias, no sentido de prover, de realizar um programa de longo prazo, que dê conta desse déficit.

São vinte para meio-dia e poderíamos partir para os encaminhamentos. Eu não sei se abrimos para o debate agora.

Poderíamos ver, então, como encaminhar. Eu teria o maior interesse em debater. Agora, eu acho que o debate, poderíamos programá-lo. Se abrimos agora para o debate, imagino que cada um aqui deve ter contribuições grandes para esse debate. Então, vamos passar para os encaminhamentos. Começando pela Arlete.

SRA. ARLETE – Poderíamos fazer o seguinte. Não o debate em si, mas algumas questões de esclarecimentos. Na verdade, mais específico o esclarecimento sobre essa apresentação, e em seguida os encaminhamentos.

SR. PAULO TEIXEIRA – Está bom. Então, vamos abrir uma rodada de esclarecimentos, e depois partiremos para os encaminhamentos. Agora, o nobre Deputado Arnaldo Calil Jardim.

SR. DEPUTADO ARNALDO CALIL JARDIM – Agradeço muito, Deputado Paulo Teixeira, a oportunidade, você que coordena a Comissão, e o Deputado Caldini Crespo, quero cumprimentá-los pelo trabalho que vem sendo feito aqui, e o privilégio que vocês têm, e me permitam dizer, de ter um Conselho temático, como o chamamos, da qualidade das pessoas que eu encontro, revejo aqui.

Eu queria fazer uma pergunta, primeiro, ao Crespo, sobre o condicionante aqui. Tínhamos aqui uma exposição de uma visão mais estratégica da questão habitacional, uma proposta concreta apresentada pelo Fernando, no que diz respeito ao sistema paulista de habitação. E a questão do contexto do desenvolvimento urbano aqui no grupo está sendo tratado à parte, acoplado a essa questão, ela vai ter um momento? Como é que isso está sendo feito? Por favor. Para esclarecimento meu.

SR. DEPUTADO CALDINI CRESPO – O grupo decidiu criar dois subgrupos. Um de Habitação e outro de Desenvolvimento Urbano. E desenvolver essas políticas de maneira separada e depois aprofundá-las em seminários e juntando a proposta final. Hoje é Habitação.

SR. DEPUTADO ARNALDO CALIL JARDIM – Eu estava com essa dúvida e acho que esse encaminhamento é correto. É lógico que há determinado momento em que tem de haver esse entrosamento. E está previsto isso e tenho certeza que ocorrerá.

Do ponto de vista da questão habitacional, eu ia iniciar não discutindo as propostas, não me parece o momento adequado, acho que termos agora essas propostas, um pouco mastigarmos cada um, o grupo voltar, isso parece que está sendo sugerido e me parece adequado.

Eu ia falar do contexto da habitação pensada como um fator indutor do ordenamento urbano, que é uma questão-chave. A própria reflexão, que eu acho que é uma constatação correta, de que hoje os programas habitacionais têm tido mais desenvoltura para ser feito no Interior se justifica, de uma forma óbvia, pela questão de escassez de terrenos e alto custo da Região metropolitana.

Por outro lado, se isso precisa ser alterado, sabemos também que usado adequadamente, pode ser um instrumento de fixação das pessoas. Ou será que não? A questão habitacional somente é um instrumento suficiente para fixar a pessoa? Ou a questão decisiva é a questão da ocupação econômica? Como é que se casa uma questão com a outra?

Nos grandes centros urbanos, sabemos que há que se pensar também a questão da habitação muito associada a uma visão de Plano Diretor, de Zoneamento Urbano ou de Lei de Ordenamento do Uso do Solo. Num sentido, ao Dr. Adriano certamente soa como música em seus ouvidos. À Tereza também, que conhece muito isso, que é a questão de diminuir o número de viagens, quer dizer, como você conseguir, dentro das grandes metrópoles, localizá-la como uma visão

de policentrismo, ou seja, de uma multiplicação de pequenas cidades em que o deslocamento ao trabalho, à educação, ao lazer se faça próximo ao local de moradia, que possa minimizar e não termos essa loucura que temos a cidade de São Paulo, de sua Zona Leste – não é, Paulo? – em que um bom contingente vem ao centro, para depois ir para a Zona Sul trabalhar, e assim sucessivamente.

Então, acho que acoplar essas duas questões, de ordenamento e uso do solo, estritamente, nas grandes metrópoles, e do ponto de vista geral, como um instrumento de distribuição até geo-espacial da população do Estado de São Paulo, dentro do cenário que nós estamos prevendo para frente, eu acho que são coisas que complementam a reflexão sobre a questão habitacional.

Do ponto de vista estrito da questão habitacional, eu acho que está bem citado, naquela formulação de linhas estratégicas, a articulação com os institutos de pesquisa. Mas eu acho que isso realmente teríamos de detalhar um pouco mais para adiante. Quer dizer, os esforços que vêm sendo feitos, no sentido de certificação, no sentido de buscar estabelecer novas metodologias construtivas e tal, eu não quero, obviamente, chegar ao detalhe disso. Mas dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento do Estado de São Paulo que estamos pensando, quer dizer, e aí se pensa no Estado de São Paulo na sua relação com a própria Federação, com o conjunto do país, sabemos que cabe especificamente ao Estado de São Paulo ser uma instância de diferencial científico-tecnológico. Isso se desdobra em todos os setores, inclusive na questão habitacional. Ou seja, as questões servem a nós aqui e são um diferencial também do ponto de vista nacional.

Então, eu acho que em determinado instante do detalhamento, particularmente, com os institutos de pesquisa, estamos conferindo, dentro das reflexões gerais do Fórum, uma função estratégica a isso, eu acho que mereceria ter um pouco mais de precisão aí.

Quanto aos demais, eu fico muito satisfeito de ver que essa filosofia, embora não seja novidade, como bem disse o Adriano, a vemos como uma reafirmação de

determinados princípios, mas agora eu acredito sendo feita de uma forma mais madura, de uma forma mais concatenada, de uma forma mais articulada.

E agradeço muito. Quero registrar publicamente que essa base inclusive de um pensamento de um sistema paulista de habitação foi o que fundamentou e me orientou muito naquele projeto que apresentamos aqui na Assembléia, que é meu, mas é antes de tudo nosso, pela contribuição que o SINDUSCON e vários estudiosos do assunto me deram, particularmente como pessoa específica e parlamentar, na elaboração desse projeto aqui nesta Casa.

Parabéns à Comissão. Parabéns aos debatedores. E a certeza da qualidade do debate que vamos fazer por diante.

SRA. EVANIZA RODRIGUES – Acompanhamos a apresentação e queremos saber se seria possível, inicialmente, até para esse processo de contribuições e discussão, que o material do SINDUSCON também fosse disponibilizado, talvez, ou por escrito ou nessa forma bonitinha, por *e-mail*, fica mais fácil de trabalhar e entender.

E também aproveitando aqui, se for o espaço apropriado, algumas coisas que não ficaram claras para mim na primeira exposição do plano estratégico. Acho que houve uma omissão ou faltou, se seria possível acrescentar a questão do controle social e da participação nesse sistema.

Então, seria importante pensar que ainda da maneira em que está hoje carece, ao sistema estadual de habitação, um instrumento de controle dos recursos e principalmente de definição de diretrizes políticas.

Então, por exemplo, essa aplicação mais no Interior do que na Região metropolitana, em proporção inversa ao déficit, talvez se houvesse algum órgão, como um Conselho, como uma Conferência de Habitação, que ajudasse a definição de diretrizes, essas distorções seriam diminuídas.

Então, poderíamos pensar em algumas coisas que poderiam ser feitas.

Depois, temos algumas outras contribuições que poderemos fazer por escrito mais na parte formal do texto.

E na questão da apresentação do SINDUSCON, o que me ficou de dúvida é se há um estudo também no SINDUSCON a respeito da possibilidade de prover a habitação ao valor de R\$ 10.000,00 na Região metropolitana. Porque temos ouvido muita reclamação dos próprios empresários, em relação ao valor do PAR, que é R\$ 20.000,00, e que está sendo praticamente, se não impossível, muito difícil prover habitação na Região metropolitana por esse valor. No Interior, sim, é possível, temos até valores inferiores a R\$ 10.000,00. Mas é uma preocupação que nós, que atuamos mais na região central e consolidada da cidade, não temos conseguido nem nos R\$ 20.000,00. Então, perguntamos se tem outras estratégias que poderiam combinar para conseguir atingir esse patamar de R\$ 10.000,00. Porque também vamos ter de localizar geograficamente esse déficit. Não necessariamente quem ganha um salário está morando na região mais barata de se viver. Geralmente é ao contrário. Então, acho que essa é a importância.

E também, quando se fala dessa questão do crédito, é claro que não podemos contar com o que está no nosso controle, mas é importante pensar no papel do FGTS, como essa fonte de recurso, onerosa, que talvez no Estado de São Paulo é por existirem os recursos próprios do Estado, subutiliza-se e não combina uma com outra. Então, como é que poderíamos combinar os recursos da CDHU com os recursos do FGTS onerosos existentes? Acho que é uma outra questão.

Aproveitando para fazer um pequeno comercial, queremos fazer dois comunicados. Primeiro, que a Arquidiocese de São Paulo está responsável, no Estado, pela elaboração da proposta de habitação para a 3ª Semana Social Brasileira. Mais ou menos a mesma missão que temos aqui em nosso grupo. Então, seria interessante que a Comissão convidasse a Arquidiocese para compor aí esse grupo e se encaixasse.

E o último comercial é que neste fim de semana, a União do Movimento de Moradias vai estar realizando, em Sorocaba, seu Encontro Estadual. Eu trouxe

cartaz para todo mundo, para quem quiser levar. Será o Encontro Estadual de Moradia Popular, em que, exatamente, está-se discutindo a autogestão e os recursos de habitação no Estado de São Paulo, pensando um pouco em avançar nas propostas e com certeza o que se discutir lá, vamos trazer para cá nas próximas sessões.

SR. FERNANDO SILVA CHAVES – Gostaria apenas de comentar que já vamos deixar disponível o texto e um disquete da apresentação, para serem distribuídos a todos da Comissão, para a reeleitura, análise e tudo o mais.

Relativamente à questão da moradia na Região metropolitana e no Interior, sempre foi uma questão que nos preocupou muito, justamente por essa questão, na cidade de São Paulo, e em algumas cidades da Região metropolitana, o custo do terreno inviabilizar qualquer coisa abaixo de R\$ 20.000,00, R\$ 25.000,00.

Naquelas estimativas que fizemos, as famílias que moram na cidade de São Paulo estão no déficit, participam do déficit e têm uma renda inferior a R\$ 600,00. A renda total familiar é muito pequena. Quer dizer, na capital e nessas cidades em que o terreno é mais caro, a média da renda é maior. Um pobre, o décimo mais pobre da população da cidade de São Paulo, para os senhores terem uma idéia, ganha seis vezes o que ganha o décimo mais pobre da população maranhense ou da população cearense. E ganha três vezes o que ganha o décimo mais pobre da população do interior.

Quer dizer, dentro daquelas estimativas, quando estamos falando daquele contingente de financiamento de 1 milhão, estamos falando que aqueles 52% que estão na região metropolitana são imóveis de R\$ 20.000,00 e R\$ 25.000,00. Eles vão ser atendidos por imóveis mais caros. Não em toda a região metropolitana. No ABC, algumas regiões ainda têm terrenos, dentro da região metropolitana, que viabilizam negócios de R\$ 15.000,00 a R\$ 20.000,00. São muito poucas, mas no grosso, a região metropolitana vai operar com R\$ 20.000,00, R\$ 25.000,00. Agora, no interior, operamos com R\$ 20.000,00 para baixo. Como está meio a meio,

chegamos a um valor médio de imóvel, que nos permitiu fazer essas estimativas agregadas para o Estado em torno de R\$ 20.000,00.

Vai acontecer, como você apontou, o caso de ter uma família que mora na região metropolitana, na cidade de São Paulo, e tem R\$ 150,00 de renda. Acho que para essas famílias, em particular, terão de existir programas auxiliares a esse programa genérico que estamos propondo. Eventualmente, essa família pode resolver o problema por mutirão. Eventualmente, essa família pode ir para um sistema tipo *leasing*, também promovido pelo Estado. Então, o Estado constrói um conjunto de moradias e faz um arrendamento de 30, 40 anos. Quer dizer, tem de se acoplar a esse sistema solução para esses casos extremos.

Agora, esses casos extremos são muito poucos. Quando vemos aquele gráfico da distribuição, acho que podemos, para a próxima reunião, inclusive, trazer aquela distribuição São Paulo e Interior, Região metropolitana e Interior. Aquele grosso, que tem uma renda em torno de R\$ 150,00, R\$ 200,00 mensal, ele está no interior. Ele não está na região metropolitana de São Paulo. Nesta região, pegamos aquela fatia maior, que já tem uma renda em torno de R\$ 450,00, R\$ 600,00, o que viabiliza um financiamento daqueles imóveis tipo B e C. Quer dizer, consegue-se fazer um imóvel um pouco mais caro.

E aquela outra fatia vai pegar um imóvel de R\$ 25.000,00, R\$ 30.000,00, um pouco mais elevado.

É uma questão que preocupa. Não é uma questão fechada e ela alerta que deverá ter no futuro programas auxiliares a esse programa genérico, para os casos específicos em que não tem jeito. Naquela região em que aquela pessoa quer morar custa R\$ 25.000,00, e a pessoa só pode adquirir um imóvel, já considerando o subsídio que se dá, um imóvel de R\$ 8.000,00. Então, alguém tem de complementar esses outros R\$ 12.000,00 que faltam.

SR. PAULO TEIXEIRA – Eu só queria agradecer, pois parece-me que está-se retirando o Fernando e a pessoa que o acompanhou. Para agradecer a

exposição e dizer que vocês se desafiaram positivamente, no sentido de mostrar aí uma engenharia financeira para enfrentamento dessa questão.

Então, para parabenizar o SINDUSCON e seu representante, Dr. Fernando Silva Chaves, que apresentou essa proposta.

Acho que a partir dela, certamente há lacunas, mas a partir dela dá para se fazer muita coisa e inovar muito em uma política habitacional. Meus parabéns, então, a vocês, Dr. Fernando.

Passo a palavra ao Dr. Adriano.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO – Eu dizia que existe uma técnica de planejamento estratégico e eu procurei abordá-la aqui um pouco sucintamente, e não descer muito a detalhe, até porque em geral assusta um pouco, quando se vem com uma quantidade muito grande de informações.

Mas é absolutamente concreto que as políticas traçadas aqui devem ser debatidas e devem ser melhoradas. Essa questão, por exemplo, do controle social dos programas é indiscutivelmente muito importante.

Eu vou mandar ao Sr. Deputado uma pequena descrição dessa metodologia, para que seja passada a todos. Essa metodologia pretende dividir a questão do planejamento em duas etapas, um planejamento estratégico e um planejamento de ação, planos de ação. Por exemplo, o que foi exposto pelo SINDUSCON está mais do lado da ação, é uma ação proposta já, do que propriamente do lado da definição estratégica, embora se encaixe perfeitamente dentro da estratégia definida.

Então, este documento foi até o nível do plano estratégico. Ele não fez um terceiro capítulo que seria plano de ação. Plano de ação envolve programas e projetos.

Muitas idéias que vão circular aqui são próprias do projeto, são próprias dos programas, e eu acho que devem ser armazenadas e em certo momento ordenadas. Mas numa, primeira fase, eu proporia que se discutisse basicamente as estratégias e as políticas. Claro, a visão de futuro também. Mas as estratégias e as

políticas é que vão nos dizer o que realmente tem de estratégico a ser montado dentro desse esforço de planejamento.

Logo, a idéia é que realmente discutamos em profundidade essas políticas, porque elas são os rumos. Se conseguirmos ser felizes no traçado de diretrizes, políticas, portanto, e englobá-las em algumas estratégias, teremos feito um trabalho excepcional.

E, numa segunda fase, até o momento em que a Comissão julgar importante, podemos catalogar idéias sob forma de projetos e programas que serão um subsídio importante.

Vou passar, então, oportunamente, por *e-mail*, porque preciso fazer ainda algumas correções de como se compõe essa metodologia, quais são as definições, o que é estratégico, o que é político, o que é programa, o que é projeto, para que falemos a mesma linguagem.

SRA. TEREZA BELDA – São só dois pontos. Eu queria um esclarecimento, talvez até uma sugestão embutida nesse esclarecimento, na parte apresentada pelo Dr. Adriano, plano estratégico. Quando se fala no prazo de 20 anos, é isso? Prazo máximo de 20 anos. Estou entendendo que como é máximo, poderia o grupo estar eventualmente, posteriormente pensando em etapas de implementação, depois de programas concretos, para atender a áreas mais prioritárias no Estado, para acabar com esse déficit habitacional.

Outra questão que eu gostaria de saber é se o grupo de alguma maneira avaliou também a questão da população de rua. Se isso de alguma maneira estaria sendo contemplado. Porque tem aumentado bastante, eu não tenho aqui dados a respeito, mas não é em todo lugar, provavelmente no Estado, porém, na região metropolitana, por exemplo, sobretudo na Capital, tem havido um aumento considerável dessa população que habita na rua propriamente dita.

Outra coisa seria saber como avaliar também os edifícios vazios. Temos lotes urbanizados vazios. E os edifícios vazios, quer dizer, as construções vazias, eu não

sei também se há alguma possibilidade de ter um levantamento disso, ou uma dimensão de até que ponto isso pode ser também uma alternativa de uso habitacional.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO – Que reforçam a idéia de que precisamos realmente ter a definição do conjunto.

A primeira questão proposta pela Tereza é um desdobramento dessa visão de futuro e metas. O documento vai mostrar em que capítulo poderão ser inseridas.

Eu acho que uma vez definida a visão de futuro, as estratégias políticas, podemos estabelecer metas parciais, para chegar alcançar aquela visão de futuro.

Quanto às demais questões que ela colocou são programas. Ou seja, um programa para os moradores de rua. Precisamos ter um programa para os edifícios e terrenos desocupados e assim por diante.

E acho que, à medida que conseguirmos catalogar todas essas sugestões, elas poderão tomar uma forma final bastante lógica.

SRA ARLETE – Quero pedir licença primeiro por não estar falando como alguém da Casa, mas como alguém que estuda essa questão de hoje. Como alguém que vem da academia e que por acaso está nesta Casa. Ou seja, não constituinte do grupo. E aí levantar algumas questões de esclarecimento, que acho que são importantes para tentar os encaminhamentos.

As propostas, todo o apoio, todo o esforço na apresentação dessas propostas, elas carecem de uma coisa que foi apontada já, que é a sua falta de territorialidade. Ou seja, é possível pensar em propostas maravilhosas, mas onde é a grande questão. A meta pode ser sem território, sem lugar onde se construir novas habitações, onde melhorar essas habitações? Eu falo aqui como acadêmica. Não estou falando como participante do grupo, mas como alguém que reflete sobre essas questões. Acho que aí, então, é uma questão que não dá para pensar a habitação desvinculada do espaço território.

E aproveitar para dizer qual foi o grande impasse do grupo que ficou de analisar a questão da política urbana. Qualquer empreendimento, por menor que seja, em qualquer bairro, em qualquer cidade, altera a dinâmica do território da cidade e do Estado .

Observamos nos primeiros debates, estão aqui presentes alguns dos participantes, de que na verdade pensar a política urbana, as aglomerações urbanas, na sua não concretude territorial, foi a nossa dificuldade.

Quer dizer, a Constituição Federal estabelece que a norma e os padrões para o uso do solo urbano são de atribuição dos municípios. E, portanto, ao Estado compete uma série de outras atribuições, então aqui é uma questão até de esclarecimento, porque o grupo de política urbana esbarrou com dificuldades para fazer uma proposta fechada.

Então, acho que está á uma questão de esclarecimento para pegar. E essa outra questão de pensarmos nessas propostas em sua territorialidade, dizendo não é apenas a Grande São Paulo, não é apenas a Região de Santos, que o documento apresentado pela SEADE mostrou que é onde há a maior problemática, não de déficit habitacional, mas de problemas de qualidade de moradia, a Região de Campinas, as propostas de microrregiões, para pensarmos juntos numa questão de encaminhamento.

Agora, volto à minha tarefa aqui para dizer que proponho, como encaminhamento, que pudéssemos constituir, no grupo de Conselheiros, e coloque-me à disposição de estar fazendo essa articulação, um grupo que pudesse fazer uma síntese desta apresentação e de uma organização das propostas. Então, esta é uma proposta de encaminhamento.

A segunda proposta de encaminhamento é constituir, convidar mesmo, debatedores para essas propostas que aqui foram apresentadas, para nossa próxima reunião, que caracterize e que analise os impactos socioespaciais, eu sou Geógrafa, eu estou sempre trazendo o espaço, que caracterize os impactos socioespaciais dessas propostas e de sua concretude.

Então, são duas propostas de encaminhamento. Uma interna a nós. E uma para que na próxima reunião convidássemos debatedores para ampliar nosso espaço.

SR. FERNANDO – Paulo, eu só queria expor algumas coisas. Nosso subgrupo tratou especificamente da questão habitacional e o SINDUSCON está participando, na minha pessoa, nesse subgrupo, e na pessoa do Messias, que também é Vice-Presidente de Obras Públicas do SINDUSCON, no subgrupo de infra-estrutura urbana.

Atemo-nos muito em montar uma estratégia. Até essa questão que trouxemos aqui foi muito debatida de como apresentar essa proposta do Sindicato, que é um projeto mais específico, um projeto que já havia sido discutido e apresentado na Assembléia pelo Deputado Arnaldo Jardim. Mas me preocupo muito com a questão de tempo em que as coisas acontecem.

Então, como encaminhamento, gostaria de pedir a vocês que, em vez de ficarmos nos atendo muito a essa questão, que ouçamos primeiro a proposta de infra-estrutura e que depois, em conjunto as duas propostas, venhamos debater, para aí formar um conjunto só. E depois, então, entrar na parte que o Arnaldo falou, que seria de impactos e atividades para o desenvolvimento dessas regiões.

SR. CELSO CARVALHO – Evaniza colocou três questões que foram superinteressantes. A primeira delas diz respeito ao controle social. Eu acho que é uma proposta extremamente interessante. E apesar de não estar explícito, quando fizemos as propostas, e na última página, por azar acabou ficando nossa última proposta de política, o grupo de habitação previu a necessidade de o Estado promover o acompanhamento periódico das necessidades habitacionais, fornecendo informações que possibilitem a avaliação pública das políticas.

Agora, isso só tem sentido se tiver um controle social, um órgão. Eu acho que essa proposta vem muito de acordo com pelo menos o que imagino de nossa proposta de grupo.

Outra questão que é importante aprofundar, e por isso concordo com a proposta de encaminhamento da Arlete, é que as propostas de políticas são várias. Como apresentamos aqui um documento do Grupo de Habitação, e na mesma reunião apresentou o detalhamento de uma proposta, que é a proposta, enfim, apresentada pelo SINDUSCON, eventualmente pode ter ficado parecendo que as duas coisas se confundem. Na verdade, essa proposta não esgota o rol de propostas de ações necessárias para se fazer frente às necessidades habitacionais. Por exemplo, ela não toca a questão de ser um dos instrumentos. Acho que é um instrumento importante, tem coisas para serem discutidas, mas ela não é o único. Realmente, ela não toca a questão de urbanização de favelas, que eu acho importante. Não toca diretamente a questão dos cortiços, dos moradores de rua. Temos de agregar outras.

É que, de repente, como existiu uma proposta mais detalhada, apresentou-se essa proposta, mas ela não é a única. Acho que isso tem de ficar claro. E, portanto, daí eu concordo com a Arlete, porque acho que precisamos fazer um grupo de Conselheiros que sintetize e organize essa discussão. E que se confronte mesmo, coloque isso e ponha um pouco o contraditório, porque ser contra, porque ser a favor.

E, finalmente, uma última questão que a Evaniza colocou, e que acho fundamental e não ficou muito clara na exposição do Fernando, quando ela fala da importância de amarrarmos o Fundo de Garantia com os recursos do Estado. E, realmente, é fundamental. Andei fazendo umas contas aqui. Tive oportunidade de, no grupo de Habitação, ter contato com essa proposta do SINDUSCON anteriormente, então deu para estudar um pouco e fazer umas contas. E, dependendo das hipóteses que você coloca, varia um pouco, mas, por exemplo, para um valor de uma habitação de R\$ 30.000,00, na proposta do SINDUSCON

conseguiríamos atender uma família que ganha cinco salários mínimos. Isso se o financiamento for TR mais 6%, que é uma coisa que remunera, por exemplo, o dinheiro do Fundo de Garantia. Mas se o financiamento foi TR mais 12%, em vez de cinco, só vamos atender quem ganha oito salários mínimos. Então, a taxa de financiamento, a taxa de juros é fundamental. Não pode ser qualquer uma nessa proposta. Sabemos disso. Sabemos que a taxa de juros no Brasil é muito complicada. Precisamos de dinheiro barato, como o do Fundo de Garantia. Precisa amarrar essas coisas, senão não vamos conseguir. É difícil que se forneça nessa proposta uma habitação, na cidade de São Paulo, para quem ganha menos do que quatro, cinco salários mínimos. Eu acho difícil. Contudo, se não se agregar o dinheiro do Fundo de Garantia, não vamos passar de oito. Então, todas essas questões têm de ser aprofundadas, têm de ser avançadas. É por isso que concordo com a proposta da Arlete, para que se faça um grupo de síntese que organize algumas dessas discussões, que privilegie alguns desses temas, para se aprofundar a discussão no Conselho.

SR. MESSIAS – Eu só queria aqui dar um relato breve. Na verdade, estamos num meio embrionário ainda. Realmente, o que conseguimos, no máximo, foi desencadear uma porção de temas a serem debatidos, alguns já citados pelo Deputado Arnaldo Jardim, sobre políticas urbanas, migração interna, desenvolvimento, vocação de região. Isso tudo é tão ou mais complexo do que exclusivamente a produção da unidade habitacional. A produção da unidade habitacional, colocamos muita atenção nela, quando dizem que é difícil atendê-la. Não é. Temos muita experiência em vender imóveis a R\$ 35.000,00, com juros de mercado, com juros de Caixa Econômica Federal, que têm uma procura até muito baixa. Tem muita família para ser atendida. Se você lançar qualquer imóvel, você vende na hora. Isso faz parte dessa política habitacional.

Como disse o Fernando, não é uma proposta para resolver todos os problemas. A maior parte do problema não é cortiço não é o pessoal morador de rua.

Na verdade, quando se fala em resolver uma grande parte do problema, ele parte de uma proposta que resolve a maior parte do problema de crédito. Agora, é claro que temos as políticas oficiais, inclusive as políticas urbanas, de verticalização de favelas, áreas de mananciais ocupadas. Tudo isso faz parte desse subgrupo, que ainda está iniciando o debate. Tem alguma coisa para apresentar, mas está muito embrionário.

Concordo principalmente com o encaminhamento da Arlete, que é no sentido de organizar essas propostas dentro de dois grupos, organizar, centralizar, devolver e chamar para um posterior debate.

A essa altura, como a Arlete coloca, não se deve mexer com a outra, por enquanto. É válida a posição apresentada de uma política de financiamento, de desenvolvimento urbano, de infra-estrutura urbana, é outra em que o Estado tem de comparecer muito mais fortemente, não cabe dentro do subsídio só do 1%. É uma política realmente de obra pública, de investimento a fundo perdido.

SR. PAULO TEIXEIRA – Acho que não há mais inscritos. Vou tentar, então, dar um encaminhamento.

Acho que, de novo, enquanto metodologia, esse texto que foi apresentado é o ponto de partida de nosso debate. Então, deveria ser distribuído para os Conselheiros, para todos, inclusive para aqueles que não puderam estar hoje. E a partir desse texto, recebermos as sugestões de acréscimos, reparos, complementações que eventualmente devem ser feitas.

De meu ponto de vista, queria só frisar que essa questão que a Evaniza levantou, da gestão, é importante. Como se fazer uma gestão aberta da política habitacional? Em segundo lugar, como contemplar, principalmente na cidade de São Paulo e nos municípios, os mecanismos legais, Planos Diretores, Leis de Uso e

Ocupação do Solo? Quer dizer, aqui em São Paulo você tem de fazer um recorte no plano diretor, para fazer uma operação no centro. Está em curso uma operação no centro, mas ainda é muito tímida.

Terceiro, é como você fazer uma reforma num setor público, para dar conta dessas operações. Quer dizer, o setor público também, a meu ver, está vivendo um processo de defasagem para enfrentamento e realização de uma política como essa, como você indicar num documento uma reforma do setor público, que de um lado faça a integração das três esferas de Poder, e de outro lado, o setor público também dê conta dessa parceria com o setor privado. Como se trabalhar também o que existe de oferta no mercado imobiliário, mas que não tem renda. Quer dizer, vocês falaram em *leasing*, mas também tem mecanismos de locação social. Quer dizer, você tem uma oferta de imóveis grande no Município de São Paulo, por exemplo, e áreas degradadas, em que as pessoas poderiam participar de alguma forma nesse processo. Ou seja, quem tem um prédio, por exemplo, e que não consegue dar conta desse prédio, devolvendo ao mercado etc.; como pode participar nesse processo, quais outros aspectos que você poderia contemplar.

Desse ponto de vista, então, acho que esse documento é uma referência. Assim, vamos distribuir a todos os Conselheiros, e vamos aceitar aí as sugestões, ficando um grupo para sistematizar essas sugestões.

Em segundo lugar, tentar dar velocidade ao grupo de política urbana. Quer dizer, fazer esforços para que o grupo se reúna e apresente um documento com essas mesmas diretrizes que esse grupo propôs. Logo, acho que seria a segunda tarefa que teríamos.

Depois, jogar luzes e debater essas duas referências que produziríamos. Então, o Conselho organizar um debate muito, vamos dizer, muito intenso na sociedade acerca dessa produção que temos.

E nesse período, também tentar sistematizar programas e propostas concretas. Eu também considero que aquela proposta do SINDUSCON é uma

proposta boa, mas é uma proposta que temos de levar em conta. E outras têm de ser desenvolvidas nesse espectro de propostas que vamos desenvolver aqui.

Então, poderíamos agora tentar fazer duas coisas. Vamos aos Conselheiros desse plano estratégico habitacional, e vamos também mandar essa proposta do SINDUSCON, porque elas provocam.

SRA. ARLETE – Queria saber se o Adriano pode me mandar por *e-mail* essa proposta.

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO – Tenho. Mas para mim ficou muito claro nesta reunião que precisamos fazer uma introdução á metodologia, para que ela seja compreendida por todos. Essa introdução, eu já havia feito para originar as discussões que fizemos em nosso grupo. Eu vou refazer esse conjunto, Arlete, e juntar essa metodologia, que vou oferecer desde já, só para conhecimento seu, mas ela, de um certo momento em diante, é repetitiva em relação àquele. Eu vou rever isso e mando por *e-mail* o conjunto completo, quer dizer, a metodologia e a primeira aplicação da metodologia. Insisto em que teremos de separar propostas que são de natureza operacional das propostas que são de natureza estratégica.

SRA. ARLETE – Queria pedir autorização para distribuir aos Conselheiros, da mesma forma que peço autorização do SINDUSCON para encaminhar também esse outro documento.

SR. PAULO TEIXEIRA – Eu acho que sempre temos uma recaída em discutir programas etc., mas está claro que a proposta tem uma hierarquia. Ela tem uma linha estratégica. Depois as propostas e os programas.

Então, vamos ver quem fará parte do grupo de sistematização. Aproveitando este grupo aqui, quem que permanece para fazer a sistematização, e quem se agrega a esse grupo de política habitacional, vamos partir dele já.

Quem entra, então? Você já está aqui, não é? Dr. Adriano, o senhor fica. O Celso... O Fernando ficaria na sistematização. Quem entra, então, para a sistematização? Arlete. Quem mais? Vamos deixar em aberto? Se outras pessoas que eventualmente não estejam aqui... Consulte as outras pessoas.

Quando está marcada a reunião do outro grupo? (Pausa.) Depois vocês fazem uma sugestão e manda para a rede.

Nossa próxima reunião está pensada para o dia 18 de maio. Então, seria no Auditório Teotônio Vilela, no dia 18 de maio. Espero que essa proposta de Habitação, pelo menos, já esteja mais avançada. E também que tenhamos, no dia 18 de maio, já a proposta de política urbana. Então, vamos estabelecer aí os próximos passos, que seriam, na proposta de política urbana, fazer os acréscimos como estamos fazendo na de política habitacional hoje. E de na política habitacional já marcar os debates acerca dessa proposta, debates abertos para a sociedade, com outras pessoas, inclusive gente do Fórum e gente de fora, para fazer a crítica do ponto de vista positivo a essa proposta.

Então, ficamos com uma próxima reunião no dia 18 de maio. É no período da tarde que vocês estão propondo, das 13 às 19, numa quinta-feira, à tarde?

SR. PAULO TEIXEIRA – Esse período da tarde é bom para os senhores e para as senhoras ou não?

SR. FERNANDO – Na quinta-feira, temos o almoço de Diretoria no Sindicato. Então, poderíamos, eu e o Messias, a partir de 15 horas.

SR. PAULO TEIXEIRA – A partir das 15 horas. E os demais, o período da tarde para vocês está bom, numa quinta-feira? Obrigado, Arnaldo. Obrigado, Pedro.

Então, vamos manter? Mas aí teria de ser das 15 às 18, talvez.

Então, dia 18 de maio, das 15 às 18 horas, no Teotônio Vilela. As duas Comissões encarregam-se de enviar os textos, se puder, antes da reunião, para fazer uma apresentação já na reunião. Tudo bem?

SR. ADRIANO MURGEL BRANCO – Queria fazer uma sugestão, Deputado. Se o outro grupo puder trabalhar dentro da mesma metodologia que expusemos aqui, é perfeitamente possível traçar políticas, estratégias etc., acho que facilita muito a junção na fase final.

SR. PAULO TEIXEIRA – Está bem.

SR. – É o que ele estava pensando, realmente. Pelo que entendemos é fazer uma apresentação da estratégia, sem programas específicos. Porque dentro do grupo acaba caindo na discussão de programas específicos. Mas acho que até lá pelo menos um programa estratégico, nos moldes do apresentado pelo Dr. Adriano, seria interessante para colocar em debate.

SR. PAULO TEIXEIRA – E queria só reforçar, pedir para a Arlete reforçar, eu vou tentar também, a presença doravante da Secretaria de Habitação e da CDHU. Porque esse debate acho que ajuda em muito na discussão que está sendo feita. De pouco vale debater aqui e ter um nível de debate elevado, mas na execução esses conteúdos precisam ser agregados à execução. Então, é só reforçar. O Luque também se puder nos ajudar nisso, representando o Governo aqui. Está bom?

SRA TEREZA BELDA – Só uma pergunta. Hoje estava aqui presente o Presidente do CEPAM. Ele está se integrando ao grupo.

Porém, gostaria de saber se ou ele ou alguém que ele possa indicar poderia integrar algum subgrupo. No caso, acho até que estaríamos demandando para o

grupo de política urbana, porque eles têm uma atuação anterior acho que importante.

SR. PAULO TEIXEIRA – Está bem. Tivemos uma falha aqui, por conta aí dos equipamentos eletrônicos, no início. Com a pressa deixamos de apresentar as pessoas que estavam presentes. Mas estavam presentes aqui o Sérgio Seixas, que é o Presidente do CEPAM.

A SRA. ARLETE - Só para uma questão de esclarecimento. Conversei com o Sérgio – eu o trato assim porque é um companheiro de trabalho a *long time* –, que faria questão absoluta de vir nesta primeira reunião, mas provavelmente ele não vai poder acompanhar e ele enviará alguém. Então, eu vou entrar em contato novamente, para perguntar, até não nos reconhecemos, eu devo ter mudado de 20 anos para cá, não nos reconhecemos para estabelecer esse contato.

SR. PAULO TEIXEIRA – Acho que quem envelheceu foi o Sérgio.

SRA. ARLETE – O tempo passa, não adianta. E aí eu vou entrar em contato com o Sérgio, para ele designar alguém. Porque esse era o objetivo. É o CEPAM que analisa as políticas dos Municípios, que têm várias propostas. Então, é ele que pode nos dar subsídios efetivos para essa área. Mas, boa lembrança. Vou anotar no meu caderninho.

SR. PAULO TEIXEIRA – Em nome do Relator, Deputado Caldini Crespo, e em meu nome, quero agradecer a presença de todos e pedir para que venham, então, no dia 18 de maio e que se integrem aos grupos de trabalho propostos. E parabenizar aqueles que entregaram esta proposta de hoje, em nome aqui do Dr. Adriano, que foi o expositor. Muito obrigado e até o dia 18.

25.05.2000

- .Paulo Teixeira - Deputado. Presidente da Comissão de Obras da Assembléia. Coordenador da Comissão de Habitação e Desenvolvimento Urbano
- .Caldini Crespo - Deputado. Relator do Grupo Temático Habitação e Desenvolvimento Urbano
- .Rosana Mazoni - Representante da Comissão da Indústria da Construção da FIESP
- .Eduardo Trane - Representante do CDHU
- .Carlos Luchi - Secretário Adjunto de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
- . Maria Encarnação Espósito - Geógrafa da UNESP. Campus de Presidente Prudente.

SR.– Senhoras e senhores, neste estudo nós nos limitamos a pensar na questão da cidade. E, dentro disso, pensamos que elaborar um plano estratégico para o Estado de São Paulo, implicaria algumas precondições. Acho que são as ações inter e intra-urbana. Também levamos em conta que qualquer ação, seja da iniciativa privada, seja do Poder Público, interfere na dinâmica da urbanização. Estrada. A pavimentação de estrada interfere nessa dinâmica. Construção. Determinada construção de um edifício ou de *shopping* também interfere na dinâmica. São ações que tanto podem estar relacionadas no inter como no intra-urbano. Então, dentro dessa perspectiva, pensar num plano estratégico para o século 21, apontamos que considerar dinâmica econômica e o processo de urbanização como positividade, que, ao mesmo tempo, ocasionam – é um conceito – algumas “negatividades” que, na verdade, são chamadas de reflexividades. É uma decorrência quase que necessária desse processo. E demos alguns exemplos aqui. Por exemplo, a impermeabilização do solo, que é necessária para o modelo de desenvolvimento econômico baseado no automóvel, tem como implicações essa impermeabilização, problemas de infiltração de água das chuvas que poderá ocasionar enchentes a montante desse determinado local. Portanto, é um aspecto positivo de dinâmica econômica e tem seus reflexos negativos. Outros problemas que apontamos, foram, por exemplo, as chamadas ilhas de calor. Os centros urbanos têm em torno de 2 a 3 graus acima da temperatura de lugares mais distantes do centro. Internamente, resolve-se isso com o uso do ar-condicionado, que vai consumir mais energia, portanto, vai depender de uma outra dinâmica de produção dessa energia e ao mesmo tempo vai jogar CFC na atmosfera e vai provocar outros problemas. Então, tentamos verificar a questão da positividade, não como crise, a crise do meio ambiente etc., mas de pensar na positividade como problemas que são decorrentes dessa mesma dinâmica e pujança econômica. Para parar um pouco de vermos as coisas como separadas e ver se no século 21, conseguimos estabelecer questões que sejam mais dinâmicas. O segundo pressuposto é considerar a dinâmica da população como positividade também. Se

analisarmos a rede urbana do Estado, do Brasil ou de qualquer país, a população é sempre um parâmetro para estabelecer se a cidade é de grande, pequeno ou médio porte. E, no entanto, ela não tem sido considerada e acho que o século 21 nos aponta para mudarmos um pouco essa dinâmica, de pensar a população como riqueza. O habitante como uma positividade, produtor da riqueza, e não apenas aquilo que está edificado no solo como riqueza. Gente como riqueza e que, portanto, implicaria em políticas interligadas de saúde, habitação, saneamento, educação. Deputado Paulo Teixeira, começamos antes, porque sabíamos que o senhor estava envolvido em outras atividades. E nesse sentido, passaríamos para ver a terceira visão integrada, que é incorporar as agendas do Habitat II, para apontar que a questão da moradia não pode ser entendida como apenas a unidade habitacional em si, mas que tem de ser considerada em seu habitat, em seu conjunto de cidades e de, portanto, cidadania. A Agenda Habitat II, felizmente, já foi incluída na Constituição Brasileira, considerou o direito à moradia como um direito fundamental do ser humano. Nesse sentido, a dinâmica da produção da habitação tem que estar pensada, não apenas na unidade, mas nos equipamentos para a qual se pensa essa questão. E para evitar, porque não, ações como as que aconteceram em Guaianazes no final de semana, porque a Agenda Habitat II, coloca claramente que os despejos forçados só poderão ser realizados quando estiverem com problemas sérios em relação à lei e quando for fornecida uma habitação adequada. Então, acho que a Agenda, assinada pelo governo brasileiro, incorporada na Constituição Estadual, merece ser pensada no século 21 com essa dinâmica. E terceira, considerar a diversidade e a complementaridade dos centros urbanos, metrópoles e aglomerações urbanas. Ou seja, é pensar que não pode existir apenas um único padrão de pensar a cidade. As cidades do Vale do Ribeira, lembrando até dos exemplos que o Lucke nos nossos debates apresentou, terão uma dimensão diferente da cidade em Presidente Prudente, ou em Rio Claro. Então, é pensar na diversidade territorial e social para que não façamos planos mirabolantes no século 21, que não atendam às necessidades locais. Dentro dessa proposta, fazendo uma

análise do Plano Plurianual que chegou a esta Casa, das Leis de diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, também propomos que, para o século 21, leve-se em conta a diversidade territorial. Ou seja, que o plano não seja apenas metas numéricas, mas que ele possa ser explicitado na diversidade que compõe o Estado de São Paulo. Da mesma maneira, a questão das políticas habitacionais, explicitadas não apenas como metas numéricas, mas incorporando-se ao estudo que já temos que é, há um déficit de produção de novas unidades e há um déficit de habitabilidade em unidades já existentes no Estado. Então, como diretrizes básicas preparamos, pensamos que essas poderiam ser nossas propostas, incorporadas de outras para o século 21.

Essa é a parte que me coube explicar.

Agora, passo para a visão de futuro que já é uma espécie, seguindo o documento anterior, de estratégias que possam nos ajudar a seguir este documento.

SRA. CARMEM – Como já foi destacada pela Arlete e pela Tereza, fizemos um esforço, nessa segunda parte, de seguir – mais ou menos, porque acho que não chegamos a finalizar totalmente esse documento – a estrutura proposta pelo Grupo de Políticas Habitacionais. Então, traçamos uma visão de futuro, que seria tentar promover no Estado de São Paulo um desenvolvimento urbano eqüitativo, que é diferente de desenvolvimento urbano homogêneo ou tendendo a uma igualização das condições e sobretudo que esse desenvolvimento fosse buscar em quatro planos diferentes: o Plano Econômico, o Plano Social, o Plano Territorial e o Plano Ambiental. Temos uma tradição em termos de planejamento no Brasil de se dar prevalência ao Plano Econômico. E é preciso pensar em planejamento considerando também os outros três planos aos quais fizemos referência. Da mesma maneira, as escalas de intervenção têm que ser consideradas em suas especificidades, mas também em suas articulações. Como se trata de uma visão de futuro para o Estado de São Paulo, estamos pensando, evidentemente, na escala

regional, pensando nas regiões administrativas do Estado, intra-regionais, na expectativa de se contemplar diferenças dentro de cada uma dessas regiões urbanas e intra-urbanas. Quais seriam, então, os objetivos gerais e específicos de um plano dessa natureza? Em primeiro lugar, teríamos como objetivo bem amplo, promover a diminuição das disparidades de ritmo e forma de crescimento econômico entre as diferentes regiões do Estado de São Paulo. Hoje mesmo a Arlete já fez referência ao fato de que é o Estado mais rico da Federação Brasileira, mais ainda todo o seu desenvolvimento, sobretudo o que se deu nas últimas três décadas, dos anos 70 para cá, foi marcado por uma desigualdade muito grande, por ritmos bastante diferenciados. Enquanto tivemos na região metropolitana de São Paulo uma tendência crescente, que começou a declinar apenas nos últimos oito a dez anos, de crescimento acelerado, outras regiões do Estado de São Paulo conheceram ritmos bastante lentos de crescimento econômico. Para se pensar esse crescimento, seriam necessários não apenas os indicadores econômicos, mas os parâmetros sociais, territoriais e ambientais, aos quais já fizemos referência na visão de futuro.

Para tentar tornar mais objetivo o nosso projeto, o nosso plano, apresentamos cinco objetivos mais específicos. O primeiro deles é promover a diversificação funcional das regiões. Um dos problemas verificados no Estado de São Paulo é o fato de que as regiões que têm conhecido ritmo de crescimento menor, como é o caso da região administrativa de Registro, da região administrativa de Araçatuba e Presidente Prudente, uma das marcas da economia dessas três regiões é a baixa diversificação das atividades. Ou seja, são regiões apoiadas basicamente num tipo de atividade econômica. A busca, portanto, da diversificação funcional tem que ocorrer. Mesmo aceitando-se que vai haver sempre uma diferença intra-regional, não vão ser todas as regiões industrializadas. Ao contrário, muitas vezes, algumas regiões deverão até procurar vocações que diferem da industrialização. O que não poderemos aceitar é a manutenção das desigualdades em termos de padrão de vida e de qualidade de vida, decorrentes do fato de termos regiões aquecidas e

regiões não aquecidas. Ainda que se respeitem as especificidades de cada uma delas, há que se buscar uma política que leve a estimular o crescimento econômico e em decorrência disso a melhoria de parâmetros sociais, territoriais e ambientais.

Segundo objetivo específico, otimizar as relações cidade/campo. Promovendo-se, sobretudo, a melhoria das condições para a produção e para a vida no campo. Chegamos num padrão de urbanização muito elevado no Estado de São Paulo, que ultrapassou os 90%, a Arlete já fez referência, e isso começa a se tornar um problema. O esvaziamento do campo tem gerado a diminuição do papel das cidades pequenas. O Estado de São Paulo conheceu, nas últimas três décadas, um processo muito intenso de concentração fundiária. Seria o caso de se pensar em algum tipo de política que tentasse minimizar ou reverter essa concentração e, talvez, em termos de política habitacional, pudéssemos pensar, inclusive, em programas voltados para oferecer condições para moradia no campo, para se evitar um êxodo muito intenso, esvaziando o campo, diminuindo o papel das cidades pequenas, reforçando o papel das cidades médias, grandes e das metrópoles.

Em terceiro lugar, fazer um esforço, que não é tão fácil, de promover uma integração entre as políticas urbanas e as políticas habitacionais. Normalmente, esse tem sido um problema muito grande. Como a política habitacional se faz sem pensar a cidade como um conjunto, acaba, muitas vezes, gerando exclusão socioespacial e degradação ambiental. Um conjunto habitacional tem que ser pensado, inclusive, em termos da localização que ele ocupa no interior de uma cidade. Conforme o tipo de escolha locacional que se fizer, teremos uma tendência a agravar uma exclusão que já existe no plano socioeconômico, porque as políticas habitacionais são voltadas para os segmentos sociais de menor poder aquisitivo, acentuar essa exclusão, que é uma coisa que independe da política urbana, acentuá-la no plano espacial. Não apenas ali moram os que ganham menos, mas também eles ficam prevalentemente com as piores parcelas do espaço urbano, não apenas porque estão distantes das áreas melhor equipadas, mas porque eles

próprios ocupam áreas com meios de consumo coletivo muito precariamente instalados.

O quarto ponto é um dos pontos, talvez, de mais difícil consecução, mas acho que aqui estamos tratando de colocar grandes políticas, grandes objetivos, seria estabelecer um esforço muito grande para ampliar as formas de participação da sociedade nos processos de decisão – aquela idéia de, em vez de termos toda a política urbana, a política habitacional restrita à responsabilidade dos poderes públicos instituídos (em seus níveis: Executivo, Legislativo e Judiciário), ampliarmos a participação social, no sentido de superar a idéia de governo, para se atingir a idéia de governança. A incorporação da sociedade nos processos de decisão é muito importante, sobretudo no sentido de permitir a consciência sobre as decisões que são tomadas, a consciência sobre o fato de que não temos os recursos suficientes para solucionar todos os problemas que se apresentam e, portanto, temos que fazer opções, e essas opções têm que ser de responsabilidade coletiva. A idéia de ampliação da participação da sociedade no processo de decisão melhora a compreensão desses processos e promove, de certa maneira, a responsabilidade coletiva e a construção de uma cidadania.

O quinto objetivo específico, seria o de estimular o desenvolvimento de uma ética e de práticas cooperativas, no lugar das práticas competitivas. A história do desenvolvimento brasileiro, sobretudo no século XX, em função de um esforço muito grande de passarmos de uma sociedade agrária exportadora para uma sociedade urbana industrial, foi grandemente marcado pela idéia de competição. E, inclusive, a tendência à globalização da economia reforça essa postura, a postura da competitividade. Essa competitividade acaba se estabelecendo entre as regiões, entre as cidades. Recentemente, vimos todas as estratégias competitivas das inúmeras municipalidades brasileiras que lutavam para receber as indústrias automobilísticas transnacionais que estavam se instalando no País. É preciso reverter essa ética, procurar mais o tipo de interação cooperativa, tanto no plano

econômico como no plano social e territorial e da mesma maneira nas três escalas de intervenção do Poder Público: Municipal, Estadual e Federal.

Com base nesses cinco objetivos, procuramos elencar um conjunto de estratégias. E temos consciência que o número de estratégias aqui arroladas, não é ainda um número suficiente para cobrir esses cinco objetivos. Esperamos, inclusive, que, no debate, outras idéias possam vir e possamos, então, ampliar bastante esse rol de estratégias. Pensamos em dois tipos de estratégias, um primeiro bloco de estratégias horizontais e transversais que seriam as estratégias mais amplas, que apóiam a consecução de mais de um desses cinco objetivos específicos aqui apresentados. E, por outro lado, estratégias verticais que, por sua especificidade, são atinentes a um daqueles cinco objetivos. Vamos partir, primeiro, das estratégias mais gerais que denominamos de horizontais ou transversais, e depois partimos para um rol de estratégias mais específicas que são as verticais. Aqui na transparência temos o enunciado de cada uma das estratégias, mas acho que todos estão com o documento em mãos e poderão ver o desdobramento de cada uma dessas estratégias nos seus subitens. A primeira é estimular a participação social nos processos decisórios, na perspectiva já anunciada do desenvolvimento de uma co-responsabilidade entre Poder Público, agentes privados e a sociedade civil de maneira geral. Isso poderia se dar de diferentes formas e arrolamos algumas delas, como a criação, o fortalecimento de conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento, sobretudo no caso do nosso grupo de trabalho nas áreas de planejamento, habitação e meio ambiente. Isso já existe em alguns municípios do Estado de São Paulo, no município em que moro, Presidente Prudente, há um Conselho Municipal de Planejamento bastante atuante, e temos visto uma mudança bastante grande dos agentes envolvidos com a produção do espaço urbano diante do fato de que agora é preciso negociar, é preciso ouvir as intenções e as necessidades dos outros que não têm os mesmos interesses que nós no processo de produção do espaço urbano.

Outra forma seria a realização de audiências públicas, o que já está previsto na legislação, mas nem sempre acontece. Ou seja, ao se votar uma legislação, passar por um processo de debate, em que as questões possam ser discutidas de forma mais ampla. Da mesma maneira, na instalação de fóruns de debates, dei o exemplo do orçamento participativo, porque acho que o mais importante do orçamento participativo não é precisamente os resultados do debate, mas é o fato de que o participar dele é pedagogicamente muito importante dentro daquela perspectiva de se criar consciências sobre o conjunto das necessidades, o quantitativo de recursos disponíveis e as decisões que vamos tomar em relação à aplicação desses recursos. A ampliação das formas de cooperação que já vêm se delineando há algum tempo no Brasil, entre Poder Público, Universidades, regiões e municípios e iniciativa privada. A criação, no âmbito da Assembléia Legislativa, de uma comissão que trate de assuntos sobre planejamento urbano regional. Enfim, que tenha a preocupação com as questões de habitação, uso do solo, centros urbanos, planejamento estratégico urbano.

A segunda estratégia horizontal que delineamos foi a ampliação das responsabilidades da iniciativa privada com os problemas sociais, com vistas à diminuição da concentração de renda e sempre na busca daquela maior equidade. Temos no Brasil uma história de participação ainda muito frágil, muito efêmera da iniciativa privada na solução dos problemas sociais. Então, poder-se-ia pensar em contribuições em fundos para o desenvolvimento urbano, implantação de política habitacional, financiamento de projetos de organizações não governamentais – vale dizer que, no caso brasileiro, a maior parte das organizações não governamentais que estão funcionando no país, na tentativa de solucionar problemas sociais, tem sido financiada por empresas ou por organismos internacionais. A participação do capital nacional nesse financiamento ainda é pequeno. E o estabelecimento de parcerias com associações de movimentos populares, cooperativas, enfim, um grande leque de formas de organização da sociedade que precisa entrar em

cooperação entre si, e cooperação delas com outras formas institucionais de organização.

Terceiro, desenvolvimento de práticas de cooperação para a realização de projetos de forma a se integrar diferentes territórios e cidades de diferentes portes, ainda que se respeitando as características de cada região. O que se tem hoje de avaliação é o seguinte, uma forma de organização da rede urbana que prevaleceu durante todo o século XX, foi a organização do tipo hierárquica, tinha a metrópole, coordenadora de toda a economia e pólo principal de organização da rede urbana, num plano intermediário as cidades médias e depois, num nível de dependência muito maior, as cidades pequenas. O que se verifica no momento atual, que é o momento, inclusive, de tentativa de maior inserção do Brasil na economia global, é que se pode ter práticas competitivas e cooperativas entre cidades de diferentes portes. O que antes dificilmente acontecia. Não se tinha uma cidade média concorrendo com uma metrópole ou cooperando com uma metrópole.

Hoje, há a articulação entre cidades diferentes, normalmente em redes, para diferentes finalidades que pressupõe, ao mesmo tempo, que há competição, que não vai terminar, ela é a essência do nosso modo de produção, mas também o esforço de cooperação, para se diminuir custos, e não haver, portanto, investimentos duplicados numa mesma linha de ação. Da mesma maneira que há outros – não vou me alongar muito porque os senhores têm por escrito – para integrar a iniciativa privada, o poder público, as organizações não governamentais, enfim, integrar etapas diferentes do processo produtivo de circulação de consumo de bens e serviços. Ou seja, com o aumento da possibilidade dada pelo avanço das telecomunicações, hoje, uma série de atividades que estão integradas economicamente, elas não estão integradas territorialmente, elas não têm a mesma localização. Muitas empresas têm sua sede em São Paulo, têm unidades produtivas em centros urbanos de porte médio e conseguem articular uma distribuição em escala nacional por sistema de telecomunicações, sem deslocamento de pessoas para promover essa distribuição. É uma forma nova, em termos de estratégia

territorial que tem de ser pensada, estimulada, para, inclusive, permitir a promoção do desenvolvimento das regiões depressivas do Estado de São Paulo. O apoio técnico das universidades, evidentemente, a melhor otimização das possibilidades de comunicação. Um problema grave que se observa no Estado de São Paulo é que a instalação de sistemas de comunicações mais modernos, inclusive esse por fibras óticas, tem-se dado, primeiramente, nas regiões mais desenvolvidas, deixando ocorrer, com esse tipo de política, com esse tipo de estratégia territorial, uma diferenciação de crescimento. Em vez de investir-se primeiro, modernizando as regiões que estão depressivas, acentua-se a tendência ao crescimento econômico e a modernização das regiões mais equipadas do Estado de São Paulo. No mínimo, tem que se pensar em estratégias que permitam o equipamento territorial de forma homogênea no tempo. Se houver disparidades temporais, algumas regiões recebem primeiro e aquelas que estão deprimidas recebem mais tarde. Por exemplo, a rede de fibras óticas não está ainda totalmente instalada no Estado de São Paulo, foram premiadas primeiro as regiões de maior desempenho econômico, regiões de Campinas e Ribeirão Preto, a região central, que é sediada por São Carlos, por exemplo, a região do Vale do Paraíba, enquanto outras regiões não receberam ainda esse tipo de infra-estrutura, levando a supor que vão se acentuar as diferenças inter-regionais no Estado de São Paulo.

Em quarto lugar, promover a melhor definição de forma de aplicação do preceito constitucional da função social da propriedade. É um preceito aprovado desde 1988, que por falta de uma legislação normativa, tem sido pouco aplicado. Alguns municípios que têm tentado fazer uso desse preceito, não têm recebido respaldo, os proprietários de terras entram com ações na justiça, acabam tendo seus direitos garantidos pela falta de uma definição melhor de como se poderia respeitar ou aplicar esse preceito. Isso seria muito importante porque permitiria o estabelecimento de uma política urbana mais integrada entre espaço rural e urbano, porque muitas vezes a manutenção de grandes glebas rurais na periferia da cidade

pode ser um elemento que restrinja a expansão da cidade, como pode ser um elemento que facilite as práticas especulativas.

Em quinto, capacitação técnico-científica das equipes estadual, municipais de planejamento urbano, habitação e meio ambiente. Talvez essa não seja uma estratégia tão importante para a região metropolitana de São Paulo, mas o que se observa fora da região metropolitana de São Paulo, que tem a EMPLASA, outras organizações voltadas para se pensar em política de planejamento, é uma capacitação técnica muito precária das equipes. E isso se torna um problema grave, porque a cada governo, a cada mandato tudo começa do zero e não se institui efetivamente uma política urbana capaz de promover desenvolvimento urbano, instaurar uma política habitacional no território de forma mais qualificada. Então é preciso se pensar em integração das políticas de ação e sobretudo em maior agilidade para atender as novas demandas. Esse é um problema, com a tal aceleração dos tempos, a acentuação das mudanças muito grandes no decorrer do tempo, é preciso ter equipes capacitadas. Não se pode, a cada vez, parar o processo, fazer um enorme debate e mudar a legislação. Se se capacita melhor as equipes que trabalham, sobretudo nas prefeituras, mas mesmo pensando em equipes que pensem em desenvolvimento regional, elas precisam estar capacitadas para ter maior agilidade, para responder às demandas que são constantemente novas e de naturezas também diferentes. Isso, inclusive, permitiria uma maior autonomia para a decisão. Porque, é engraçado, como o Brasil tem uma história de falta de legislação, de obediências à legislação, lutamos para cada vez a legislação ser mais específica, ser mais detalhada. Isso acaba, em certo momento, sendo um problema. Ela é tão específica, é pensada num dado momento, a realidade transforma-se muito rapidamente e ela, então, torna-se um gesso, para a intervenção, para inversão de capitais nacionais ou internacionais nas diferentes regiões.

É justamente nesse sentido que vem o sexto fator, o estímulo para elaboração e promulgação de uma legislação urbana mais flexível, que não seja ela

própria um elemento restritivo para o desenvolvimento, para se procurar, enfim, a melhoria das condições de vida numa dada região.

O sétimo item, o incentivo para o desenvolvimento de atividades econômicas em regiões deprimidas, considerando-se, sobretudo, a prioridade do investimento de capitais locais e regionais. Atualmente, nas regiões deprimidas, pela experiência que tenho, todo o interesse é da entrada de capitais externos na região, para promover o desenvolvimento. Acho que temos de reverter essa tendência ou, pelo menos, esse esforço ter um esforço paralelo do próprio estímulo dos capitais locais e regionais nas suas respectivas regiões. Eles têm tendência a permanecer, portanto, podem não ter efeito econômico tão rápido, mas, a médio e longo prazos, os resultados poderão ser mais positivos, porque a tendência desses capitais de migrarem para outras regiões onde sejam mais atrativas as possibilidades de ganho vai ser sempre uma tendência menor do que aquela de quando os capitais não são mesmo capitais locais ou regionais. Formação de cooperativas de desempregados, essa é uma coisa que se tem que estimular, porque os dados divulgados ainda hoje, no *Jornal da Manhã*, anunciam que, apesar do aquecimento da economia nos últimos meses no Estado de São Paulo e no Brasil, não houve diminuição do desemprego. Então, há que se pensar em algum tipo de solução, porque isso tem o rebatimento direto sobre o espaço urbano.

O desempregado, inclusive, deixa de poder arcar com o pagamento até mesmo das taxas de meios de consumo coletivo. E isso se torna um problema urbano também. Estímulo à criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas associadas em sistemas de cooperação e consórcio. Já há algumas experiências, não vou desenvolver esse item e, por último, o estímulo para a implantação de atividades turísticas em áreas de paisagens naturais históricas. Isso também já vem acontecendo, mas comparado com as experiências européias, estamos ainda engatinhando. Ainda não fomos, de fato, capazes de valorizar as potencialidades que temos nesse plano. Acho que isso tem que ser verificado agora.

Começando com as estratégias verticais, elas são mais específicas, estão voltadas para um daqueles cinco objetivos, a primeira é de ampliar as formas de tributação sobre os terrenos não edificados. Em média, nas cidades brasileiras, 40% dos terrenos são não edificados. É um índice elevadíssimo. A retenção da terra ainda é muito grande no País, acho que isso tem a ver com o nosso passado colonial, é um valor social, mais do que um valor econômico e é preciso reverter essa tendência porque a grande proporção de terras não edificadas nas cidades tem um custo muito grande para o Poder Público e um custo muito grande para todos os habitantes das cidades, porque as cidades se estendem demasiadamente ou muito mais do que ela precisaria se estender, caso houvesse algum tipo de restrição nesse sentido. Aí, volta de novo, a aplicação do princípio da função social da propriedade, da cidade, que está expressa na Constituição Federal, conseqüentemente na Estadual e nas Leis Orgânicas, mas de fato ainda não está implementada. Um objetivo grande seria a diminuição do preço das terras urbanas. Porque, para o caso das terras urbanas não funciona a lei da oferta e da procura. Quanto mais as cidades se estendem, quanto mais têm terras disponíveis, o que há é uma valorização das terras mais centrais, um aumento do preço das terras. Precisar-se-ia até pensar na reversão dessa tendência, na ampliação do potencial de edificação para o setor habitacional, sobretudo nas políticas habitacionais de interesse social, estimulando-se a criação das zonas especiais para habitação, melhorar as condições de habitabilidade, com a regularização dos loteamentos irregulares etc.

Ainda há no Brasil, inclusive no Estado de São Paulo, muitas municipalidades que pensam sempre na política de transferência. E a política de transferência tem gerado problemas gravíssimos. Quando não há problemas ambientais graves, é preferível que se melhore as condições de habitabilidade, mantendo as famílias fixadas nas áreas que foram ocupadas irregularmente, num primeiro momento. A diminuição dos custos públicos com infra-estrutura, procurando-se otimizar a tendência à expansão territorial demasiada. A análise das imagens de satélite e de

fotografias aéreas mostra como as formas urbanas no Estado de São Paulo modificaram-se brutalmente nos últimos 30 anos. A maior parte das cidades de porte médio era marcada por uma continuidade urbana muito grande. Hoje, essas imagens revelam uma descontinuidade territorial brutal, até em cidades pequenas. Em grande parte foi promovido pelo próprio Poder Público, a partir da localização das áreas com implantação de conjuntos habitacionais. Mas, é claro, há também iniciativas do setor privado, como instalação de *shoppings*, grandes equipamentos de comércio e lazer, que geram essa descontinuidade, trazendo problemas graves, não em termos apenas de política urbana, mas de necessidade de mais tempo para o transporte dentro dessas áreas urbanas. Promover a implantação de saneamento básico, infra-estrutura e meios de equipamento de consumo coletivos em áreas não equipadas, os senhores poderão ler os subitens que apresentamos, a ampliação do controle sobre o parcelamento da terra, indicando para os municípios algumas estratégias. Uma delas seria o aumento das obrigações dos loteadores, algumas pesquisas têm revelado que no preço do hectare, ao transformar-se em loteamento urbano, é importante a correspondência em metros quadrados, chegando a ter seu crescimento no valor em 11 vezes. Entre o metro quadrado no hectare e depois o metro quadrado vendido há uma diferença de 11 vezes. Portanto, é mais do que suficiente para que se aumentem as obrigações dos loteadores. É, atualmente, um dos setores com maior potencialidade de ganho em toda a economia. Não fosse isso, não haveria tantos loteamentos sendo lançados constantemente, mesmo os loteadores sabendo que eles não conseguem ter demanda numa primeira fase, para mais de 25% dos lotes. Em média, 25% dos lotes são suficiente para pagar o investimento e ter já uma primeira faixa de ganho. Eles normalmente retêm os lotes restantes. O impedimento da descontinuidade territorial na abertura dos loteamentos, não permitir que um loteamento que não esteja implantado anteriormente seja aprovado nas prefeituras e talvez a definição de um teto máximo de terrenos não edificadas, colocamos aqui, talvez, 20%, para aprovação de novos loteamentos. Não há razão de aprovação de novos loteamentos em cidades nas

quais se tem 40% dos terrenos já loteados, já regularizados e ainda não edificados. A indução dos municípios que ainda não elaboraram seus planos diretores, a fazê-lo com a máxima urgência, porque senão toda a política de desenvolvimento urbano fica solta, acaba sendo uma colcha de retalhos. Por último, a implantação de mecanismos institucionais para a efetiva complementaridade de funções e atividades nas regiões metropolitanas, nas microrregiões, associações municipais de interesse comum, comitês e subcomitês de bacias hidrográficas. Aquela idéia da necessidade de se pensar em diferentes escalas e se possível articular essas escalas.

Para concluir, acho que está aí a implantação de uma política de desenvolvimento urbano que integre as estratégias acima apresentadas, deveremos continuar num esforço muito grande de realizar estudos, porque ainda temos uma visão do Estado de São Paulo, que é a metrópole e o interior. É uma visão muito simplificada, isso que se chama interior é marcado por uma enorme diversidade econômica, social, ambiental, territorial, então, é preciso que mais estudos sejam realizados e que se invista realmente nessa linha, para que se possa pensar numa política que contemple a diferenciação que existe, na perspectiva de superá-la e de promover uma diferenciação naquela linha da distribuição equitativa e não da distribuição necessariamente homogênea ou igualitária.

Acho que eram esses os pontos principais. Estamos à disposição.

SR. PAULO TEIXEIRA – Inicialmente, queria dizer que, na última reunião quando o Dr. Adriano apresentou os resultados do grupo de habitação, que trabalhou em conjunto com várias pessoas, eu, particularmente, aprendi muito. Acho que vocês exploraram uma área muito nova em termos de política habitacional. E quero dizer também que nessa proposição de hoje, as mulheres “estouraram a boca do balão”. Tenho medo dessa mulheres. Acho que o século 21 não vai ter espaço para os homens, pelo menos vemos essa política de quota ao contrário, para segurar alguma coisa. Queria parabenizá-las também por esse importante trabalho.

Acho que isso aqui é uma inovação para pensar a política urbana neste Estado, com toda a sua complexidade e de maneira a explorar novos campos, uma realidade muito atual, o debate dessas novas tecnologias, a relação das cidades, então, estamos produzindo coisas muito importantes. Queria dar os parabéns para todo o grupo. Mas, são só mulheres ou não? A Tereza, a Carmem, quem mais? Tem um representante masculino. Mas, parabéns, vocês fizeram um belo trabalho.

Agora, vamos colocar o debate e o prosseguimento. Também quero ver nosso deputado Crespo, gostaria de fazer algum comentário e em seguida prosseguimos o debate.

SR. CALDINI CRESPO – Apenas reforçando as suas palavras, também fiquei muito impressionado, quero parabenizar a todos os que mais diretamente contribuíram para a elaboração deste nosso relatório e também acrescentar, na visão que o Deputado Paulo Teixeira já colocou, a importância crescente da participação das mulheres, ocorre-me que a legislação eleitoral foi alterada recentemente com relação à participação delas no processo, porque antes era mencionada a quota de 25% de mulheres. Agora não, isso foi alterado, agora são 30% de um sexo e 70% do outro, provavelmente antecipando essa realidade que V. Exa. acaba de mencionar. Possivelmente, os homens ficarão com os 30% no futuro. Apenas essa observação, vamos passar adiante.

SR. PAULO TEIXEIRA – Na Argentina, a quota é de 30% das cadeiras, não só dos partidos. Então, das cadeiras do Parlamento, elas ocupam 30%. Vamos abrir o debate sobre esse texto e depois os encaminhamentos para a produção e para a reunião dos dois textos, dar uma lógica a esses dois textos, compatibilizá-los e também como é que estabeleceríamos o debate para que esses textos fossem objeto de análise, também, de outras pessoas que eventualmente não estejam aqui. Que colocássemos em discussão essas duas importantes produções. Poderíamos

abrir o debate. Esta sala não é tão propícia ao debate quanto a outra, mas todo mundo fica livre para se colocar.

SRA. ROSANA – Eu cresci sendo ensinada que, profissionalmente, não há diferença de cor, raça, sexo, idade ou ideologia. Pelo menos profissionalmente. Então acho que o desempenho foi brilhante independentemente do sexo de quem executou. Mas, eu sou, na verdade, o contrapeso desse grupo, porque sou o investidor, sou o legítimo representante do capitalismo selvagem. O trabalho é brilhante, no contexto geral é brilhante, mas há duas leis que não vamos conseguir modificar. A da gravidade e a de mercado. Não tem como evitar isso. Fico pensando que, em termos de ocupação de solo, indo contra seus próprios interesses capitalistas, teríamos de interagir uma forma diferente que normatizar. Tributar a área não edificada, vai valorizá-la muito mais. Acho que sua informação não está correta, não são 11 vezes. Acho que passa por um período grande de latência, a terra não edificada e depois ela se valoriza muito mais, mas muito mais que 11 vezes. Então, como parâmetro, vamos dizer 20% o loteamento, como é que vamos vencer esse próprio capitalismo externo, que hoje não podemos mais culpar só o empresário nacional, as *new camers* estão aí, estão investindo de maneira desbravada e eles vêm aqui efetivamente para transformar nosso país em nova capitania hereditária. Acho que precisávamos cuidar um pouco disso. Precisamos cuidar no sentido de que se tenha agilidade de todo o Estado, ter a fibra ótica implantada no mesmo momento e essa é a minha área de especialização. Achei muito engraçado estarem falando disso, vamos passar por situações de governo do Estado, de investimento internacional, que não temos como comandar. Podemos até solicitar que seja no mesmo tempo. Em relação à fibra estamos falando aérea; não é aérea, se for aérea está passando por linha de transmissão, aí a delegação é ainda do governo. Se é subterrânea, se é cabo enterrado, está privatizado. A privatização foi feita de maneira tal que, infelizmente, hoje não temos a organização equilibrada. Eles são capitalistas, somos capitalistas; eles só vão gerar frutos,

benefícios para onde tenham capacidade de retorno. Não há mais a conotação social. Então, minha pergunta fica para quem sobrou a conotação social. Como se vai reverter essa situação?

SRA. CARMEM – Tudo o que você está falando acho superpertinente, acho que, de certa maneira, foi objeto de nossa preocupação, e não há nessa proposta, se por acaso essa idéia ficou, nenhuma intenção, ou impressão ingênua de que é possível conter os interesses de mercado. Absolutamente. O que se coloca é o seguinte, esses interesses estão aí, em função do tipo de economia que vivemos, especialmente em função do momento, que é esse momento de maior interação no plano internacional e cabe à Assembléia Legislativa, porque este é um Fórum da Assembléia Legislativa, ao Poder Público, articulado com a própria sociedade civil e com a própria iniciativa privada nacional, pensar em políticas que levem a uma minimização dos efeitos devastadores de um tipo de economia que se organiza em termos de uma competição no plano internacional. É evidente que nenhuma dessas políticas é capaz de se sobrepor aos interesses de mercado. Mas, elas podem auxiliar esses interesses ou minimamente conter esses interesses. Acho que as idéias vêm no sentido de conter. Inclusive, não considero que elas são contrárias até aos próprios interesses da iniciativa privada. Se pensarmos no momento atual, você mesma já fez referência, a competição que se estabelece entre capitais nacionais e capitais internacionais, muitas dessas políticas poderiam, inclusive, preservar minimamente algum espaço para os capitais nacionais. Embora, por exemplo, a implantação das infovias esteja privatizada, essa concessão é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, ele tem que ter responsabilidade sobre esse tipo de permissão, esse tipo de concessão. É preciso que haja essa responsabilidade. E, normalmente, os parâmetros que orientam essas concessões são econômicos. É preciso, minimamente, pensar nesses parâmetros territoriais. Porque as decorrências de um aumento das diferenças do plano territorial serão

responsabilidade dos recursos públicos e de toda a sociedade. E isso teremos que enfrentar.

SRA. ROSANA – Acho que estamos falando exatamente a mesma coisa de formas diferentes. Mas, se não tomarmos cuidado, o saneamento vai ser privatizado agora, saneamento e utilidade pública são qualidade de vida. Se seguirmos modelos da privatização energética, da privatização das telecomunicações, teremos como resultado que só vai ter esgoto quem tem dinheiro para pagar. Como é que fica essa situação? Só vai ter Internet quem tem dinheiro para pagar e só vai ter energia quem tem dinheiro para pagar. E a conotação social, a quem vai caber?

SR. CALDINI CRESPO – Acho, se a senhora me permite, que esse debate é pertinente importante. A riqueza do Fórum é a de termos diversas visões aqui, porque temos que fazer uma proposta para a sociedade contemplando suas visões. Na questão das privatizações, por exemplo, esse modelo de fibra ótica, o que me parece é que o Estado não teve a consciência desse processo. E nota-se que é um processo rendoso, a exploração de fibra ótica nas empresas privatizadas gera muita renda. Trata-se de discutir esse processo, para que ele possa financiar, certamente, esse acesso das outras regiões. Acho que um dos aspectos que se poderia discutir neste grupo seria essa orientação. Hoje, aqui na Casa, tem uma CPI que investiga a privatização das estradas. Esse grupo poderia fazer esse indicativo de que essa renda pudesse ser revertida para a extensão desse serviço para todo o território do Estado, para que não haja essa reprodução da desigualdade. Até porque, o que aconteceu é que se fizemos um traço no meio do Estado, veremos que a privatização se deu do seu lado direito. Então, na parte Sul e na parte Oeste do Estado, essa região não terá esses benefícios. Esse aspecto é importante, também, para quem discute as privatizações, a modelação da privatização. Isso é uma crítica que fizemos aqui na época, que não contemplava o conjunto das

preocupações, mas acho que é uma intervenção que poderá ser feita agora, no sentido de prevenção desse aspecto, já que está em curso esse debate.

SR. PAULO TEIXEIRA – Dr. Adriano, permita-me, antes que avance, tenho um comentário a fazer sobre a parte da manifestação da Rosana, sobre a tributação dos chamados vazios urbanos, minha intenção não é contestá-la, mas apenas aprofundar esse ponto, porque, nos meus conceitos, essa tributação seria algo vantajoso, no sentido de desestimular a existência do vazio urbano. Se bem entendi, você coloca um conceito diferente, que essa tributação adicional poderia, pelo contrário, aumentar o preço de mercado desses imóveis. Isso não ficou muito claro para mim. Acredito que se alguém é proprietário de um imóvel numa região já urbanizada, beneficiando-se disso, se os governos conseguissem aumentar a tributação do vazio urbano, não me parece natural que isto fosse acrescentado ao valor do imóvel. Creio que a tendência seria que aquele proprietário, não conseguindo agregar ao imóvel o valor da tributação adicional, acabasse se vendo na inconveniência de permanecer em domínio do imóvel. Se bem entendi, você coloca o conceito oposto a isso. Gostaria de saber, se você fundamentasse mais, se é do consenso geral, porque isso contraria uma proposta aqui e um conceito que eu já tinha. Pessoalmente, até este momento, sou totalmente favorável ao imposto progressivo a esta tributação para fazer com que o proprietário ou construa ou venda aquele imóvel. Permita-me, queria conhecer mais sua opinião.

SRA. ROSANA – É uma questão de lei de mercado, oferta e procura. Portanto, quanto mais caro e quanto mais necessário seja esse terreno, mais ele vai ser valorizado, inclusive pela tributação. Ou seja, ele vai passar a pertencer talvez não ao herdeiro, vai passar para as mãos de incorporadores, que têm condição de manter isso, porque sabem que vão buscar o resultado final da venda, ou da imobilização, o retorno do seu investimento. A tributação passa a ser um investimento, uma agregação de valores para continuar contribuindo para essa

área. Se o mercado for ofertivo, obviamente isso muda. Mas ele não é. E não sendo, é claro que só agrega valor. Por favor, minha questão não é contestar, é outra situação. Talvez isso não ocorra em áreas onde se tenha uma demanda maior. Mas, com certeza, aqui no centro de São Paulo, no centro de grandes regiões urbanas, certamente isso vai acontecer. A mim, parece que simplesmente estamos dando asas a cobras. Não quero causar polêmica.

SR. CALDINI CRESPO – Temos quatro inscritos.

SRA. – Sei, mas gostaria de falar, porque é dentro dessa linha. O bom é a polêmica. Rosana, há estudos que mostram, há uma diferença em pensar numa grande gleba, em terrenos e nessa valorização. O Estatuto da cidade que está em debate, na verdade, é um projeto de lei de 1979, em que houve toda uma tramitação. Ele tem mecanismos e propostas que visam coibir esse processo.

Primeiramente, quando falamos em tributação, ela tem um nome, é imposto territorial progressivo, no tempo e no espaço. No espaço ele já é, dependendo da localização de seu imóvel, do tamanho, tem uma tributação, esse é o intra-urbano. Há o IPTU progressivo no tempo, é um processo que vai tributando durante o tempo em que este imóvel vai ficando vazio. É um tributo que ele paga, não é um aumento do preço da terra. Porque eu concordo com você. O preço da terra está dado pelo mercado. Agora, isto é o tributo. É a mesma coisa que estamos falando, mas é uma diferença só de terminologia, porque não vai aumentar o preço da terra, mas vai alterar a tributação sobre ela. Mas, além disso, no Estatuto da Cidade, estão previstos outros mecanismos institucionais, como a requisição urbanística. Um terreno que não é edificado, que está lá agregando valor, pode ser requisitado pelo município para construção de habitação popular e o preço do terreno, o valor do terreno é incorporado em unidades para o proprietário da terra. Então, seriam formas de minimizar a brutal forma de especulação imobiliária. Porque a especulação vai continuar. Seriam formas de minimizar e de diminuir o custo para

os poderes públicos municipais. Porque um terreno vazio no meio de uma área urbanizada implica custos de infra-estrutura etc. São mecanismos reguladores e não de controle. Acho que precisaríamos, talvez, explicitá-los para que não dêem uma visão distorcida de que somos contra essa questão da edificação pela iniciativa privada. Só para explicar um pouco.

SRA. – O senhor permite que eu complete? (Pausa.) Inclusive, isso se torna bastante interessante para os agentes imobiliários. Um dos problemas no Brasil é que tem aumentado progressivamente o peso do preço do terreno no preço final do imóvel. Ele já foi, nas cidades paulistas, entre 5% e 10% do preço do imóvel. Hoje, já oscila entre 10% e 20%. E há um dado de pesquisa que reforçaria essa análise que foi apresentada pelo Deputado, que é o seguinte, grande parte das terras não edificadas nas cidades paulistas está nas mãos de poucas pessoas. Não é cada um com um terreno, é uma pessoa com muitos terrenos. Então, o aumento do preço do imposto territorial urbano pesa demasiadamente na mão de um único proprietário. Daí, a tendência imediata é tentar colocar a venda ou ele próprio edificar, mas se não edificar colocar a venda. Então, tem um efeito positivo sobre a oferta e a procura. Aumenta a oferta de terrenos e os preços caem. Isso está, inclusive, comprovado em algumas pesquisas. Em cidades médias, quando as prefeituras aumentam o imposto territorial, no ano seguinte caem os preços dos terrenos não edificados, o que torna muito interessante do ponto de vista econômico, porque aquece um dos ramos mais importantes hoje que é o ramo da produção imobiliária, porque diminui o custo de um dos componentes da produção que é o terreno. Então, acho que o efeito pode ser bastante positivo em termos econômicos e não apenas do ponto de vista dos investimentos públicos e de não sobrecarregar o Poder Público Municipal, tendo que estender infra-estruturas e equipamentos. As pesquisas mostram que o efeito é positivo e não negativo.

SR. CALDINI CRESPO – Quero agradecer a Rosana, porque ela trouxe um tema importante neste debate. Tem quatro inscritos e poderíamos fazer o seguinte: se é sobre isso, quem for falar, fala sobre isso e depois continuamos. O Dr. Adriano está inscrito, a Tereza, o Trane e o Lucke. Então, são quatro inscritos. Tem a palavra Dr. Adriano Branco.

SR. ADRIANO BRANCO – Rosana é uma provocadora essencial, só que a minha impressão é de que ela mexeu numa coisa muito mais sensível do que a discussão dos preços dos terrenos. Ela mexeu na visão de mercado que o mundo está assumindo cada vez mais para resolver todos os seus problemas. Ou seja, se dermos curso a essa visão de mercado apenas como único indutor para a solução dos problemas, vamos chegar à conclusão, como alguns já chegaram, que a África não vale a pena. É um continente que se deve deixar lá, e as pessoas vão morrendo, porque não há investimento por parte dos grandes investidores que seja recompensador na África de hoje. Vão investir na América do Sul e em outros lugares. Não estou inventando, isso é coisa que já existe, pessoas que dizem que a África não tem conserto, não vale a pena. E nós, no Brasil, temos nos deixado levar cada vez mais por essa idéia de que as coisas vão ser resolvidas por uma visão de mercado. O Galbert, num de seus últimos livros, disse que o ruim da felicidade é que, deixadas a si mesmo, as respostas de mercado vão favorecer os mais fortes em detrimento dos mais fracos. Quando essa visão de mercado permeia a atividade pública, o risco é muito grande, porque realmente as pontas vão ficando sem água, sem esgoto, sem telefonia, sem cabo de fibra ótica, sem trem, sem nada. Exatamente o que esse documento está tentando fazer, apresentado agora com muita propriedade, é estabelecer uma visão estratégica de desenvolvimento que não é só a visão de mercado. A visão de mercado é um dos componentes desse desenvolvimento. Mas aonde a visão de mercado não puder resolver o problema das pessoas, temos que atalhar por ações públicas que estejam dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento.

Acho que essa visão estratégica de desenvolvimento nos tem faltado. Quando analisamos o Vale do Paraíba, por exemplo. Ele tem um pólo riquíssimo no centro e depois tem uma pobreza infinita no fundão do Vale do Paraíba. Isso foi uma visão estratégica equivocada de quem planejou as coisas. A falta de execução de um planejamento equilibrado que levou a isso. Mas, quem olha no Vale do Tietê hoje vê uma coisa diferente. Por que é diferente o Vale do Tietê de ponta a ponta? Porque o desenvolvimento do Vale do Tietê se deu segundo uma visão estratégica de desenvolvimento que previa o uso múltiplo das águas, comclusas etc. e tudo o que está no entorno desse Vale do Tietê hoje enriquece. O que se afasta dois palmos fica como estava. Parece-me que é muito importante, não desconhecendo que as forças de mercado são produtoras, elas engendram riquezas etc., não esquecendo isso, cuidar para que certas ações o Estado não pode delegar. Nesse documento que preparamos outro dia, demos uma rápida pincelada em alguns conceitos de administração pública, mas fizemos isso muito mais profundamente na exposição de motivos da lei que cria a agência reguladora dos transportes. Infelizmente, em certo pedaço, perdeu-se a exposição de motivos e chegou aqui sem ela. Portanto, sem os fundamentos que se pretendia dar. Eu já distribuí cópias na Assembléia daquilo que se pretendeu estabelecer como base. Mas, queria lembrar o que dizia Anhaia Melo que foi o homem que introduziu os conceitos de administração pública no Brasil, dos serviços públicos, o conceito de serviço público, é um conceito fixo com conteúdo variável. Ou seja, a necessidade social nos obriga a tornar públicas coisas que às vezes são privadas ou intervir em ações privadas para que elas tenham um avanço público maior.

O Deputado está colocando a questão da política das fibras óticas, acho que o caminho da questão das fibras óticas pelas rodovias do Estado e pelas ferrovias nasceu de um equívoco. O Latasca discutia a possível concessão da ferrovia paulista à iniciativa privada, adverti para o fato de que se o governo não estabelecesse metas de produção e transportes, os compradores, ou os adquirentes dessa concessão, poderiam utilizar toda a malha ferroviária apenas para implantar

fibra ótica e não transportar mais nenhum grão e coisa nenhuma, porque seria um resultado de mercado fantástico. Não precisa trem, não precisa gente, não precisa energia, não precisa nada. Basta receber os 5 mil quilômetros de estradas que o Estado tinha – agora não tem mais, passou para a União – e colocar fibra ótica nele. Ali era visível que, se se deixasse apenas as forças de mercado, poderiam usar primeiro o interesse público maior. Em todo o serviço ferroviário, de certa maneira, isso aconteceu. Os compradores das ferrovias brasileiras foram-se interessando em certos tipos de transportes de certas cargas. E como ficam os outros transportes das outras cargas? A intervenção governamental é que se faz necessária. Portanto, acho fundamental a tentativa de apresentar esse projeto dentro de uma visão estratégica de desenvolvimento. A Secretaria da Agricultura está, nesse momento, tentando desenvolver uma visão estratégica do desenvolvimento da agricultura. Porque se se deixar a agricultura desenvolver no Estado de São Paulo só pelas forças de mercado, dá no que deu, fica como está. Se quisermos enriquecer os municípios do interior com agregação de valor no produto agrícola, o Estado tem que direcionar isso. Vai estabelecer uma política estratégica de direcionamento e vai convidar a iniciativa privada por outra forma de visão do problema e a iniciativa privada vai dar êxito a isso, ajustado nesse momento em relação a essa visão estratégica.

Encerraria minha observação aqui se não tivesse que fazer uma recomendação a Arlete, no seguinte sentido: aparelhos de ar-condicionado produzem calor, não frio. É um engano que temos, porque o aparelho de ar-condicionado tira o calor da sala e põe para fora para que a gente sinta aqui mais friozinho. Essa operação de tirar o calor daqui e por para fora, é acrescida de calor, exatamente pelo funcionamento da máquina e pela ineficiência dela.

SRA. ARLETE – Melhora o ambiente interno, só que ele aumenta o efeito estufa.

SR. ADRIANO BRANCO – E não é só pelo gás, aumenta o efeito estufa porque ele é produtor de calor, por incrível que possa parecer.

SRA. ARLETE – No texto está colocado, aumenta o efeito estufa e libera CFC.

SR. CALDINI CRESPO – Tem a palavra Sra. Tereza Belda.

SRA. TEREZA BELDA (Falando um pouco longe) – Então, sem ignorar essa parte, que é muito importante, ela relatou e vários já comentaram, o texto trata de estratégias e, portanto, dão, como a Arlete estava dizendo, o controle total, uma certa regulação da situação, por meio de várias ações estratégicas, e uma delas...

SRA. ROSANA – Deixe-me interromper um pouco, porque acho que não fui bem compreendida, só para evitar tanta perda de tempo. Tenho a impressão de que não fui bem compreendida. Estamos todos lutando pela melhora da qualidade de vida, que também é o meu objetivo e o meu interesse. Tenho que colocar alguns contrapontos com relação ao meu conhecimento. Concordo, acho que o Dr. Adriano disse brilhantemente, temos que resolver o problema e a minha colocação é: quem é que vai cuidar da parte social? Foi a primeira colocação e é a essa que gostaria que todos prestassem atenção.

SRA. TEREZA BELDA – Estou entendendo, estou me dirigindo a você porque estamos mais próximas. Só para lembrar, nessas estratégias, naquela parte que fala de cooperação, de fazer coisas mais cooperativas, associadas ao Estado, mais do que ao Governo. Os agentes produtores, só destacar isso, e nessa cooperação, não estamos pensando, evidentemente, só nos agentes públicos, e não poderia ser, porque senão estaremos ignorando atores fundamentais de produção, espaço urbano, produção da economia, o capital etc., então, essas

formas de cooperação circulam, na medida do possível, em conjunto com o agente privado, sobretudo aqueles que têm intervenções mais diretas no espaço urbano, na parte da construção civil, na parte de grandes aglomerados, que têm intervenções como fábricas grandes, empresas, *shoppings* etc. Isso é uma coisa. Agora, queria só destacar outra questão, essa parte que foi proposta no final de uma política de movimento urbano que integre as estratégias, que deverão ser realizados estudos sobre a diversidade territorial etc. Só lembrar que o próprio Governo do Estado tem uma série de instituições que fazem isso. Então, a integração, a meu ver, também tem que estar dentro do próprio Governo do Estado, para poder minimizar os custos do próprio Estado. Temos várias instituições, temos o IPT, que cuida de várias coisas, temos o SEADE, que está fazendo pesquisas em vários planos sobre várias questões, temos a Secretaria de Planejamento, temos a EMPLASA, que atua na questão metropolitana, e o que vemos é também uma coisa totalmente separada, sem estar convergindo para melhorar e minorar, inclusive, os investimentos do próprio Estado. Então, gostaria de destacar isso, porque também tem outra proposta, que é de criação na Assembléia Legislativa de uma comissão que dê conta da política urbana do Estado. O que temos aqui é uma Comissão de Assuntos Metropolitanos, dentro da visão que tínhamos colocado de polarizar, de um lado a metrópole e de outro, o interior. Não temos, realmente, aqui na Casa, a não ser que eu me engane, uma comissão que faça isso, que pense o Estado como um todo. Eles pensam o Estado como um todo, só que na hora de propor, na hora de elaborar a legislação, porque as comissões são pontuais ou setorializadas, acaba não dando conta dessa política. Só queria destacar isso e sugerir, aí já entrando na recomendação e no encaminhamento, que o nosso grupo, dentro do Fórum, pudesse estar realmente elaborando, propondo uma organização de seminários, de debates, como desdobramento dele, pelo seguinte, porque estamos propondo coisas que estão envolvendo agentes privados, agentes municipais locais, agentes regionais, como, por exemplo, comitê de bacia ou consórcios etc. Acho que ganharíamos bastante se convidássemos e organizássemos bem, debates ou

seminários com essas pessoas, para que pudéssemos, em conjunto, colocar em prática o início das estratégias. Inclusive, talvez, convidar, nessa estrutura que a Assembléia tem, de várias comissões – porque ela tem Comissão de Assuntos Ambientais, Comissão de não sei o quê, mas depois tem de haver uma maneira de repercutir isso na Assembléia Legislativa também, que é a Casa que vai indicar essas propostas – e esses outros organismos governamentais. Gostaria de acrescentar que um outro agente importante é a universidade. Há várias, poderei citar algumas, como a UNICAMP, que está desenvolvendo pesquisas. Seria interessante que pudessem vir.

SR. CALDINI CRESPO – Essa colocação da Tereza é um acréscimo para o texto, essas preocupações, tanto no que diz respeito ao Executivo, quanto ao Legislativo. Dr. Eduardo Trane, o senhor está na Secretaria do Meio Ambiente? (Pausa.) Ele vem representando a CDHU, é um órgão pobre, com 800 milhões de reais por ano. Tem a palavra o Dr. Eduardo Trane, agora representando a CDHU. É a primeira reunião que a CDHU participa aqui. É importante.

SR. EDUARDO TRANE – Inicialmente, queria dizer que, como não tive oportunidade de participar das reuniões prévias desse Fórum, espero fazê-lo daqui em diante, queria fazer alguns comentários iniciais a esse texto apresentado pelos colegas, porque entendi que havia um subgrupo de desenvolvimento urbano, que se dividiu em duas partes. Queria fazer um comentário, talvez até no caráter do debate, dizendo que é um documento extremamente novo no sentido de agregar à discussão da política habitacional, da qual eu, inclusive, participei dos trâmites da época do Dr. Adriano Branco, na CDHU e na Secretaria da Habitação. Queria elogiar tremendamente o grupo por começar a integrar as políticas urbanas com a visão da política habitacional que sempre foi privada. Acho que esse primeiro aspecto coloca a visão estratégica, como bem dito, mas coloca uma visão de fundo, ainda mais no caráter, se pudéssemos ser um pouco acadêmicos no debate, que

ainda parece-me no texto, porque vi que o texto vai repetir algumas formas, fiz até algumas observações, depois faço pontualmente, na verdade, do enfoque regional.

Temos um problema de fundo. O documento começa a dizer que justamente a legislação para uso do solo está sempre limitada ao município e à União, ou seja, as legislações de cunho estadual não têm reflexo direto sobre a política de uso do solo, que concede finalmente à questão da habitação. Entretanto, vejo que este é um debate, um debate na verdade constitucional, porque sempre voltamos, existem as comissões de desenvolvimento urbano, mas o texto coloca, mas não explicita, o potencial enorme que existe, que é trabalhar na dimensão regional. O que tradicionalmente temos feito na dimensão regional? Todo lembram, muito pouco nos últimos 20 anos, mas acho que houve aqui uma retomada. Certamente, em termos de governo, temos trabalhado, são as primeiras políticas regionais, inclusive com legislação, todas elas vinculadas à chamada área de meio ambiente *lato sensu*. Aqui, não explicitamos bem, mas quando se fala em meio ambiente, acho que deveríamos colocar logo de cara um parêntese dos recursos hídricos. E por que isso? Porque foi mediante uma política da própria Constituição Estadual e das leis que dali advieram que começamos a ter alguma atuação regional interessante, chegando até no município. Citando rapidamente, hoje, todo o litoral do Estado é objeto da lei de gerenciamento costeiro, que envolve o plano estratégico para o uso do solo das quatro regiões do Estado. Tudo isso baseado em lei e em foros de gestão participativa, o que é mais interessante. Os instrumentos técnicos foram feitos, não mais por nós, é claro, das Secretarias de Planejamento. Mas, foram feitos a 10 mãos, com a sociedade civil participando do instrumento de regulação do solo. E muito interessante, ia dar um exemplo que a Maria Encarnação estava colocando, em que houve sucesso de uma política imobiliária, até por fruto de ação, de articulação em determinado momento, tem casos absolutamente claros de Bertioga, Praia Grande etc. Hoje temos uma grande oportunidade, acho que o texto está relatando, mas talvez ainda não de uma forma tão explícita, que isso é mais um instrumento de planejamento regional, por meio desses setoriais. Quais são outros?

Obviamente o Estado inteiro está montado, pela Lei nº 7.663, em 22 comitês de Estado. Aí vamos dizer que o Comitê de Bacia é só um instrumento de interesse do recurso hídrico. Não é. Ele tem o seu instrumento fundamental que é chamado plano de bacia. É o primeiro plano de caráter regional. Os planos estão ficando prontos agora em junho para serem entregues, depois de oito anos de luta. Com um atraso de dois anos etc. Eles significam de fato um avanço enorme sobre a legislação que vai poder, inclusive, incidir sobre as legislações municipais. Porque eles não determinam a questão do local, que é competência municipal, mas indicam limites, limitantes que a legislação estadual permite para essa gestão. No campo estritamente jurídico direto, temos duas legislações, que são as legislações de mananciais. As de mananciais foram refeitas e hoje estamos trabalhando regionalmente, permitindo, pela nova legislação, que a Assembléia propôs em 1998, e acho que tem que fazer referência a essas novas legislações e podemos atuar no nível do município, trabalhando num nível que chamamos de qualidade mínima, que são os indicadores básicos que a nova lei de mananciais permite. Só na região metropolitana, podemos interferir naquilo que vão ser regras de legislação de ocupação do solo, prevenindo as ocupações predatórias da especulação imobiliária. Então, já temos alguns instrumentos regionais. Temos o gerenciamento costeiro, que abarca 20 municípios do Vale do Ribeira, processo esse que já terminou, em audiência pública, em Apiaí, há três meses. No Litoral Sul, Cananéia, Iguape e Peruíbe, também terminado, com seu plano regional discutido com a sociedade, com os produtores, com o setor urbano, com o setor rural, havendo um grande acordo sobre macrozoneamento. Não chegamos no limite do tamanho do lote porque isso é competência municipal, mas orienta esse tipo de política. Então, há um movimento no Estado de São Paulo fantástico, isso discutimos na comissão de Meio Ambiente outro dia, em que temos duas leis que foram aprovadas nesses últimos anos em 1997/1999. A lei de gerenciamento costeiro, estabelecendo quatro planos regionais, que têm este enfoque, cujo instrumento básico é a política habitacional como uma das políticas urbanas. Porque parece que falar de política de

meio ambiente e política urbana, falamos que temos de juntá-las, mas nunca vemos onde juntar. Então, gostaria só de reforçar, talvez me estendendo um pouco, que o instrumento é muito interessante, o documento está muito bem feito, deveríamos, talvez, explicitar o caráter regional, por meio dessas legislações em curso. Para citar as outras, temos toda a política de recursos hídricos, com os planos regionais do Estado inteiro, planos que, inclusive, dão diretrizes para o solo regional, zona urbana e zona rural. Temos os macrozoneamentos, dos quatro setores mencionados, só do litoral norte e da Baixada Santista que estão terminando no próximo mês. Temos, no interior, o macrozoneamento do Mogi Pardo que é na região de Ribeirão Preto, toda a questão da cana, a agroindústria, que envolve 92 municípios, discutindo regionalmente durante dois anos e está hoje já no âmbito do governo para que isso vire um decreto estadual, colocando normas e regras precursoras. No Vale do Paraíba, fizemos um trabalho regional fantástico, que há muitos anos se queria fazer, sobre um setorial que implica questões urbanas, discutindo todo município o plano minerário da região do Vale do Paraíba, de São José dos Campos até Pindamonhangaba. Então, esses instrumentos regionais de regulação de uso do solo, discutidos com a sociedade, com setores econômicos envolvidos, como, no caso, os empresários do setor de brita e de areia interessados, participaram junto com os municípios do Estado, fizeram o plano diretor de mineração. Significa o quê? Justamente controlar as zonas de expansão urbana, não dos municípios conurbados do Vale do Paraíba. Estamos fazendo, agora pioneiramente, um macrozoneamento ambiental, esse não amparado em lei estadual, mas que até sugiro que os deputados assim trabalhem, porque já temos o estudo técnico, basta fazer a lei estadual que o macrozoneamento existe, já estamos na frente, é no Pontal do Paranapanema. Está terminado um diagnóstico fantástico, vai ser agora, proximamente, acredito que o Secretário do Meio Ambiente, Deputado Trípoli presente, está pronto um diagnóstico regional. E fizemos uma experiência inovadora, estou só citando esses casos para justamente dar corpo a essas diretrizes desse documento, pioneira, que é trabalhar justamente

no indutor urbano que é a duplicação da rodovia. A duplicação da Fernão Dias, implica automaticamente numa destruição da rede de cidades ao longo desse eixo, permitindo que tenhamos uma ocupação totalmente feita pela especulação imobiliária das áreas ribeiras etc., o que foi feito justamente com o DER. Por força da legislação federal, é obrigatório que um percentual de 0,5% da obra seja dado aos estudos de impacto ambiental e nós optamos, em termos de governo do Estado, a, estrategicamente, usar esse recurso, não para passar para a prefeitura, para um benefício qualquer. Fizemos o contrário, usamos o recurso e montamos um plano regional de desenvolvimento sustentado. Este também não amparado em lei, mas o governador recentemente baixou o decreto criando o Fórum Regional, da região chamada: “Doentes de Serras e Águas”, que envolve 13 municípios na área de influência da rodovia Fernão Dias, e trabalhamos com ele durante dois anos, já estamos na terceira etapa do projeto. E o que fizemos? Reunimos os 13 municípios, em que toda a legislação municipal está sendo rediscutida em função deste acordo regional. Acordo este pautado na questão do desenvolvimento econômico. Que desenvolvimento econômico? Aquele sustentável e não aquele insustentável que poderia ocorrer por uma especulação imobiliária. Então, contei três modelos, desde aqueles que estão amparados em lei, os dos mananciais, esse que participamos durante cinco anos na Assembléia para fazer aprovar a lei e os deputados aprovaram em 98, que me parece a legislação mais moderna que o Brasil tem hoje, que é a nova lei dos mananciais, que permitirá que as subzonas façam seus planejamentos. Acho que tudo isso, então, gostaria de ter até no texto. Poderia apor, talvez, só um pequeno aparte, dando talvez essa tônica, porque senão voltamos à crítica de que estaria prejudicando e ao pessimismo de que a questão regional no Brasil está esquecida, que a questão regional no Estado de São Paulo e até acredito que os constituintes quando fizeram a constituição esqueceram a 4ª distância, é uma discussão antiga, e nós ficamos aqui na região metropolitana, não temos lei no município de São Paulo e a Baixada Santista que já é região metropolitana, que aliás aqui no texto precisa corrigir, porque o texto que era feito

antigamente não colocava, na página 3, a metrópole de caráter regional e Campinas e a Baixada que já é por lei.

SRA. – No original está.

SR. EDUARDO TRANE – E com isso queria, só para terminar, fazer mais uma reflexão no sentido de incorporar o planejamento regional, que me parece que é a grande saída. É a grande saída para que se tenha algum controle sobre as políticas públicas, porque senão vai ser aquela eterna briga. É o prefeito que é responsável pelo caos urbano e nós não temos uma sociedade talvez tão organizada para requerer por meio das propostas. Com isso, acho que todas as recomendações feitas só vão na linha do entendimento. Lembro-me bem, com o Lucke, no início do governo em 1995, quando lutávamos para que o Estado de São Paulo tivesse uma regionalização feita em cima de uma base socioambiental. E por que ela é socioambiental, aqui, não é terem limitado há muitos anos o meio ambiente? É porque o ambiente é a escala da bacia, a escala dos recursos naturais é aquela que vai dar a dimensão do desenvolvimento econômico. E quando se vai à Baixada Santista, ao Litoral discutir o conflito urbano ambiental, nada mais é do que dizer o seguinte: empreendedores, empreendam nas áreas cujo resultado custo/eficiência seja o melhor e não fazer os loteamentos que temos, por exemplo, em Itanhaém, que são 50 mil lotes, ou na Ilha Comprida que são 200 mil lotes, todos inexistentes, em cima da Mata Atlântica, cujo efeito é terrível. O que fizemos? Estamos revertendo. E estamos revertendo numa política de taxaçaõ progressiva, com recompra de lotes pelo município, com os instrumentos jurídicos, econômicos de caráter de política urbana, superinteressantes, motivados por uma discussão regional.

Então, parece-me que, para o Brasil avançar, e já temos instrumentos na Constituição Federal, e na Constituição Estadual alguns e algumas leis, numa discussão de caráter estratégico como é esse, que é o plano estratégico de

desenvolvimento urbano, a ênfase nas experiências exitosas de caráter regional deve ser cada vez mais valorizada e interiorizada no debate dessa comissão, que tenho certeza, fará um bom trabalho.

SR. CALDINI CRESPO – Muito obrigado. Acho que agregou bastante coisa nova no sentido de explicitar uma coisa que já está em desenvolvimento no Estado de São Paulo. Tem a palavra o Dr. Lucke, o homem que manda no orçamento do Estado de São Paulo, ele que libera as quotas para o Estado de São Paulo. Depois precisamos negociar algumas. Mas, vamos ao debate.

SR. LUCKE – A discussão aqui, que acabou sendo provocada pela Rosana, é uma discussão que, na realidade, quando nos reunimos para discutir o texto, começamos a perceber que fatalmente essas questões acabariam sendo levantadas. Porque, evidentemente, não dá para discutir desenvolvimento urbano, se não discutirmos questões mais amplas da economia brasileira, da história da economia brasileira, dos problemas que a nossa economia apresenta e que acabam refletindo nessa situação que aí está. E que a solução dessa situação acabava também tendo que discutir o seguinte, modelos de desenvolvimento, a questão da privatização que você acabou colocando, toda a questão que o Adriano Branco coloca de planejamento *versus* mercado, então, estamos discutindo, no fundo, a essência da atividade econômica. Como que o Estado pode se posicionar dentro dessa questão de uma sociedade ambientalista, com toda essa história que o Brasil apresenta? Como ele pode agir da maneira mais eficiente, enfim, para resolver essas questões? Não podemos esquecer que, lamentavelmente, o Brasil apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo e, conseqüentemente, temos todos os problemas sociais que daí derivam. Esse é o pano de fundo, é com isso que temos de trabalhar. Não vou fazer aqui alguns comentários mais ou menos em função da minha experiência, não estou me colocando como um representante do planejamento, mas estou me colocando mais como uma pessoa e,

fundamentalmente, como um economista. A primeira questão que eu colocaria, e concordo com a Rosana, é a seguinte: quando entramos na faculdade de economia a primeira lição que aprendemos é que agentes econômicos não cooperam, cada um olha para seu próprio benefício. Então, essa é a primeira essência da teoria econômica, ela coloca toda a teoria que lida com riqueza e poder e diz o seguinte: cada agente vai escolher o que é melhor para ele e não o que é melhor para o grupo, para a sociedade. Então, acho que devemos partir dessa realidade. Lamentavelmente, os agentes econômicos são assim. Eu, como empresário, se puder ter mais lucro, vou ter mais lucro. O produtor de feijão não produz feijão porque ele está interessado em matar a fome do povo. Ele produz feijão para dar lucro. O produtor de educação, de serviços de educação, está interessado no lucro, se eu não pagar os R\$ 700 da mensalidade do meu filho de 9 meses, ele não entra. E aí só um comentário que discordo de você Rosana, na questão da privatização. Eu nem sou tão fã da privatização, para ser sincero. Acho que é uma questão muito difícil de ser avaliada. Mas o que vejo na questão para o consumidor é que ele quer ter acesso à entrada, seja numa escola, seja num hospital, seja em qualquer coisa. Se for um produto que é servido, efetuado pelo setor público ou privado, para ele tanto faz. Eu quero entrar. Então, digamos, na educação, temos a parte privada, são R\$ 600 por mês numa escola de primeira linha. É setor privado, as pessoas de classe de renda menor não têm acesso. Então, acho que essa questão da privatização tem que ser colocada dentro desse contexto. O que é importante para a população é que ela entre, que tenha o serviço. Se esse serviço é produzido pelo setor público ou privado, é outra questão, é importante discutir, mas vem num segundo plano. Então, o primeiro ponto é o seguinte, agente econômico não coopera. Portanto, o Estado tem que estar presente nas formas de regulamentação, cristalização da maneira mais eficiente, induzindo à competição, para que surjam ganhos, o resultado mais benéfico para todos. Com relação ao que colocou o Adriano Branco, acho que ele está perfeito. A única coisa é que eu tomaria certo cuidado, porque no Brasil, normalmente, nós pendemos para um lado, e depois,

imediatamente, para o outro. Então, acreditamos num período de um planejamento muito centralizado, e esse resultado desse planejamento extremamente centralizado, evidentemente fez alguma coisa para o país, que cresceu, mas ele transformou também, acabou acentuando até essa distribuição de renda, seja em qualquer nível. Até que não me surpreende quando se fala que a posse desses terrenos está em poucas mãos. Qualquer coisa no Brasil a posse está em poucas mãos. Caderneta de Poupança está em poucas mãos, terrenos em poucas mãos, capital em poucas mãos, a renda em si em poucas mãos. Então é tudo concentrado. Mas o que eu queria colocar seria nessa direção. Não podemos acreditar exclusivamente no planejamento e abandonar o mercado, como se o mercado fosse o grande vilão de tudo isso que está aí. Acredito que o mercado tem várias virtudes e vários defeitos, não é só virtude nem só defeito. É que ele não produz uma melhoria na distribuição de renda. Ele deixa as pessoas excluídas, as regiões ficam deprimidas, e por isso, exige uma ação do Estado, por meio do instrumento do planejamento. Mas, acredito que também não podemos confiar muito no planejamento, infelizmente, porque senão também a coisa não anda. Com relação especificamente a uma questão que percebo, aí um pouco a experiência na Secretaria do Planejamento, é a seguinte, o Estado quando agente direto, consegue levar às regiões alguns serviços básicos: educação, saúde, com maior ou menor dificuldade, consegue levar, tanto que quando se pega esses indicadores sociais, indicadores que refletem em algum ponto qualidade de vida, percebemos que melhoram o Estado de São Paulo independentemente da região. Até no Vale do Ribeira, até na região do Pontal do Paranapanema, que são regiões menos desenvolvidas, os indicadores sociais em termos de saúde e educação até que melhoram. A dificuldade do Estado é de induzir à atividade econômica. Essa é uma coisa muito mais difícil. Desenvolver o Vale do Ribeira é uma atividade muito mais difícil, porque exige, certamente, não apenas a presença do Estado, mas o setor privado também. Acho que não podemos também acreditar que o Estado vá conseguir simplesmente por meio do planejamento resolver, todos os problemas. E,

finalmente, só para não me alongar, com relação ao preço dos terrenos, eu acho que a Rosana tocou num ponto muito importante, que seria o seguinte, acho que primeiro temos que discutir de que terreno estamos falando. Estamos falando de um terreno aqui no centro da cidade de São Paulo, ou estamos falando de um vazão na periferia de alguma cidade. Acho que precisamos discutir isso. Concordo com a Rosana no seguinte ponto, acho que ela pegou um ponto importante. Na questão da habitação, fundamentalmente o que vejo, não sou da área, como sempre brinco eu sou professor e nós professores aprendemos ao longo dos anos a falar sobre coisas das quais não temos a menor idéia. Vou me aventurar, isso é fora dos registros e a segunda característica que o bom professor deve ter é o bom-senso de só falar coisas para quem tem menos idéia, o que não é o caso. São duas regras básicas. Mas, voltando aqui, a questão do preço dos terrenos, acho que a questão da habitação é um problema de falta de renda das pessoas. É esse o problema. E acho que até é bom. Sou favorável ao IPTU progressivo, colocar, sou favorável, mas não porque isso vai resolver o problema da habitação para pessoas que não têm a menor renda. São duas coisas separadas, sou favorável por uma questão de princípios, porque se tem um problema de concentração de renda, todo o sistema de imposto tem que ser preenchido de um modo único, é tirar de quem tem mais e dar para quem tem menos. A grande qualidade que o imposto tem que ter é essa. E isso vale para qualquer coisa. Então, sou favorável. Mas, ela levantou um ponto pelo outro lado. Tudo bem, pode até fazer isso, mas não vai resolver problemas, digamos, de habitação para as camadas de menor faixa de renda.

Basicamente, é isso.

SR. CALDINI CRESPO – Tem a palavra a Dra. Maria Encarnação e depois vamos para os encaminhamentos.

SRA. MARIA ENCARNÇÃO – Queria só contribuir com o que você falou, Lucke, destacar um aspecto que vem sendo observado por alguns pesquisadores,

inclusive internacionais, que há uma mudança muito grande nas estratégias dos agentes econômicos. Essa máxima de que eles não cooperam estaria sendo superada. Uma das marcas do chamado período fordista é sempre o estabelecimento de estratégias competitivas. Porque do ponto de vista da economia capitalista, é uma potencialidade muito grande de ampliar mercados. Então, os agentes econômicos poderiam sempre ganhar mais, porque havia mercado que ainda não estava incorporado a essa economia, tanto em função do país que ainda não estava integrado ao capitalismo, como do ponto de vista de segmentos sociais que ainda não consumiam nesse mercado. Hoje, principalmente, a partir da crise internacional que se deliberou em 1973, temos um momento diferente, o que eles vêm chamando de economia pós-fordista ou flexível. É que os interesses individuais permanecem, mas, como você não tem condição como agente econômico de ampliar muito o mercado, quem está dentro do mercado, os 60 milhões de brasileiros paupérrimos estão fora do mercado, a África está fora do mercado, os agentes econômicos têm que diminuir os custos, porque eles não podem mais ampliar as taxas de ganhos. E uma das formas de diminuir custos é estabelecer as chamadas práticas cooperativas. Os melhores desempenhos na economia internacional nas últimas duas décadas foram da chamada terceira Itália, que é na região do Vale do Pó e no Vale do Silício, na Califórnia. Ambas são regiões em que a novidade são as estratégias cooperativas e nós já temos isso no Estado de São Paulo. Por exemplo, atualmente, a FAPESP tem uma linha de financiamento chamada linha de políticas públicas, em que ela só prevê investimento na pesquisa se houver associação do interesse do pesquisador com a imediata aplicação disso, associando a iniciativa privada e poder público. Então, claro, sempre como empresa, quero ganhar mais, mas se eu posso dividir o meu custo para obter uma melhoria de tecnologia, ou enfim, um novo produto, isso vai ser interessante. Inúmeras multinacionais, como a IBM, por exemplo, praticamente fecharam, no Brasil, a linha de investimento em pesquisa. Ela investe totalmente na UNICAMP e não investe sozinha. Várias empresas de informática investem juntas num mesmo

programa. Depois, claro, elas vão ter que ser cada uma delas competitivamente mais agressiva para colocar no mercado aquele produto. A estratégia competitiva é para atingir o mercado e não mais para produzir. Então, nunca vai deixar de haver estratégia competitiva, o que há de novo é que precisa ter paralelamente cooperação. Por isso que incluimos. E isso não é apenas uma idéia, já está acontecendo.

SR. LUCKE – Lógico, acho que tem de haver cooperação, mas quando o indivíduo estiver investido de agente econômico, vai cooperar se o resultado para ele individualmente for melhor.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO – Sim, sem dúvida. Mas o que acho que há de novo é o seguinte: antes o interesse da cooperação era só por parte daqueles que não eram os agentes econômicos, o poder público, etc. O que há de novo é que os agentes econômicos entram. Isso é novo.

SR.– Isso é apenas, francamente, aqui na cidade de São Paulo. Qual é a percepção que hoje existe? A de que para todos nós é muito melhor que as condições de vida da população mais carente e de todo mundo melhorem, porque isso diminui a violência. Então, estou colocando, isso é mais um reflexo deste comportamento do agente econômico. A elite não se preocupava, como agora começam a haver todos esses problemas, passa a ser uma preocupação. E essa preocupação não é porque se está interessado em resolver os problemas, que sensibilizam com a situação dos mais desfavorecidos, mas simplesmente porque lhes está afetando.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO – Não, a razão pode ser diferente, a razão que impulsiona a cooperação pode ser de diferente natureza. Mas, o fato é que há essas práticas. Vejam a proposta “Viva o Centro” em São Paulo. Pela primeira vez na

história desta cidade, agentes que têm interesses divergentes, proprietários, banqueiros, estão se associando para encontrar uma solução, é uma prática cooperativa.

SR.– Os interesses diversos em determinados locais.

SR. CALDINI CRESPO – Antes de passarmos para o encaminhamento, tem a palavra a Dra. Arlete.

SRA. ARLETE – Antes de encaminhar queria lembrar que o grupo do IPT mandou comentários gerais sobre a proposta e tem algumas contribuições que serão incorporadas, além, evidentemente, das proposições e das questões que foram levantadas aqui. Acho que foi levantado, só para sintetizar, o IPT fez um comentário geral sobre o plano e sugeriu introduções. Isso não dá para apresentarmos aqui, mas será, sem dúvida, introduzido e mais os documentos anteriores, que é o caso da Rosana que encaminhou que não houve condições, eu não tive tempo de fazer a incorporação de todos os documentos, eu que fiquei de fazer a redação final. Acho que, para sintetizar, o Adriano Branco levanta questões complementadas pelo Lucke que temos, sim, de incorporar na introdução. Há uma questão de um mercado que chamo de mercado especial. É aquele em que o setor público atua, que no caso da habitação, é um mercado, há compra e venda, como uma mercadoria, mas é um mercado especial, regulado e regulamentado pelo Estado. Então, isso tem que ficar um pouco mais claro no texto, para que as opiniões não pareçam divergentes. Também explicitar um pouco mais algumas das questões que estão apontadas aqui, comitês e subcomitês de bacias, legislação ambiental, colocar numa nota de rodapé até para exemplificar as formas de organização do Estado nas suas diversas instâncias. Tem mais coisas, mas estou dizendo assim, que isto aqui será incorporado no documento.

SR. CALDINI CRESPO – Quero fazer uma sugestão de encaminhamento: que, depois de incorporadas essas sugestões a esse texto, colocássemos para o conjunto dos conselheiros os dois textos e déssemos um prazo para que as sugestões viessem e que já estabelecêssemos um ciclo de debates dos dois textos, para o crivo de outras pessoas dos diversos setores o debate da nossa produção.

SR.– Deputado, gostaria de fazer uma observação no texto do outro trabalho: acrescentamos, agora, duas outras formas de redigir as políticas habitacionais. Elas são sugestões para que as pessoas vejam como outros agentes, outros organismos têm pensado a mesma coisa. São sugestões para modificação do nosso próprio texto original. Para esse fim é que esses anexos foram feitos. Evidentemente, as pessoas terão outras fontes também de pensamento. A segunda questão que eu queria dizer, Arlete, é o papel indutor do Estado na questão da infra-estrutura, é extremamente importante ser ressaltado. Não vamos levar a iniciativa privada num lugar que não tem estrada, não dá. Tem um papel indutor, nesse papel indutor se a iniciativa privada puder fazer estrada, fará, se não puder não fará. As vicinias do Estado é o Estado que está fazendo e não tem outro jeito de fazer.

SRA. ARLETE – Não é só o mercado especial, mas é a infra-estrutura básica, que não falei.

SR.– A infraestrutura como indutora, para levar ao mercado. A terceira questão é uma questão de ordem prática, os administradores gostam de ver tudo isso que pomos no papel aqui em três páginas. Estou com esse problema na Secretaria de Transportes, fiz um estudo amplo que ficou em 40 páginas. Aí o Secretário disse: você põe 48 políticas, não sei quantas estratégias, não sei mais o quê, e fica ilegível. Estou fazendo um belíssimo esforço de colocar em três páginas. Ou seja, colocar os grandes títulos e o trabalho de vocês tem títulos e subtítulos, mas, provavelmente, na apresentação final, será preciso resumir isso nos grandes

títulos, deixando os subtítulos que são formadores daquele título num apêndice. Porque senão as pessoas vão olhar e não vão ler. Estou enfrentando isso, mais do que antes, tem mais de três páginas, então não vou ler. Parece que as pessoas não querem mais ler. Acho que é o hábito da televisão.

SR. CALDINI CRESPO – Não poderia ser um resumo para a apresentação, e essa formação mais detalhada para um trabalho final, não sei melhor. Por exemplo, se fizéssemos uma publicação, um livro e para a apresentação pública faríamos um resumo do que são os textos.

SR. – Aí conduzindo nessa direção, o trabalho já está, nos seus grandes títulos já está assim, conduzindo para isso, para lembrar que, no final, vamos ter dois textos, um texto resumido, que as pessoas num relance possam perceber o que está dentro daquilo e outro para os que querem estudar realmente e buscar soluções.

SR. CALDINI CRESPO – Então, minha sugestão de encaminhamento é a seguinte, que entreguemos os dois textos para sugestões e que os dois grupos possam designar as pessoas para que façam uma compatibilização dos dois textos e aí abriríamos um ciclo forte que poderia ser não só entre nós, poderíamos abrir para a sociedade esse ciclo, com pesos pesados, alunos de universidades, empresários, formuladores de políticas do ponto de vista do Estado, todo mundo. Então, abriríamos os debates, para que o resultado dos debates pudesse gerar um texto final que publicaríamos e entregaríamos ao Presidente da Assembléia como contribuição desse grupo e poderíamos fazer uma publicação que as pessoas que quiserem esse resultado terão acesso a essa publicação, um livro etc.

Então, agora, trataríamos de ver os tempos.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO – O documento encaminhado sobre a política habitacional, o Adriano está dizendo que ele incorporou algumas coisas e já foi encaminhado para os conselheiros.

SR. ADRIANO BRANCO – Já está incorporado. Aquele que você encaminhou já tem isso.

SR. CALDINI CRESPO – Só estou dizendo que, como vamos ter que encaminhar esse, os prazos ficariam abertos para os dois, no caso de alguém querer acrescentar mais alguma coisa. Como trabalhamos em equipe, alguém pode dizer: “Bom, eu não tive o tempo.” Então, faríamos um alerta agora, até tal dia, quem quiser encaminhar contribuição para qualquer dos textos, deve encaminhar até essa data. Depois, vai para o debate. Então, vamos ver os prazos. Novembro, dezembro seria a publicação final. Temos cinco meses para fazer. Nós andamos. Embora eu ache que essa compatibilização, um texto que resulte dos dois textos demore um pouco, não acho que vai ser fácil fazer isso. O prazo para receber contribuições e tal. Então, vamos tentar. Quem vai escrever é que vai dar os prazos agora. Então, quais são os melhores prazos. Eu sugeriria, Arlete, que não fizéssemos a comunicação só por via eletrônica, que falássemos com todos os Conselheiros, o prazo é tal, que fale ou se cale para sempre. Então, quanto tempo nós daríamos para essas contribuições finais? Uns 15 dias, 20 dias?

SRA. ARLETE – Uns 15 dias para ver esse documento e depois divulgar. Porque um já está divulgado.

SR. CALDINI CRESPO – Quanto tempo vocês teriam para acatar e colocar no texto as sugestões? (Pausa.) Uns 10 dias? Então, poderíamos dar para as contribuições finais, 25 dias. Seriam os 10 mais os 15, porque aí teríamos 15 para

os dois textos. Mais 15 para os dois textos, 25 dias. Tudo bem. O problema disso é que temos julho.

SRA. MARIA ENCARNAÇÃO – Proponho que a próxima reunião seja em agosto.

SR. CALDINI CRESPO – Em agosto. Mas não faríamos mais reuniões em agosto, já seriam os seminários. Então, receberíamos as sugestões de quem deveria fazer parte dos debates desses textos. Daí, poderemos abrir esses dois processos de contribuição para os textos e de sugestão para quem vai fazer parte dos debates. Evidentemente, os grupos indicariam os debatedores, os dois grupos que formamos, mas também temos que indicar pessoas que viriam debater conosco esses temas, mesas fortes para esses debates. Para fazer a reflexão sobre nossa contribuição, eventuais acréscimos, divergências etc. Então, abriríamos um prazo agora para as contribuições e para sugestão de nome para o debate. E poderíamos fazer o debate no grande plenário, lá embaixo, dependendo do interesse. Poderíamos divulgá-los, seriam debates maiores com a sociedade. Talvez os técnicos formuladores da área do Poder Público, da EMPLASA, da Secretaria da Habitação, Secretaria do Meio Ambiente, das universidades, do empresariado, as diversas associações empresariais. Tudo bem?

SRA. ARLETE – Até o dia 10 de junho, contribuições para esse texto; até o dia 30 de junho, contribuições para os dois textos. No mês de julho, teremos um mês, precisamos ver quem vai redigir isso para a compatibilização dos dois textos. No dia 1º de agosto o texto final estaria pronto. Então, o dia 10 de junho para contribuições para este texto, dia 30 de junho contribuições para os dois textos. Porque um texto já está disponível para todo o grupo, que é o da habitação, esse segundo texto estaria disponível e ambos abertos para contribuições. O mês de julho teríamos para fazer a redação, tanto compatibilizando esses dois textos que

estão desenvolvidos, como fazendo a síntese que o Adriano nos propõe, porque acho que é realmente necessária, não apenas para a apresentação, mas para incorporar na introdução do próprio texto. Tem que vir o resumo e depois o próprio texto. E aí, então, a partir de 1º de agosto, o texto estaria pronto e se poderia iniciar esse seminário.

SR. CALDINI CRESPO – Então a nossa reunião poderia ser ali pela primeira quinta-feira ou segunda quinta-feira de agosto. Seria dia 10 de agosto, às 10h00 da manhã, aqui na Assembléia Legislativa num dos plenários. Pediria à Dra. Arlete se ela pudesse comunicar o plenário e vai ter um trabalho de retaguarda nos meses de junho e julho que o Dr. Adriano, a Dra. Maria Encarnação, a Arlete e outras pessoas que participaram para finalizar os textos.

SRA. – Como vou mandar a correspondência, até 10 de junho para contribuições para este texto, até o dia 30 de junho, para contribuições para junção dos dois textos e, em julho, estabelecer um grupo? Tem que ter um grupo, tem que sair daqui hoje, pelo menos um grupo indicativo.

SR. CALDINI CRESPO – Encaminhe a escolha do grupo, por favor.

SR.– Na outra reunião, tínhamos definido um grupo.

SRA. – Um grupo de sistematização. Nós falamos, mas perdi meu caderninho azul – agora estou com um vermelho para ver se não perco – o qual tinha as pessoas que já se manifestaram para fazermos um grupo de sistematização. Acho que a primeira coisa é assim: quem? Tenho a impressão de que algumas pessoas são membros inatos do grupo de sistematização. Acho que o Adriano, combinaríamos um jeito de nos encontrar, neste grupo estava o Celso, pelo IPT, estava a Maria Encarnação. Gostaria de começar a chamar a Maria

Encarnação, por Carminha, que é o nome conhecido em toda a academia. Não posso me furtar de estar no grupo, vou estar nem que seja só para acompanhar, e gostaria de saber quem mais gostaria de estar participando? A Tereza.

SR.– O Trane, como é uma aquisição nova do time.

SRA. – Acho que você, inclusive, porque você deu contribuições.

SR. EDUARDO TRANE – Se eu puder, até faço pessoalmente.

SR. CALDINI CRESPO – É bom que você faça pessoalmente, porque do ponto de vista do Estado, da política de quem faz, tem que ter alguém, ou você ou o Lucke tem que estar no grupo.

SR.– Também posso ficar.

SRA. – Que bom. Alguém da iniciativa privada? Rosana? (Pausa.) Não. Mas você não acha que alguém poderia vir ou do SINDUSCON, ou da FIESP? Você, em princípio, não.

SRA. – Na verdade, como é uma sistematização, não sei se...No que podíamos contribuir foram naqueles estudos que eu já trouxe para vocês. Eu consigo reunir um outro encaminhamento, mas somos palpitesiros, apenas.

SRA. – Mas, talvez seja bom, não para este grupo, mas depois sim.

debates - a sociedade se manifesta – Habitação e Desenvolvimento Urbano

SRA. – Mas aí são contribuições que nós estaríamos enviando, tanto para a composição do texto, quanto para a organização do debate. Eu me furto a essa tarefa.

SR. – O nome do Bernasconi, por seu exercício profissional. Ele é um planejador.

SR. CALDINI CRESPO – Então, fica sugerido o nome dele e ele será consultado.

SRA. ... – Como ele não está presente, seria indicativo para fazer parte.

SR. CALDINI CRESPO – Gostaria, então, de agradecer a presença de todos, acho que foi um debate muito importante e nos veremos no dia 10 de agosto.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim